

Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-graduação em Psicologia-PPI
Curso de Mestrado em Psicologia
Área de Concentração: Psicanálise e Civilização

SEDUÇÃO, PERVERSÃO E PERVERSIDADE NOS CUIDADOS MATERNOS

LILIAN LAVORENTE LIMA

MARINGÁ

2019

Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-graduação em Psicologia-PPI
Curso de Mestrado em Psicologia
Área de Concentração: Psicanálise e Civilização

SEDUÇÃO, PERVERSÃO E PERVERSIDADE NOS CUIDADOS MATERNS

Dissertação apresentada pela aluna Lilian Lavorente Lima ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Área de Concentração: Psicanálise e civilização, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.
Orientador: Prof. Dr. Marcos Leandro Klipan

MARINGÁ

2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

L732s Lima, Lilian Lavorente
 Sedução, perversão e perversidade nos cuidados maternos / Lilian Lavorente Lima. --
 Maringá, PR, 2019.
 175 f.

 Orientador: Prof. Dr. Marcos Leandro Klipan.
 Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências
 Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em
 Psicologia, 2019.

 1. Vínculo materno. 2. Maus-tratos - Infantil. 3. Psicologia - perversão e sedução. 4.
 Teoria da sedução generalizada (TSG). 5. Psicanálise . I. Klipan, Marcos Leandro , orient.
 II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.
 Departamento de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDD 23.ed. 155.6463

LILIAN LAVORENTE LIMA

Sedução, perversão e perversidade nos cuidados maternos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Leandro Klipan
PPI/Universidade Estadual de Maringá (Presidente)

Profa. Dra. Viviana Carola Velasco Martinez
PPI/Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Fábio Roberto Rodrigues Belo
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Data da defesa: 19 de novembro de 2019 – 8hrs30min.

Local da defesa: Sala de vídeo do departamento de Psicologia (bloco 118) da Universidade Estadual de Maringá.

Aprovada em: 19 de novembro de 2019.

Ao meu tio Natal Lavorente, meu italiano preferido; minha perda irreparável...
Você me faz querer ser sempre uma pessoa melhor.
“Viva uma vida da qual você poderá se orgulhar. Faça por amor ou não faça”, ele dizia.
Eis-me aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Maria Elza Lavorente Lima, por ter desejado isso tudo junto comigo. Embora não aprovasse muitas de minhas escolhas, como a de ser psicóloga, desejou que eu alcançasse sempre mais. Sigo tentando e espero, um dia, corresponder. Agradeço ao meu pai, Jonatas da Silva Lima, por ter me dado liberdade e condições mais que suficientes para que tudo isso acontecesse. Mesmo discordando, não me proibiu de nada e proporcionou tudo isso.

Agradeço à Julia e Felipe – meus pequenos, minhas riquezas – por suas existências. Quero me desculpar por todo tempo que precisei ficar longe. Vocês estiveram sempre comigo!

Agradeço aos meus amigos que tentaram compreender minha ausência, meu cansaço e tiveram paciência com minha chatice (mais uma vez) em todo esse período de estudo. Não posso nomear todos, mas estão sempre em meu coração.

Agradeço à Dra. Marília Mitie Yoshida, Juíza de Direito da Vara da Família, Infância e Juventude e Anexos da Comarca de Cianorte-PR, por me autorizar a ter estado aqui, por não desistir de mim, me incentivando sempre ao estudo e acreditando na minha potencialidade. Espero não decepcioná-la!

Agradeço ao meu orientador Marcos Klipan pela orientação, paciência, incentivo, compreensão com minhas dificuldades.

Agradeço aos professores que, prontamente, aceitaram o convite para compor minha banca: Prof. Dr. Fábio Belo e Profa. Dra. Viviana Velasco. Vocês contribuíram muito para este momento, para meu conhecimento.

Agradeço, ainda, aos demais professores que auxiliaram na construção de minha formação. Quero expressar minha grande admiração pela profissão e pela disposição em compartilhar tanto conosco. Espero, um dia, ser tão capaz para seguir o exemplo de vocês.

Agradeço à professora Maria Tereza Claro Gonzaga, onde quer que esteja... Acreditou em mim quando nem eu acreditei. Serei sempre grata.

Agradeço aos colegas de estudo, aos amigos de vida: Adriane Olesnki, Aline Matioli, Emanuelle Martins, Leonardo Fernandes, Marcela Santos, que tão gentilmente me socorreram quando precisei – tanto com um apoio técnico, quanto com apoio emocional.

Agradeço ao Tribunal de Justiça do Paraná, na pessoa de seu (anterior) Presidente, por ter indeferido meu requerimento para cursar esse mestrado. Sua negativa me impulsionou a querer, ainda mais, concluir esse objetivo e ser uma profissional melhor – por mim, pela sociedade e pelos jurisdicionados (que merecem pessoas capacitadas e dotadas de urbanidade para lidar, diariamente, com seus processos, casos, conflitos... enfim, suas vidas).

Agradeço ainda:

Adrielle Cescon, por me adotar em sua família, por me alimentar, e por beber comigo, pelo carinho que me dedicou de modo tão paciente – embora nem sempre me compreendesse. Você é minha família cianortense, de quem me orgulho por ter um coração tão bom. Obrigada por me ensinar que *a gente nunca se arrepende de fazer o bem.*

Amanda Olivo: quem *eu achei sem procurar.* Em itálico! Obrigada por confiar e acreditar em mim; você me deu muita força para seguir em frente! Seu apoio foi fundamental. Obrigada por ser paciente; obrigada por me permitir. Agora podemos *jogar videogame?*

Caroline Philipp, por sua simpatia automática (frente à minha posição monossilábica e frieza natural) e parceria de reclamações que, sem dúvida, dividiu e aliviou o peso dessa jornada. Não teria dupla melhor. Aprendi muito com você – que foi professora, tia, cozinheira... Você merece muito seu título! Levo deste Mestrado, também, a alegria de sua amizade.

Larissa de Menezes por seu incessante apoio, paciência, auxílio e orientação. Tenho orgulho de ser sua amiga. Obrigada por ter me dito, lá no começo, que eu podia não seguir em frente se caso não quisesse mais essa empreitada. Obrigada por te me ensinado tanto; nunca se esqueça que te admiro. Obrigada por tantas durezas de

trabalho e de vida que dividimos. Obrigada, simplesmente, por ter estado ali ao lado. Meu braço esquerdo.

Pietra Previante, que foi a primeira pessoa a me dizer: “então, não desista!”. Talvez sem você e suas palavras isso não estivesse acontecendo. Obrigada por ter reorganizado a vida no começo do ano de 2018 (por causa desse mestrado) para topar o “mas vocês vão fazer o que na Tailândia?!” e por ter aceitado embarcar numa viagem de descobertas pessoais que foram aqueles dias iniciais – momento em que se consolidou uma verdadeira amiga em minha vida.

Quadrilha e seus agregados! “*Um brinde ao que tivemos, ao que temos, ao que teremos; que nunca falte e sempre sobre o que queremos!*”. Uma amizade que nasceu do trabalho, sobreviveu às separações e que se manteve mesmo na dificuldade de cada uma.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram e auxiliaram para que este momento se concretizasse – sejam amigos, familiares ou apenas admiradores do tema. Eu não posso nomear todos, infelizmente, contudo, embora não apareçam aqui, por escrito, permanecem *por extenso* em meu coração.

Quando você disser que longe é um lugar que não existe/Se lembre também de me dizer
Onde é que você vai estar, então/Quando eu te quiser/Quando eu te quiser/Quando eu te
quiser/Esteja em casa/Esteja na sala de estar/Eu tenho o mundo inteiro pra salvar/E
pensar em você é *kryptonita*/Você é tão bonita de se admirar/Tão bonita/Quando eu te
quiser/Quando eu te quiser/Quando eu te quiser/Esteja em casa/Esteja na sala de estar.

(Kryptonita - Ludov)

LIMA, L. L. (2019). *Sedução, perversão e perversidade nos cuidados maternos*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. Marcos Leandro Klipan.

RESUMO

A ideia de uma mãe que machuca, normalmente, causa uma estranheza nas pessoas. No imaginário social, a figura da mãe, tal qual a figura da mulher, esteve associada a uma condição naturalizada de passividade, de cuidado, de amor e, por conseguinte, avessa à agressividade e capacidade de ferir. Contudo, a rotina de trabalho em uma Vara da Infância e Juventude, mostra que os maus-tratos maternos ocorrem cotidianamente. Tantas vezes, os danos causados por mães, ou cuidadoras, passam quase despercebidos, embutidos naquilo que se chamaria de um cuidado, de um grande zelo. Quando se admite, não sem anterior resistência, que mulheres e mães foram capazes de machucar, isso acaba sendo justificado por um estado de loucura ou adoecimento. Mas o que poderia levar uma mãe a assim agir? Em um primeiro momento, o percurso sobre estudos de gênero e feminilidade foi utilizado para se pensar sobre a maternidade, função materna e seus desdobramentos. O aporte teórico é baseado nos seguintes autores psicanalíticos: Winnicott, Laplanche, Freud e, assim, a *Teoria da sedução generalizada* foi relacionada à *preocupação materna primária* na intenção de ponderar sobre as duas facetas do cuidado materno e, finalmente, considerar a possibilidade de manifestações perversas por parte dessas mulheres cuidadoras. Conforme exposto, portanto, baseada no método psicanalítico, esta pesquisa se propõe a discutir a possibilidade de uma perversidade nos cuidados maternos, momento em que a sedução (ainda que traumática, conforme pontua Laplanche) necessária para fundação do psiquismo da criança, pode se tornar excessiva, indecifrável e, assim, violenta, caracterizando uma ameaça para o infante.

PALAVRAS-CHAVE: Maternidade, feminilidade, sedução generalizada.

LIMA, L. L. (2019). *Seduction, perversion and perversity in maternal care*. Dissertation (Master in Psychology). Maringá State University. Advisor: Prof. Dr. Marcos Leandro Klipan.

ABSTRACT

The idea about a mother who hurts, usually, evoke surprise in the most part of people. In social imaginary, the mother role, likewise the role of a woman, was associated with the naturalized condition of passivity, care, love and, thus, impossible to hurt and to be aggressive. However, the work routine in an child and juvenil Court shows that mistreatment from mothers are usual. A lot of times, the dammages caused by mothers, or caregivers, stay anonymous, contained in what people would call care, a big zeal. When it is admitted, not without previous resistance, that women and mothers were capable to hurt their children, this fact is used to justify a insane ou ill state. But what could bring a mother to act like that? In the first place, the gender and femininity studies were used to think about maternity, maternal function and its splits. The theoretical background is based in the following authors: Winnicot, Lapanche and Freud. The “generalized seduction theory” was related to “primary maternal preoccupation” in order to ponder about two views of maternal care and, finally, study the possibility of perversal manifestations from caregivers women. As exposed, so, based in psychoanalytic method, this research objectives to discuss the possibility of a perversity in the maternal cares, just in the moment when the seduction, which is necessary to child psyche (though traumatic, according to Laplanche), can become excessive, indecipherable and, thus, violent, featuring a threat to the child.

KEY WORDS: Maternity, femininity, generalized seduction.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPITULO 1 - A SEDUÇÃO MATERNA PRIMÁRIA	35
1.1 A TEORIA DA SEDUÇÃO EM FREUD	36
1.2 PREOCUPAÇÃO MATERNA PRIMÁRIA	42
1.3 A TEORIA DA SEDUÇÃO EM LAPLANCHE	47
1.4 A SEDUÇÃO MATERNA PRIMÁRIA (DA TRAUMÁTICA À ESTRUTURANTE)	54
1.5 ALTERIDADE E SEDUÇÃO: A SEDUÇÃO DESESTRUTURANTE	58
CAPITULO 2 – GÊNERO, FEMINILIDADE E MATERNIDADE	66
2.1 QUESTÕES DE GÊNERO	70
2.2 UMA ABORDAGEM LAPLANCHEANA DO FEMININO	75
2.3 A MATERNIDADE E SEUS DESDOBRAMENTOS	87
2.4 CRIMINALIDADE, GÊNERO E O MITO DO AMOR MATERNO	94
CAPITULO 3 - PERVERSÃO E PERVERSIDADE FEMININA: QUAIS AS POSSIBILIDADES?	101
3.1 BREVE ESCRITO SOBRE A PERVERSÃO	101
3.2 GÊNERO, MATERNIDADE E PERVERSÃO: UMA CORRELAÇÃO?	104
3.2.1 O enigma da feminilidade e relações com a maternidade	107
3.3 MANIFESTAÇÕES PERVERSAS NA MATERNIDADE: ENTRE O CUIDADO E A PERVERSÃO	112
3.3.1 Perversidade e perversão	127
3.3.2 Manifestações perversas	131
3.3.3 Perversidade materna - uma saída?	141
3.3.4 Louca ou má	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
REFERÊNCIAS	166

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo, inicialmente, refletir sobre a possibilidade da existência de um lado perigoso do cuidado maternal. Tal ideia pode gerar, prontamente, uma estranheza na medida em que existe uma ligação no imaginário social, quase que natural, entre o ser mulher, ser mãe e o cuidado de crianças. Será possível considerar que a mãe, ao mesmo tempo que cuida, também confere violência e maus-tratos aos filhos? Seria preciso falar de uma perversão feminina para que tal condição violenta ocorra? Assim, a intenção desse trabalho se pauta em discutir em qual momento a posição materna pode extrapolar os limites no cuidado e se tornar uma ameaça para criança. Enquanto exerce seus cuidados, a mãe (ou sua equivalente substituta), uma vez dotada de tanto poder e controle sobre a criança, poderia estar agindo de modo perverso? Por que, de modo geral, as pessoas apresentam resistência em aceitar a possibilidade da mãe enquanto agressora?

Parte importante do tema dessa pesquisa derivou do trabalho realizado há tantos anos em uma Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Paraná, em uma cidade no interior do Estado. Trabalhar nesta área forense tem por escopo auxiliar o juiz nas decisões atinentes aos processos de medida de proteção, destituição do poder familiar, adoção, guarda, regulamentação de visitas etc. Dentre os citados, os de maior relevância para a presente pesquisa são as *medidas de proteção* e a *destituição do poder familiar*.

Neste campo de atuação da Psicologia Jurídica existe, então, uma predominância na atividade de elaboração de laudos, pareceres – para subsídio de magistrados –, com base em avaliações e estudos diante de uma dada realidade, uma família e seu contexto. O foco é a proteção da criança e do adolescente e, assim, todo estudo visa, de algum modo, avaliar a capacidade de uma família, de um ambiente, em garantir a proteção de suas crianças. Normalmente, essa avaliação consiste em levantar a incidência de maus-tratos, de negligências, abandono por parte dos cuidadores. Por conseguinte, avaliar, também, os possíveis danos ocasionados em tais crianças, bem como, a possibilidade de que tais cuidadores possam perceber suas práticas como nocivas e, assim, através da aplicação de medidas de proteção, modificar suas condutas – deixando de ofertar um ambiente de maus-tratos e negligências aos filhos.

As medidas de proteção para a criança e para o adolescente, previstas no Livro II, Título II do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, 1990), nos artigos 98 a 102,

são aplicáveis nos casos em que os seus direitos forem ameaçados ou violados em decorrência de uma ação ou omissão da sociedade ou do Estado, de uma falta, omissão ou abuso por parte dos pais ou responsáveis, e de sua própria conduta. Na grande maioria das vezes, tais medidas são extensivas à família, prevendo a inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente (Art. 101, item IV). São exemplos: acompanhamento psicoterápico, tratamento para dependência química e/ou outros tratamentos médicos recomendados, participação das atividades oferecidas pelos órgãos da assistência social (CRAS E CREAS – Centro de Referência da Assistência Social, básica e especial), matrícula e frequência em instituição de ensino, participação em programas de auxílio e orientação, ou qualquer outra ação determinada em juízo.

Quando são percebidas situações de maior gravidade, por vezes, é preciso que sejam adotadas medidas mais drásticas, como o afastamento da criança de seu ambiente familiar. Tal posição ocorre quando os cuidadores já foram anteriormente advertidos, porém, permanecem com a mesma conduta que viola o direito, a integridade física e psicológica dos infantes. A medida de proteção, assim, pode resultar em um acolhimento institucional e ensejar uma ação de destituição do poder familiar – em que os pais, familiares perdem não somente a guarda, mas os direitos sobre crianças e adolescentes. A finalidade de tais ações é a proteção da infância e juventude, vez que, tinham seus direitos violados por seus cuidadores em razão da exposição à violência, uso de psicoativos, reiteradas negligências etc.

Nesse contexto, os cuidadores são advertidos a mudar de postura. Precisam seguir com as determinações da Justiça, o que tantas vezes, implica em seguir as recomendações da rede de atenção e proteção à infância e juventude, ou seja, seguir as medidas protetivas propostas. A ausência de participação nos programas e serviços recomendados pode fazer com que a família não modifique seu comportamento – que violada um direito precípuo da criança – e, assim, não se reorganize, dentro do recomendado, para reaver a guarda dos filhos.

A vivência laboral forense mostra que, boa parte das violações de direitos provém, primeiramente, da própria mãe e depois de outros membros da família e comunidade. Pode parecer óbvio que isso ocorra, já que costuma ser a mãe a principal cuidadora. Por outro lado, em sua tarefa de cuidados, não se esperaria que praticasse maus-tratos.

No momento em que o acolhimento institucional ocorre, em que as crianças são separadas da família – retiradas da residência pelo conselho tutelar e/ou sob mandado de busca e apreensão judicial – muitas mães se desesperam. Choram, gritam, questionam a ação, se dizem injustiçadas. Depois, fazem postagens em redes sociais questionando e denegrindo o trabalho da rede de proteção, dos profissionais que participaram do procedimento, inclusive comentando o trabalho ruim da Justiça. Dizem ser perseguidas, vítimas de injúrias, injustiçadas. Primeiro negam que faziam algo errado e depois dizem que nunca receberam auxílio antes. Apenam a Deus por justiça e relatam um grande sofrimento – recebendo resposta em postagens de muitos que se compadecem com a situação: a indignação de ver uma mãe que perdeu os filhos sob acusação de maus-tratos.

Quando acionadas na Justiça, em seu direito à defesa, em uma chance de mostrar-se apta (dentro daquilo que a doutrina legal considera adequado) para receber os filhos sob responsabilidade novamente, precisam provar que se reorganizaram e que atingiram aquilo que delas se esperava enquanto cuidadoras – e participar das medidas indicadas é o primeiro passo. Assim, é dado um prazo para que a família atinja o que lhe foi determinado, enquanto as crianças permanecem institucionalizadas. Ao fim do período estabelecido, as famílias, as mães – comumente, haja vista que são as principais responsáveis pela família – passam por nova avaliação, de modo a verificar se aderiram aos encaminhamentos; se as indicações foram alcançadas; se o prognóstico pode ser favorável, visando assim, o reestabelecimento do poder familiar.

Nesse contexto, existem aquelas mães que tão logo participam de tudo que lhes é ofertado; existem aquelas que se queixam das medidas, questionam sua necessidade e importância, e selecionam os serviços que preferem frequentar. Existem aquelas mães que iniciam os acompanhamentos e com o retorno dos filhos para casa, abandonam os programas da rede. Existem aquelas que sequer comparecem para agendamentos, apesar de chorar nas audiências, pedindo pela guarda das crianças.

Nos processos judiciais são observados diferentes contextos, diferentes famílias, diferentes mães. Existem exceções, mas a maioria afirma amar os filhos e declara estar disposta a fazer o que for preciso para reaver sua guarda. Na prática, contudo, isso nem sempre ocorre. Nota-se, assim, uma disparidade entre o discurso, entre as mensagens emitidas e a ação, não restando claro por qual motivo uma genitora que afirma que faria qualquer coisa para garantir o retorno dos filhos para casa, não faz coisa alguma ou não

o faz a contento. Não apenas contrariam a lei – cuja punição é vista por elas como a perda das crianças – mas, na prática, abandonam os infantes.

O presente estudo intenta considerar a possibilidade de existir uma manifestação perversa em algum desses comportamentos citados. O entendimento na psicanálise sobre uma perversão na mulher, enquanto estrutura, não é totalmente definido. Cabe questionar se isso pode ser o suficiente para que deixe de ser considerada a existência de perversões maternas e como elas poderiam ser manifestadas, observadas. Ainda que não seja um tema muito recorrente, não deixa de atrair espanto e interesse de leigos e profissionais.

Roudinesco (2004) pontuou que existe um tipo de sujeito com estrutura muito própria que, embora muito rechaçado socialmente, exerce certo fascínio e curiosidade nas pessoas. Seria o chamado perverso aquele que é considerado monstruoso e que coloca em xeque as normas de conduta social e, por isso, tantas vezes acaba sendo julgado e excluído. Destaca-se que tanta curiosidade e, em mesma medida, revolta diante de tal sujeito, poderiam estar relacionadas, justamente, com aspectos próprios de cada um – e negados. O perverso escapa à norma; ele se volta a si mesmo, focado em seu benefício. O perverso parece expressar diretamente seus desejos e pulsões (em especial agressivos e sexuais) e, assim, ele contraria aquilo que os outros cidadãos cumprem em nome de uma lei; de uma regra social; do outro ou de um recalçamento.

Mas será que apenas em casos de perversão é que o conteúdo violento, agressivo, os impulsos sexuais do indivíduo se manifestam? Laplanche (1999 citado por Andrade, 2011)¹ fala sobre o quanto a violência é humana, cultural e permeia as relações ao longo da história da humanidade. O autor fala de impulso próprio da sexualidade do sujeito, que o remete ao que possui de mais primitivo, a dizer, uma sexualidade polimórfica perversa – que atrai e assusta ao mesmo tempo (Andrade, 2011).

O ser humano já nasce imerso em uma sociedade repleta de normas e limites com os quais aprende a conviver graças ao processo civilizatório apresentado por Freud no texto *O mal-estar na Civilização* (1929/1996). Este autor explica que os homens precisaram sublimar² seus desejos e pulsões por um bem maior; em nome da

¹ Refere-se ao texto: Laplanche, Jean (1999). Responsabilité et réponse. *Entre séduction et inspiration: l'homme*. Paris: PUF / Quadrige, pp. 143-172.

² Considerado um mecanismo de defesa; é um dos diversos tipos de processos psíquicos, cuja finalidade consiste em afastar um evento gerador de angústia da consciência do sujeito. Outros mecanismos de

convivência social. A sublimação pode ser entendida, sinteticamente, como uma capacidade de modificar uma pulsão (agressiva, sexual) e aplicá-la em um destino particular de modo a exteriorizá-la, modificá-la, suavizá-la, sem, contudo, perder o prazer que ela poderia trazer se realizada de modo original. São exemplos as artes, os esportes, a cultura, o engajamento em algo etc... que servem para extravasar, direcionar, canalizar, diferentes emoções. A civilização, dessa forma, pode ser entendida como uma forma encontrada pelos homens para manter em repouso essas pulsões – de modo a satisfazê-las sem ameaçar a civilização. As pessoas, em nome do convívio social, inibem muitos de seus desejos sexuais e agressivos (que necessitam satisfação de uma forma) pois, caso venham a satisfazê-los, poderiam colocar em risco outros sujeitos e a própria sociedade. Espera-se, portanto, que todos, homens e mulheres, independentes do papel que desempenhem na comunidade, ajam de tal maneira.

Nesse contexto social de controle das pulsões, cabe discutir questões de gênero? Existe necessidade de diferenciar a situação do masculino e do feminino quando se trata de um controle dos desejos sexuais, agressivos? Ou ainda, de seus respectivos ditos papéis sociais?

A concepção que se tem de mãe, de modo geral, coaduna com o entendimento social daquilo que também se espera das mulheres – um comportamento dócil, frágil, delicado, cuidador, logo, incapaz de fazer mal a outrem, principalmente, a uma criança, ao filho. Sob este entendimento, tantas vezes, essa é a atribuição dada à figura feminina, todavia, o que se esquece é que a mulher habita uma classe anterior: a de ser humano. Pontuado isso, aquilo que é próprio dos homens, da humanidade (apesar dos recalcamientos realizados, da impossibilidade de certas satisfações) ao que se refere às emoções e sentimentos, também se aplica ao campo feminino (e vice-versa).

Ocorre que, dada a associação do feminino com características de delicadeza e cuidado, pouco se espera que uma mulher seja capaz de cometer atos violentos. Espera-se, menos ainda, que tais atos sejam direcionados a crianças e/ou filhos. E como seria visto e definida essa figura? De modo geral, popularmente, é quase impensável tal associação entre maternidade e violência. Estar-se-ia falando de um *tabu* – frente aos processos identificatórios e referente a um mecanismo de negação?

Se considerados esses dois supracitados elementos, é possível pensar em outro motivo para que não haja prevalência de estudos sobre violência feminina, que vai além

defesas existem e entre eles podemos citar: a sublimação, a condensação, o deslocamento, a negação. (Freud, 1936/1996).

de sua baixa incidência, tal como o encobrimento de sua existência (Rinaldi, 2015). Esse processo pode se dar por diversas razões, desde fatores sociais – como a baixa notificação de crimes cometidos por mulheres, como o preconceito das pessoas que atribuem pouco ou até nenhum valor às manifestações da violência feminina – ou ainda, sua negação e não identificação como violência – ponto importante nesta pesquisa – em razão de um tênue limiar entre aquilo que beira o cuidado e a agressão.

De acordo com Costa (2011) embora exista uma maior incidência de delitos cometidos por homens, vem ocorrendo uma mudança de percepção frente a isso; as mulheres têm sido mais vistas no quadro da criminalidade. Conforme a autora, apesar disso, a participação da mulher ainda é muito associada ao homem – como extensão do ato ilícito do companheiro – ou ainda, como resultado de instabilidade emocional e social. Costa (2011) ainda apresenta que a noção de crimes cometidos por mulheres se torna ainda mais problemática no caso de ofensas sexuais, especialmente se as vítimas são crianças, uma vez que não se espera que tais crimes não sejam praticados por homens.

Martins (2015) destaca que casos de filicídio, por exemplo, não acontecem em raras proporções como se costuma pensar:

Estes, possivelmente, contabilizam índices de filicídio menores do que a realidade contabilizaria de fato, já que, na maioria das vezes, os fatos são omitidos – talvez por uma tentativa de manter o modelo ideal de mãe amorosa em vigor, ou para se evitar o contato com este tabu ou para proteger a instituição familiar (Martins, 2015, p. 56).

A pesquisadora menciona Rascovsky (1973 citado por Martins, 2015) para apresentar o quanto os dados estatísticos podem colaborar no falseamento dessa realidade. Tal autor citado aponta que os crimes dessa ordem são, tantas vezes, mantidos ocultos – por vezes pela ausência de denúncia, por vezes por dissimulação de como aconteceu. Destaca, ainda, que a palavra filicídio acaba sendo substituída por infanticídio, o que reforça o *tabu* da discussão. Nesse sentido, Martins (2015) pontua que confirmar e admitir que mães possam agir assim coloca em xeque o imaginário sobre a maternidade – o que abalaria a moral social que toma o amor materno como natural, inato. Ao trazer Montaldo (2014c citado por Martins, 2015) como referência, enuncia:

é bastante raro acreditarem que uma mãe desejou a morte de seus filhos. Ocorre com frequência uma negação coletiva dos fatos desta espécie de crime. Por isso, existe a necessidade de nos desprendermos da ideia de amor materno universal, para que seja possível um olhar mais atento para tais casos (Martins, 2015, p. 58).

É possível, ainda, mencionar Roudinesco (2003) quando esta destaca que o temor a ideia de um feminino que possa controlar a taxa de natalidade pode colocar em perigo a existência da família.

Assim se constrói, nessa pesquisa, a proposta de discutir e relacionar gênero e violência, em suas diferentes facetas – veladas, explícitas; físicas, psicológicas; a violência da sedução.

É preciso sopesar que homens e mulheres podem sofrer ou causar agressões, por isso não se pode desconsiderar a incidência de mulheres enquanto potenciais autoras, evitando-se generalizações próprias do senso comum. Merece destaque, nesse contexto, que mães também se enquadram nessa população.

Segundo Rinaldi (2015), na história das discussões entre gênero e Justiça, gênero e crime, a mulher costuma aparecer como vítima na grande maioria das vezes e pouco considerada como causadora da violência³. A autora acredita que tal vinculação se dê, em partes, em razão do movimento feminista a partir do qual se dilatou, fortemente, a questão da violência contra a mulher.

As noções de feminilidade foram deduzidas de submissão, passividade e exclusão. Alguns movimentos a favor de sua pulsão podiam fazer com que, socialmente, fosse desqualificada. Corroborando D. Bleichmar: “Como pode não se sentir estranha, dividida, invadida pelo mal-estar se qualquer movimento a favor da pulsão desvaloriza, desqualifica, mancha seu narcisismo de mulher? A pulsão ataca o gênero” (D. Bleichmar, 1988, p.100 citada por Martinez & Souza, 2014, pp. 183-184). Nas palavras das pesquisadoras, à menina não é permitido narcisizar sua sexualidade pois, ao exercitar seu gozo, é depreciada enquanto gênero feminino. Por outro lado, especialmente a partir da década de 1970, o avanço dos estudos das questões sexuais e

³ Por vezes, a mulher era dita responsável e não apenas vítima, por exemplo, quando de crimes sexuais. A legislação brasileira, até recentemente, considerava qual tipo de roupa a mulher estava usando para poder julgar um crime de estupro. Em alguns casos, poderia ser alegado que a mulher seduziu o agressor (se trajando roupa curta), ou ainda, que consentiu (se usando roupa muito difícil de ser tirada).

de gênero proporcionaram o crescimento de movimentos feministas e, com isso, a possibilidade de novas perspectivas (Roudinesco, 2003).

O feminismo lutava a favor da igualdade dos direitos para os dois sexos. Argumentava-se que a anatomia não deveria preponderar sobre os espaços, leis e direitos sociais. Tal reivindicação (já presente a partir do século XVIII com as grandes revoluções na Europa⁴) transformou a sociedade através de um extenso e intenso movimento de emancipação das mulheres (Roudinesco, 2003).

Já na entrada da década de 1990, surge a *queer theory* “uma nova concepção da sexualidade que rejeita ao mesmo tempo o sexo biológico e o sexo social, cada indivíduo podendo adotar a qualquer momento⁵ a posição de um ou do outro sexo, suas roupas, comportamentos . . .” (Roudinesco, 2003, p. 57). Principal expoente desses escritos está na figura de Butler (2015) que contribuiu para modificar as representações da sexualidade, particularmente, lançando luz sobre o caráter polimórfico perverso da identidade sexual. Separando-se sexo de gênero, surgia a contribuição para o aperfeiçoamento da liberdade sexual. Em paralelo, o lugar da mulher já não seria o dito natural de outrora; ela ocuparia o espaço que quisesse, podendo se desligar das características, até então, a ela atribuídas como essenciais (como a gestação).

Oliveira (2016) se vale da evolução do Direito de Família para mencionar a relação entre pensamento feminista e os direitos constituídos. Conjugalidade e maternidade, para ela, poderiam ser vistas como alçôofes da participação feminina na esfera pública. Pontua a autora que o Direito sempre se promoveu neutro, porém, ao contrário, se revela sexista, favorecendo os homens. A partir da década de 1960, surgiu um feminismo jurídico que denunciava essa distinção normativa dos sexos. Muitas práticas jurídicas, sociais, por anos, reforçaram a subordinação, tortura e até morte das mulheres.

A vinculação da figura da mulher à formação de família, à maternidade, é demasiadamente comum: “o grande desafio consiste, como tem sido há décadas, em não reduzi-las a esta esfera afetiva e procracional” (Oliveira, 2016, p. 47). As mulheres foram, são, excessivamente encarregadas de cuidar e zelar afetivamente da família. Ela deve *ser-para-o-outro*, particularmente, na expressão da maternidade. Ficou

⁴ A citar: Revolução Francesa (1789) e Revolução Industrial (1760/1820).

⁵ Cabe dizer que quando a autora fala a qualquer momento, não significa que o gênero possa ser modificado aleatoriamente, dia após dia, mas em qualquer tempo da história da vida do sujeito. A expressão sugere flexibilidade.

estabelecido ao longo da história, para a autora, que a natureza feminina estaria amarrada ao sacrifício, devoção, servidão – à família, aos filhos (Oliveira, 2016).

Rinaldi (2015) destaca que o próprio poder judiciário foi apontado como mecanismo de perpetuação e produção de hierarquias sociais e de gênero, na medida em que não abordava a mulher, também, como produtora de violências (senão enquanto medida de autodefesa ou em situações muito particulares).

Segundo a autora, em meados do ano de 1920, os juristas brasileiros estimularam os estudos no campo da criminalidade feminina – normalmente atrelada aos crimes passionais e em contextos amorosos – sob argumento de que a chegada da modernidade proporcionara o crescimento de tais crimes, vez que “a modernidade acentuara os estímulos sensoriais da mulher, acarretando sua degeneração moral, levando-a ao crime” (Rinaldi, 2015, p. 15).

Percebe-se desta fala que pouco se acreditava que a mulher, por si só, pudesse ter capacidade agressiva. Seus atos se dariam por reação a uma violência e/ou por influência externa de algo negativo. É possível entender um feminino colocado ao lado de uma bondade, de uma incapacidade de, naturalmente, ferir a outrem? O poder judiciário, enquanto legitimador da ordem social, acaba por incorporar os padrões sociais de masculino e feminino, validando-os nos casos de violência. Se mantida tal percepção por um lado, por outro, a qualidade moral da mulher também era avaliada; se fugisse do estereótipo de feminilidade, poderia deixar de ser considerada tão vítima. Será que, para o caso de mães violentas, isso teria a mesma validade?

Conforme apontado por Rinaldi (2015), comumente, a mulher foi vista como ser passivo e vitimado. A autora, por sua vez, inicia seu estudo questionando a universalidade de papéis da categoria mulher. Apresenta a ideia de que crimes passionais, infanticídios, nesse caso, seriam resultados de uma construção social e jurídica. Nota-se, assim, uma resistência em se reconhecer que as mulheres são capazes de cometer crimes e, desta forma, são dadas explicações para seus atos que, normalmente, tocam a ordem do emocional. O *estado puerperal*⁶, por exemplo, é uma

⁶ O estado puerperal, como o próprio nome diz, vem de *puer* (criança) e *parere* (parir). Diz respeito ao tempo em que o organismo leva para retornar ao estado anterior ao da gestação, com grande oscilação hormonal em rapidez e magnitude de ocorrência. É, portanto, um fato biológico, uma condição real e não se pretende diminuir ou desconsiderar o efeito que causa nas genitoras. Tal estado diz respeito a uma situação natural do nascimento. Apesar da alteração hormonal que acarreta, o pós-parto não necessariamente será seguido de uma alteração psíquica forte o bastante para levar a mãe a cometer maus-tratos contra o filho. Ocorre que, por vezes, os maus-tratos são aceitos apenas se encaixados dentro deste quadro específico – aí será compreensível. Folino (2014) apresenta uma discussão interessante sobre a depressão puerperal e o *baby blues*, trazendo suas definições e modo como ocorrem e se expressam,

justificativa para o crime de infanticídio. Um ato deste, tamanha estranheza que gera, é justificado por uma grande alteração hormonal e/ou psiquiátrica (aqui a histeria é citada pela autora), logo, estaria ela, ou louca ou perturbada – sendo estes os motivos que impeliriam a mulher, a mãe, a maltratar.

Neste raciocínio, esta pesquisa se propõe a refletir sobre as duas facetas do cuidado materno no contexto da feminilidade e na possibilidade de manifestações perversas, por parte dessas mulheres, visando discutir o modo como se dariam.

Vários são os autores em psicanálise que garantem a suma importância da mãe e de seus cuidados ao tratar do desenvolvimento infantil. Winnicott (1956/2000), em especial, vai tratar sobre uma *preocupação materna primária*. Tal autor postula a tese de que na primeira fase do desenvolvimento do bebê há um estado psicológico muito especial da mãe, o qual ele nomeou, então, como *preocupação materna primária*. Trata-se de uma sensibilidade exacerbada que possibilita a adaptação da mãe às necessidades que o bebê possui já nos primeiros dias de nascido. Ainda para o autor, algumas mulheres podem apresentar dificuldades para imergir nesse processo, não havendo garantias de que conseguirão atingir esta sensibilidade mesmo através de um período de adaptações. Entende-se, assim, que a mãe precisa proporcionar uma adaptação suficientemente boa à necessidade do bebê. Falhas e faltas podem provocar uma intrusão no ciclo de vida esperado do bebê e prejudicar o seu *continuar a ser*. O excesso de reações à intrusão provoca uma ameaça de aniquilação na criança (Winnicott, 1956/2000). Tal intrusão diz respeito ao que é excessivo que parte do id, com o qual o ego precisa ser capaz de lidar, do contrário, tal excitação pode ser traumática (inclusive pelas frustrações de não realizações que geram). As intrusões winnicottianas poderiam, então, ser comparadas às mensagens intrometidas a que se refere Laplanche (1996) e são destrutivas ao bebê. Tal temática será logo mais abordada, todavia, já cabe adiantar que conteúdos implantados, sem possibilidade tradutivas, também podem ter efeito traumático.

Quando Winnicott (1956/2000) fala desse *continuar a ser*, refere-se então às condições favoráveis o bastante para que a criança desenvolva seu *verdadeiro self*. Isto

inclusive, em termos biológicos e estatísticos, e ainda, numa discussão psicanalítica. Discute o luto da gestação (da necessidade de superação de um estado de narcisismo para entrada no investimento da criança que chegou); o estado de angústia natural às parturientes, dotado de um tom regressivo que pode ser experimentado de forma brutal por algumas mulheres; e a depressão (inclusive citando a importância que Winnicott dá a ela). De todo, insta destacar a discussão sobre o significado da maternidade para esta mãe – fator de grande relevância para atravessar tal condição gestacional. O tema do estado puerperal não será debatido a fundo nesta pesquisa, tamanho o tempo e espaço que necessita.

é possível quando as defesas egóicas não precisam ser tão atuantes contra as intromissões que vem do id, ou seja, quando o excesso pulsional não afeta o infante ao ponto dele se moldar em torno de um *falso self* (uma camada protetora que bloqueia sua originalidade afetiva para protegê-lo em demasia dos excessos) – o que acontece se a mãe não for suficientemente boa e não garantir um ambiente suficientemente bom. Forlanza Neto (1993) acredita que quando Winnicott (1956/2000) fala do *falso self*, fala de algo equiparado à morte do ser, tamanho seu prejuízo, vez que comprime a espontaneidade da criança.

Em uma aproximação, portanto, esse estudo vai se valer do termo nomeado de *sedução materna primária*, de modo a tratar dos perigos que podem existir nesse momento fundamental ao desenvolvimento psíquico, emocional e físico de infantes, que é o cuidado. É por este caminho que a presente pesquisa busca pontos de convergência e divergência entre as teorias winnicottianas e laplancheanas frente ao que compete os cuidados maternos.

Enquanto cuidadora, a mãe instaura a sedução, descrita por Laplanche (1988b) como necessária e universal – embora não por isso, deixe de ser traumática –, como um momento originário que, por um lado, marca o estabelecimento do Sexual; da formação do inconsciente e do desenvolvimento psíquico e psicosexual:

É por esse meio, o da tradução das mensagens da sexualidade recalcada do adulto – do enigmático – que a criança pode iniciar uma ordenação para a sua existência e para a sua relação com os outros. É esse trabalho que, com o suporte do grupo familiar e da cultura em si, a faz sair do puramente traumático (Martinez, 2012, p. 477).

Mas, por outro lado, tal sedução também pode revelar seu lado perigoso e nocivo na medida em que a mãe se excede e mergulha a criança em pequenas violências cotidianas que, tantas vezes, passam despercebidas.

Trata-se de um grande poder conferido a esta mãe cujo comportamento, em muitos momentos, aparenta ser de cuidado, entretanto pode caracterizar uma ação perversa – porém, justificada como boa intenção de proteção e amor. É o que se poderia

imaginar de um excesso, de uma mensagem demasiadamente violenta, de duplo sentido, enviada para criança embutida no que chama de cuidado⁷.

Segundo Martinez (2012), inevitavelmente, o adulto dirige essas mensagens enigmáticas às crianças durante o cuidado despendido a estas. Tal relação, dotada de intensa dependência da criança, é marcada por assimetria, pela passividade do infante frente ao adulto e seu inconsciente (repleto de sexualidade recalcada), caracteriza o que Laplanche nomeia de *situação antropológica fundamental* (Martinez, 2012).

Laplanche (1988b), além de fazer trabalhar a obra freudiana, resgatou teorias abandonadas pelo pai da psicanálise, conferindo-lhes nova importância. O autor, então, levanta a discussão em torno da teoria da sedução que Freud descartou enquanto cerne nos estudos da histeria. O ponto nodal da concepção laplancheana se refere, portanto, à teoria da sedução generalizada.

Em linhas gerais, a ideia de sedução generalizada é baseada na passividade da criança e na atividade do adulto. O adulto, através de sua própria sexualidade (manifestada de modo inconsciente, sem que se dê conta, sem essa intencionalidade), dá vida à sexualidade da criança; pode-se dizer que, no infante, essa condição é implantada em razão de um excesso pulsional oriundo desse cuidador. Quando tal contato é passado pelo adulto adequadamente, essas experiências podem ser elaboradas e a sedução auxilia, então, na constituição do psiquismo e na composição afetiva da criança (Laplanche, 1988b).

Laplanche (2015) chama atenção sobre a ideia de um desenvolvimento da criança ser calcado no primado da base sexuada; aponta a tríade gênero-sexo-sexual na qual, segundo Rodrigues e Belo (2017) “o gênero antecederia o sexo e, o recalçamento do gênero pelo sexo, resultaria no sexual” (Rodrigues & Belo, 2017, p. 10). A discussão de gênero ganha destaque pelo autor quando ele afirma que se trata de um elemento importante presente nas mensagens enigmáticas enviadas pelo adulto em direção à criança. Tais mensagens estariam permeadas pelos ruídos do inconsciente (conteúdo sexual recalcado) do adulto (Rodrigues e Belo, 2017).

Laplanche (1992b) se apega àquilo que há de real, de concreto, na sexualidade e nas relações humanas, em especial, no cuidado de bebês. Na teoria da sedução, através

⁷ Recentemente, no cotidiano forense, foi possível se deparar com uma mãe que perdeu a guarda dos filhos mais novos, ainda menores de idade. Entre os mais velhos, um tentou suicídio após discussão (a qual não se sabe o teor) com a genitora. Uma outra criança, falecida antes de completar 02 anos de vida, em razão de um engasgamento. Segundo o pai – que estava trabalhando no momento do fato – o médico lhe noticiou que a morte se deu por excesso de alimentação; a criança já se encontrava em sobrepeso.

desse cuidado, o adulto passa uma mensagem para criança e, aquilo que ela não compreende – já que não tem capacidade, ainda, para compreender o que recebe – torna-se um enigma. Isso que não é significado, torna-se resto, compõe o excesso (pulsional) e vai para o inconsciente. Fundar-se-ia, assim, o recalçamento originário e, por conseguinte, o próprio inconsciente.

É preciso considerar, então, conforme já mencionado acima, a tênue linha entre aquilo que é considerado adequado e o que não é quando do cuidado de crianças – que se torna excessivo e violento para os infantes. Cabe refletir se a sedução maternal, desta feita, poderia ser considerada um artifício usado pelas mães como forma de causar aflição aos filhos e se isso poderia ser o suficiente para que sejam consideradas dotadas de uma estrutura perversa, ou ainda se, ao menos, seria suficiente para admitir que podem possuir um viés perverso.

Nesse ponto, cabe destacar que o objetivo deste estudo, entretanto, não é tentar elucidar se existe possibilidade, dentro das distintas teorias em psicanálise, de haver uma perversão na mulher, enquanto estrutura. O termo perversão não será utilizado como sinônimo de perversidade, vez que se tratam de coisas diferentes. Uma expressão perversa não implica em uma estrutura perversa e, por isso, trabalhar-se-á com a noção de manifestação perversa. Esta pesquisa, intenta, na realidade, através de discussões sobre feminilidade, debater a possibilidade de se encontrar perversões na maternidade.

Em sua obra, Freud (1905/1996, 1917/1996, 1919/1996b) delineava a perversão, inicialmente, como um desejo atuado por meio de uma conduta sexual que não era mantida sob recalque, entretanto, não dedicava uma clínica para essa conduta – como fizera com as neuroses (Ferraz, 2010).

O conceito de perversão é trazido, de modo sintético, por Laplanche e Pontalis (2001), a partir da obra de Freud, como sendo:

Desvio em relação ao ato sexual normal, definido este como coito que visa a obtenção do orgasmo por penetração genital com uma pessoa do sexo oposto. Diz-se que existe perversão quando o orgasmo é obtido com outros objetos sexuais (homossexualidade, pedofilia, bestialidade, etc.), ou por outras zonas corporais (coito anal, por exemplo) e quando o orgasmo é subordinado de forma imperiosa a certas condições extrínsecas (fetichismo, travestismo, voyeurismo e exibicionismo, sadomasoquismo); essas podem mesmo proporcionar, por si sós, o prazer sexual. De forma mais englobante, designa-se por perversão o conjunto de comportamentos psicosexuais que acompanha tais atípicas na obtenção do prazer sexual. (Laplanche & Pontalis, 2001, p. 341).

O perverso atingiria e procuraria por seu prazer através de outras formas; outros objetos sexuais, outras zonas corporais, ou seja, outros meios que não o genital. Freud (1905/1996) elenca três principais processos para falar de tal condição. Na primeira concepção freudiana, o perverso põe em prática a fantasia, ele se autoriza a isso, como na posição polimórfica perversa infantil citada pelo autor no texto *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/1996). O segundo tempo da perversão em Freud diz respeito às elaborações atinentes ao complexo de Édipo, complexo de castração e aos consequentes processos de identificações parentais (Ferraz, 2010); com a não dissolução do complexo de Édipo, a não assunção ao complexo de castração, a interdição ao incesto não é aceita. O sujeito, então, não atinge a fase genital adulta (daí a permanência em uma sexualidade que se assemelha à ordem do infantil). São eleitos substitutos, através de um mecanismo de deslocamento, ao prazer genital – esse entendimento leva ao terceiro tempo do conceito de perversão em Freud, ligado ao fetichismo (Ferraz, 2010). É nesse ponto que o sujeito pode manifestar comportamentos sexuais atípicos, agressividade exacerbada – ditos como suplentes.

O tema da perversão, por ora brevemente descrito, é trazido na trajetória desta pesquisa na medida em que um de seus objetivos é também tentar compreender o limite entre a sedução originária, como proposta por Laplanche (1992b), necessária para constituição do psiquismo, e a sedução perigosa (das mensagens violentas em excesso, sem assistência para tradução) e que pode ter expressão perversa. Ainda que esta pesquisa não se pautar na discussão da perversão na mulher, vê-se como pertinente o entendimento dessa estrutura.

A intenção no presente estudo, desta forma, se pauta em ponderar se alguns cuidados maternos podem ser considerados maus-tratos e, assim, extrapolar a ordem da sedução estruturante, podendo configurar uma perversidade materna. Para tanto, são resgatadas as teorias da sedução freudiana, a teoria da sedução laplancheana e o entendimento winnicottiano de preocupação materna primária. Em decorrência, também a necessidade de compreender o conceito de perversão e seu funcionamento, ainda que sucintamente, relacionando com as referidas teorias do cuidado e sedução.

Este estudo, então, também procura traçar um paralelo entre questões de gênero, uma vez que, faz parte do imaginário social acreditar que a mãe, a mulher, é incapaz de cometer atos violentos, perversos, contra seus filhos. Importante, assim, entender como

essa concepção se constrói – com a retomada de autores que tratam sobre a temática do gênero, com fundamento psicanalítico – e como desmistificá-la. Neste caminho, essa pesquisa pode discorrer sobre a possibilidade de existência de traço patológico (neste caso, perverso)⁸ nestas mães que se valem do que há de excessivo nos cuidados, através do lado negativo da sedução.

Busca-se, nesta pesquisa, tentar desmistificar a ideia, naturalizada, de que mães são incapazes de ferir seus filhos e, assim, levar à compreensão que pode existir um momento no próprio cuidado que configure maus-tratos e, portanto, que nem toda prática pode ser aceita em nome do dito amor materno. Tal pesquisa, dessa forma, deve proporcionar o entendimento de que a ação materna, disfarçada de cuidado, também pode ser perversa e configurar uma violência. Um estudo desta ordem cabe na medida em que traça um aprofundamento teórico entre temas que parecem distantes⁹, porém não o são. Desta feita, a possibilidade de surgir um esboço para práticas futuras de intervenção, tanto no campo clínico, quanto no (e talvez, particularmente neste) institucional¹⁰.

Dados do IPEA (2009), gerados entre os anos 2001 e 2009, sinalizam que o percentual de famílias brasileiras chefiadas por mulheres subiu de, aproximadamente, 27% para 35%. Isso correspondia, na época, em termos absolutos, em quase 22 milhões de famílias cujo principal responsável seria alguém do sexo feminino.

Assim, ficando exposto que as mulheres são as principais cuidadoras nas famílias, tratar o tema *gênero* é assunto correlato quando se fala nesta particular sedução – aquela excessiva, sem oferta de recursos tradutivos. Enquanto Freud (1932/1996) parte de um ponto de vista binário da sexualidade: masculino-feminino, ativo-passivo, Laplanche afirma que o gênero é plural. A teoria da sedução generalizada enfatiza a “dimensão intersubjetiva e a prioridade do outro na fundação do psiquismo, assim como no desenvolvimento de uma identidade de gênero” (Martinez & Souza, 2014, p. 172).

⁸ Considerando que traço patológico não é sinônimo de patologia propriamente dita e que, conforme mencionado, o escopo desta dissertação não se encontra em discorrer sobre a estrutura perversa.

⁹ Parecem distantes pois existem muitas teorias que tratam da importância dos cuidados maternos, com foco na relação mãe-bebê, e até mesmo nos problemas oriundos no caso desta falta materna ou de uma falha na vinculação desse par. Pouco se fala, porém, no excesso oriundo de tais cuidados; no excesso pulsional emitido pela mãe; naquilo que pode existir de violento durante esses cuidados e, assim, revela uma condição cruel (pouco esperada) na maternidade.

¹⁰ Na seara forense um estudo de tal natureza seria de pertinência, haja vista os procedimentos de medida de proteção em que, tantas vezes, as crianças são afligidas com inúmeros maus-tratos dentro do seio familiar. Nem sempre, contudo, são facilmente percebidos dado seu caráter subjetivo, embutidos em práticas maternas que se assemelham aos cuidados, porém, nem sempre o são.

Segundo Laplanche (1992b) é certo que a sedução – transmitida através dos cuidados dedicados às crianças – é necessária para tornar o bebê humano, contudo, cabe considerar as possíveis expressões perversas que podem se manifestar nas ações de tais cuidadoras na medida em que se tornam excessivas suas mensagens enigmáticas, intrometidas.

Laplanche (2015) pontua que, desde cedo, antes mesmo de perceber as diferenças biológicas, as crianças reconhecem as distinções de gênero – já que estas são representadas pelos comportamentos, hábitos e costumes apresentados por cada um dos pais. São os chamados papéis sociais por eles desempenhados. Quando uma criança olha para um adulto, não vê seu órgão genital, mas seus hábitos, suas roupas – que vão ser considerados masculinos ou femininos e, assim, o gênero é compreendido em seu contexto sociocultural, gênese dos processos de identificações. Ademais, são os pais que situam a criança, dizendo a ela se é menina ou menino (Laplanche, 2015), designando, então, seu gênero. De acordo com Martinez e Souza (2014), portanto, a elaboração da identidade masculina ou feminina, se dá a partir de um enigma que é proposto à criança pelo mundo adulto: “é essa ação inconsciente do outro, lançada sobre o psiquismo do infante, que o convoca a decifrar também as diferenças de gêneros” (Martinez & Souza, 2014, p. 175). Tais mensagens, portanto, são impregnadas de conteúdo consciente e, principalmente, inconsciente – onde habita o polimórfico perverso, as fantasias e os conflitos de gênero de cada um.

A identidade de gênero diz respeito a um fenômeno psíquico que se encontra em um espaço de interface entre o orgânico e o social, e a introdução do inconsciente nessa equação é fator essencial para que se compreenda a identidade de gênero para além do masculino e feminino, mas como uma pluralidade (Martinez & Souza, 2014).

Ocorre que, como mencionam as autoras, os recursos de tradução oferecidos pelo adulto contemplam a ordem binária: masculino ou feminino, logo, a subjetivação plural, incompatível com a anatomia, será recalcada. Diante do que é normatizado pelo *socius*, então, o que o infante for capaz de traduzir, acaba por formar seu eu, sendo este uma representação de si mesmo já na ordem masculina ou feminina (D. Bleichmar, 2011 citado por Martinez & Souza, 2014). Nessa construção, um limite em torno de ser e não ser mulher; ser ou não ser homem – de acordo com uma expectativa social.

Dentro daquilo que se espera do feminino, conforme os padrões sociais, culturais, a maternidade é colocada em evidência. E não somente a gestação, mas a dedicação e cuidado de crianças também acabam sendo exigências para esse feminino.

Aquilo que é posto, que é atribuído ao *ser mulher*, nesse contexto, poderia ser torturante para algumas mulheres: “A descoberta de pertencer a um gênero desvalorizado desencadeia uma crise no ideal de eu e no narcisismo da menina” (Martinez & Souza, 2014, p. 173).

Em seus cuidados, mães exercem um significativo poder sobre seus bebês – que dela dependem. A expressão dessa insatisfação, por vezes, poderia ser manifestada na forma como essas mães vão tratar seus filhos – a quem podem destinar uma pulsão desestruturante na medida em que o cuidado destinado chega impregnado de conteúdo violento, sem recurso traduzível, portanto, perigoso ao psiquismo do infante. Mesmo que de maneira inconsciente, cabe pensar se essa mãe, de algum modo, atinge um estado de gozo ao exercer esse poderio sobre seu bebê. Seria possível pensar nesse gozo como reflexo de uma frustração? Ou apenas como uma manifestação de poder cruel?

Cabe situar que essa sensação de poder e gozo se dão na ordem do inconsciente, assim, não necessariamente as mulheres agiriam de modo deliberado ao praticar maus-tratos; ao seduzir em excesso, é possível que muitas delas, na verdade, acreditem que estão corretas, fazendo o que consideram o melhor para seus filhos – gozo, nesse caso, no reconhecimento de um exercício pleno de sua maternidade, feminilidade (como dela esperam). Toda mãe é sedutora e toda sedução é traumática, o problema está no algo a mais transmitido sem que seja oferecido recurso tradutivo para suas mensagens intrometidas – conceitos que serão definidos logo mais a diante.

As crianças, por sua vez, também não são capazes de compreender os maus-tratos recebidos que, tantas vezes, chegam através de toques, falas, carícias, alimentação (Laplanche, 1996). Este mesmo autor explica que os infantes necessitam de assistentes de tradução para entender as mensagens, inevitáveis, emitidas pelos adultos. Desde o nascimento, são expostos e inseridos a um ambiente repleto de estímulos, símbolos e linguagens (Laplanche, 2003). Esses assistentes de tradução são como códigos aos quais a criança tem acesso desde pequena, através da cultura, para auxiliá-la a compreender o mundo. Os referidos códigos podem ser entendidos como

o conjunto de mensagens (não-verbais, ainda mais que verbais) destiladas pelo ambiente social geral, que acompanham o processo de *sedução precoce* como um contraponto. Trata-se, em particular, da forma como os aspectos cotidianos

das diferenças entre os sexos, as relações entre gerações e o acesso ao corpo (especialmente a nudez) são codificados (Martens, 2003, p. 4)¹¹.

Ocorre que, em grande medida, é o próprio adulto o principal assistente de tradução da criança; é o cuidador quem se encarrega de transmitir a cultura (leis, costumes). Se nesta posição a mãe emite mensagens com duplo sentido, violentas em demasia, para quais, dada sua natureza confusa (agressão travestida de cuidado), o infante não é capaz de entendê-las, isso poderia prejudicar seu desenvolvimento psíquico. Conforme Martinez (2012): “os destinos da tradução são diversos, alguns condenam à morte sem piedade, outros, enfim, são suportáveis” (Martinez, 2012, p. 246). Essas mensagens são apontadas por Laplanche (1996) como sendo intrometidas; chegam até a criança de modo violento, desacompanhadas de recursos tradutivos, experimentadas majoritariamente pelas zonas anal e oral, e como não são dados assistentes de tradução para a criança, elas não são traduzidas e nem recalçadas – compondo um trauma.

Convém esclarecer, entretanto, que toda sedução é traumática – independente da forma que seja comunicada, seja por implantação ou por intromissão. Ainda que proporcione a estruturação do aparelho psíquico, no segundo processo, tem-se um traumático de teor mais patológico.

É possível fazer a seguinte ponderação: se por um lado isso pode limitar o papel da mulher colocando-a enquanto cuidadora, por outro, isso pode lhe conferir um significativo poder. Em suas mãos, não apenas os cuidados, mas a capacidade e possibilidade de ferir (física e/ou psiquicamente) o infante. A sedução que trata este estudo, portanto, seria aquela da ordem excessiva, abusiva, extrapolando o necessário para constituição do psiquismo na criança.

Belo (2012a) ensina que na teoria da sedução generalizada, mais precisamente, na situação originária, o infante é alvo do sexual dos adultos que cuidam dele. Através dos cuidados é que as excitações sexuais (sejam verbais e/ou não-verbais) são depositadas na criança. Tais excitações são mensagens que precisam ser traduzidas. São os mesmos adultos que excitam, que emitem a mensagem, que também vão fornecer material para tradução. Os bebês fazem traduções precárias pois não possuem, ainda,

¹¹ No original: hay que entender el conjunto de mensajes (no verbales, aún más que verbales) destilados por el ambiente social general, que acompañan como en contrapunto el proceso de seducción precoz. Se trata, muy particularmente, de la forma en que se codifica lo cotidiano de la diferencia de sexos, las relaciones entre generaciones y el acceso al cuerpo (especialmente a la desnudez).

suficiente material simbólico para elaborar essas excitações, e também porque tais mensagens chegam comprometidas com conteúdo inconsciente dos adultos (são enigmáticas) e, assim, tais mensagens só terão sentido em um outro momento, ou seja, *a posteriori*. (Belo, 2012a).

De acordo com a teoria laplancheana, percebe-se que a sedução é a condição necessária para a constituição do psiquismo da criança, contudo, ainda que fundamental, não existe uma sedução que seja dita *boa*. Toda ela será traumática e, será justamente esse movimento que vai impulsionar a constituição da tópica, o início das defesas. A sedução, no entanto, sem qualquer assistente de tradução, pode configurar um algo a mais, uma intromissão, para qual, sem auxílio tradutor, a criança pode não conseguir lidar.

Em mesma medida que emite mensagens enigmáticas, a mãe deve fornecer condições da criança as traduzir e, aos poucos, proporcionar-lhe defesas, ou conforme se vale Belo (2012b) “escudo protetor contra os estímulos que ela mesma endereça ao seu bebê” (Belo, 2012b, p. 428).

Seria um equívoco pensar que a sedução ocorre apenas nos atos violentos, na verdade, ela se manifesta justamente nos cuidados diários com o infante. A sedução é da ordem do inconsciente e a mãe não sabe que a pratica; a sedução, na realidade, lhe escapa nos pequenos gestos. Ocorre que, essa sedução deve possuir um limite. Por vezes, ela pode extrapolar aquilo que é necessário para promover a vida da criança – quando das mensagens intrometidas – e colocar em perigo a sua integridade psíquica. Nesse sentido, Martinez (2012) refere que, para Laplanche (1992), na implantação

o apego garante a possibilidade de, por um lado, se instalar um enigma, e, por outro, um trabalho de tradução, na intromissão não há qualquer potencial organizador e, portanto, não há formulação de um enigma a ser traduzido. A mensagem, neste último caso, é exclusivamente sexual e penetra violentamente (Martinez, 2012, p. 477).

Parat (2006 citada por Belo, 2012b) aponta que a mãe, por um lado, desperta o pulsional existindo um risco significativo de um excessivo paraexcitações¹² materno. Em concordância, Green (1990 citado por Belo, 2012b):

O amor maternal tem por objetivo, depois de ter favorecido a eclosão da vida pulsional, apenas torná-la tolerável à criança. Potencialmente a mãe oscila sempre entre o excesso de gratificação e de frustração. Todos os dois têm o mesmo efeito: este de provocar uma excitação pulsional que ultrapassa as possibilidades de elaboração do Eu, isto é, a integração das pulsões numa atividade de ligação (Green, 1990, p. 183 citado por Belo, 2012b, p. 428).

Belo (2012a) se vale de Laplanche (1998) para deixar mais clara tal noção ao mencionar que a mãe protege o bebê contra um perigo principal: ela mesma. Assim, a boa mãe seria como uma trincheira contra a mãe má; “. . . é a retirada do amor da mãe que consegue desvendar esse poder maléfico da mãe” (Laplanche, 1998, p. 342). Esta mãe má seria aquela que rouba do bebê seu narcisismo em benefício próprio, satisfazendo suas próprias necessidades em detrimento da criança, fazendo do bebê o elemento essencial de sua economia libidinal (Schaeffer, 1997/2008 citado por Belo, 2012b).

Segundo Roman (2013), então, a mãe pode representar, por um lado, a figura que desperta sensações sexuais precoces, que desperta a sexualidade infantil e, por outro, pode ocupar o lugar de mãe sedutora (tal como o pai sedutor de Freud) que utiliza a criança como objeto sexual.

A violência pode se expressar de modo sutil e, tantas vezes, a mãe pode fazer uso de manobras para que seus filhos permaneçam dependentes dela, reforçando sua condição de controle e poder. A criança, por sua vez, depende de tais cuidados; sua ausência poderia fazer com quem entre em desamparo. Nas palavras de Martinez (2012): “é instigante a constatação que somente na base de uma comunicação violenta – das mensagens de sedução – irrompa o inconsciente e se faça o ser como humano” (Martinez, 2012, p. 477). Por outro lado, uma vez sabido que a sedução é necessária

¹² Escudo protetor contra estímulos: “Essa camada é denominada por Freud de *Reizschutz*, termo que pode ser traduzido como escudo protetor contra estímulos ou, como sugerem Laplanche e Pontalis (1992), paraexcitações” (Belo, 2012, p. 426).

para humanizar a criança, o problema da sedução estaria no *algo a mais*. Questiona-se, assim, se seria esse *plus*, também capaz de fazer com que entre em desamparo.

A mãe poderia adquirir um papel manipulador; falicizar o filho para torná-lo seu, sob sua posse, na mesma medida em que o castra – destituindo-o de poder e reforçando sua própria condição de importância. Diante de sua dedicação ao filho, tantas vezes, pode se colocar muito mais a serviço de si mesma e sem perceber que assim age. Poder-se-ia falar, então, em uma perversão feminina, ou tratar-se-ia de uma mãe com traços perversos?

Para refletir sobre essas questões apontadas até então, essa pesquisa se vale do **método psicanalítico**. Conforme Mezan (2001), tal método pode ser utilizado como recurso de pesquisa, uma vez que, no caminho pretendido, a psicanálise enquanto investigação do tipo qualitativa, vem para traduzir e auxiliar na compreensão de diferentes formas de relação social e fenômenos, trabalhando nestes em profundidade. Segundo o autor, ela se insere em diferentes terrenos, já que trata das condições estruturantes dos indivíduos através da análise de tudo aquilo que perpassa o inconsciente – que é comum a todas as pessoas.

Nesse mesmo sentido, Figueiredo e Minerbo (2006) esclarecem que o olhar da psicanálise cabe em todos os campos, servindo para que sejam abordadas as mais diversas interações humanas. Os autores chamam atenção para que os fenômenos investigados sejam pensados e interpretados sob uma ótica psicanalítica:

Cabem algumas considerações sobre o alcance do ‘método psicanalítico’. Este pode ser usado para interpretar qualquer fenômeno que faça parte do universo simbólico do homem: sessões de psicoterapia, entrevistas, qualquer tipo de material apresentativo-expressivo (projetivo), fenômenos sociais ou institucionais, material clínico colhido de grupos de pacientes . . . Quando investiga um fragmento da realidade, suas conclusões valem para o fragmento estudado. E isto já é o bastante para tornar a atividade de pesquisa em psicanálise perfeitamente respeitável (Figueiredo & Minerbo, 2006, pp. 275-276).

Segundo Mezan (2001), os trabalhos de pós-graduação costumam ser agrupados em diferentes categorias, de acordo com as reflexões propostas. A psicanálise pode ser levada para fora do consultório e se inscrever na cena social e cultural. Pontua o autor que “boa parte dos escritos de Freud fazem avançar a psicanálise tomando por tema

fenômenos a que Laplanche chamou com o termo muito feliz de *extramuros*” (Mezan, 2001, p. 146), isto porque, não se trata exclusivamente de um modelo de intervenção terapêutica, mas de uma forma de interpretar as relações e o mundo.

Laplanche (s.n. citado por Mezan, 2001) pela contribuição à *psicanálise extramuros*, é trazido como fundamento para as discussões desse trabalho a partir da teoria da sedução generalizada. A teoria laplancheana nessa pesquisa se destaca pela relação que faz com o gênero e com seus respectivos papéis culturais. Falar de maternidade, assim, além de tratar de sua função (com aporte winnicottiano), também remete a uma questão social, daquilo que se espera da mulher. A maternidade, dessa forma, seria quase que uma performance sociocultural da mulher. Entender essa relação é importante para que, aos poucos, sejam desmanchadas as ideias presentes no imaginário social do que espera, ou não, de uma mãe.

Esta pesquisa se constrói em uma discussão teórica baseada, idealizada em razão da rotina de trabalho forense – medidas de proteção com mães violadoras de direitos, negligentes e que maltratam (aberta ou sorrateiramente). Acredita-se que, em um posterior momento, em futuras pesquisas, alguns casos possam ser trazidos à análise quando de uma maior maturidade teórica desta orientanda. Por ora, as tantas mães observadas permanecem na memória e nos constantes relatórios emitidos pela Vara da Infância e Juventude.

Assim, retomando o que já mencionado, este trabalho se justificaria pela necessidade de refletir sobre o limite entre os cuidados e os maus-tratos; o momento em que a necessária sedução extrapola o necessário para o desenvolvimento do psiquismo. Tal pesquisa pretende, ao debruçar-se sobre algumas teorias psicanalíticas e estudos sobre gênero, apresentar alguns conceitos e relacioná-los para tentar compreender a prática dos maus-tratos enquanto manifestação na maternidade: até qual ponto tal prática, através do entendimento da teoria da sedução generalizada, por meio das mensagens implantadas, intrometidas, pode ser realmente considerada perversão. Uma mãe usuária de psicoativos que não cessa o uso após afastamento do filho pela justiça; uma mãe que nega que a filha tenha sofrido abuso sexual sob seu teto; uma mãe que se compromete a cumprir determinações para reaver a guarda do filho, mas não as cumpre. Seria essa mãe a do campo perverso?

Para tanto, inicialmente, serão levantados os temas sobre a feminilidade, adentrando assim, nas questões de gênero e de como eles se relacionam com a maternidade. Na sequência, a discussão sobre a teoria da sedução generalizada de

Laplanche e suas manifestações no cuidado materno, permitindo a entrada em um novo ponto, em que se trabalhará a possibilidade de discutir o aspecto perverso do cuidado materno e suas reações com o gênero feminino.

Desta forma, um primeiro capítulo, **A sedução materna primária**, será dedicado a falar sobre o processo de sedução que o adulto insere na criança no momento dos cuidados necessários e o quanto há de poderoso nesse ato desempenhando, especialmente, pela mãe. Parte-se, assim, de um entendimento winnicottiano sobre a importância materna nos cuidados de bebês até a introdução laplancheana da revisão do conceito de sedução na psicanálise. Para tratar do gênero feminino, o ponto seguinte: **Gênero, feminilidade e maternidade** para abordar as questões de gênero e feminilidade sob um viés social e psicanalítico. A partir do olhar da relação mãe-filho, das questões de gênero e expressão de atos violentos, a entrada ao terceiro capítulo: **Perversão e perversidade feminina: quais as possibilidades?** Momento de discussão de algumas noções sobre uma construção de identidade feminina – a mulher enquanto mãe ou cuidadora e a mulher enquanto violentadora – permitindo os seguintes questionamentos: Quais manifestações poderiam ser pensadas para que a mesma mãe cuide e maltrate, por vezes em idêntica medida? O que separa uma perversão de uma perversidade? Como seria a interação dessa mulher-mãe com os filhos e, em especial, com filhas meninas? Talvez nem todas as questões levantadas ao longo da pesquisa possam ser sanadas, contudo, esse estudo se propõe a assiná-las e debatê-las.

1- A SEDUÇÃO MATERNA PRIMÁRIA

Inicialmente, cabe dizer que esta pesquisa possui por eixo teórico a teoria da sedução generalizada de Laplanche (1992b), sendo está relacionada à teoria de Winnicott (1956/2000) na intenção de tratar da função materna e seus desdobramentos. Para tanto, Winnicott é trazido como aquele que bem delimitou conceitos precisos sobre a importância da maternagem. O caminho a se percorrer, depois disso, é traçar pontos de convergência entre a teoria winnicottiana, no que tange aos cuidados fundamentais do bebê, com a teoria da sedução generalizada apresentada por Laplanche como sendo fundamental para fundação do psiquismo da criança. O foco não é traçar uma correlação entre as teorias, mas percorrer pontos sobre o cuidado materno como necessário para organização psicosexual das crianças. Antes de introduzir a teoria laplancheana, é feito um breve resgate da teoria da fantasia em Freud que foi trabalhada por Laplanche.

Se Hornstein (2006) e Lasch (1983) são citados por Nascimento (2011), ao tratar do narcisismo, por considerarem o sofrimento como sendo uma necessidade e um risco para o desenvolvimento psíquico, tem-se Laplanche que, em paralelo, acredita que a sedução também tenha idêntico papel. O teórico, ao desenvolver a teoria da sedução generalizada, retoma a teoria freudiana do trauma que, até então, fora abandonada e substituída pela teoria da fantasia. Para construção deste capítulo, além da retomada da teoria da sedução em Freud e em Laplanche, Winnicott também é trazido à cena, uma vez que, é o autor que trata sobre a *preocupação materna primária*, considerando os desdobramentos na participação (ou ausência) desta nos cuidados das crianças. Assim, passando pelo resgate (em modo cronológico de apresentação) de tais pontos, intenta-se correlacionar a posição winnicottiana dos cuidados maternos com a teoria da sedução em Laplanche de modo a procurar compreender se esses cuidados exercidos, em algum momento, podem ser nocivos ao infante.

Importante lembrar que a correlação entre as duas teorias não é um objetivo central deste estudo, porém, como explanado nos próximos tópicos, ainda que em termos da constituição do psiquismo a proposta de Laplanche seja distinta da teoria de Winnicott (e que muitos critiquem que este último autor dessexualizou a teoria psicanalítica), é possível fazer uma aproximação entre eles – aproximação que pode auxiliar na compreensão de como os cuidados podem se aproximar dos maus-tratos.

Assim como Laplanche, Winnicott resgata inúmeros conceitos já apresentados por Freud. Para ambos os autores, a entrada da criança no mundo é permitida, proporcionada, pelo adulto cuidador. A teoria winnicottiana destaca o papel da mãe como imprescindível. A *preocupação materna primária*, assim, toca a ideia da teoria da sedução generalizada proposta por Laplanche – quando descreve que a sedução, transmitida através dos cuidados básicos para com o bebê é essencial para fundação de seu psiquismo. Além disso, Winnicott aponta que “há uma superposição entre o que a mãe fornece e o que o bebê é capaz de conceber. Para o observador, a criança percebe o que a mãe realmente apresenta, mas esta não é toda a verdade” (Winnicott, 1956/2000, p. 328). Essa noção pode ser comparada ao que Laplanche (1992a) discorre sobre as mensagens que são emitidas pelos cuidadores aos infantes; mensagens que são consideradas excessivas, permeadas de conteúdo sexual inconsciente, para as quais as crianças não possuem, ainda, capacidade de entendimento, mas que são necessárias para fundação de seu inconsciente e que permitem sua estruturação psicosssexual. Uma dose de frustração também é apontada por Winnicott (1956/2000) como extremamente importante e necessária para o desenvolvimento do bebê – assim como uma dose de sedução também é mencionada, por Laplanche (1992b), como fundamental. Para ambos, sem a mãe, sem o adulto que toca, segura, desperta a pulsão na criança, não existiria entrada saudável da criança no mundo – mundo real e mundo psíquico. Ocorre que, se excessivo, esse cuidado pode se tornar um enigma indecifrável e constante, e fazer mal para o infante. A intenção desse trabalho, portanto, percorre o caminho (através dos meandros da feminilidade, maternidade) para atingir a questão sobre o quanto os cuidados maternos podem extrapolar a sedução estruturante e, em seu caráter excessivo, representar uma manifestação perversa desta mulher cuidadora.

1.1 A TEORIA DA SEDUÇÃO EM FREUD

Para adentrar no campo da sedução é preciso, também, falar sobre a noção da fantasia. Na teoria psicanalítica, um tema aparece ligado diretamente ao outro. Assim, para expor a teoria da sedução, faz-se importante compreender, mesmo sucintamente, a teoria da fantasia – que foi trazida por Freud em substituição à teoria da sedução.

Segundo Roudinesco e Plon (1998), Freud tratou do conceito de fantasia como correlato da elaboração da noção de realidade psíquica, designando assim, a vida

imaginária do sujeito. Sua teoria da fantasia ganhou força quando, com a publicação de 1897, suprimiu a teoria da sedução em detrimento da teoria da fantasia. Aos poucos, o pai da psicanálise foi tecendo a ideia de que a estrutura da histeria se constituía pela reprodução de algumas cenas interpostas pela fantasia. Assim, o processo de formação dos sonhos foi evocado “como modelo da formação das fantasias e dos sintomas” (Roudinesco & Plon, 1998, p. 224) para se tratar do trauma e da condição histérica. Os registros da imaginação dos pacientes naquele momento, então, foram privilegiados em comparação a outros acontecimentos factuais.

O conceito de realidade psíquica foi desenvolvido, conforme Roudinesco e Plon (1998), justamente para que os elementos da fantasia e da realidade pudessem ser, de alguma forma, equilibrados. Freud, então, segundo a autora, passou a fazer uma diferenciação entre a realidade material, externa, e realidade psíquica – fruto e essência do inconsciente.

A importância da fantasia ganhava destaque frente à hipótese da sedução. Para Roudinesco e Plon (1998), a sedução remete a uma ideia de “cena sexual em que um sujeito, geralmente adulto, vale-se de seu poder real ou imaginário para abusar de outro sujeito, reduzido a uma posição passiva: uma criança ou uma mulher, de modo geral” (Roudinesco & Plon, 1988a, p. 696). Em essência, conforme os autores, a concepção de sedução é carregada de um peso oriundo de um ato violento (seja ele moral e/ou físico), que aparece no âmago das relações, entre as partes desiguais, trazendo, portanto, um entendimento de coerção.

Freud apresenta a teoria da sedução, inicialmente, como gênese da neurose, pontuando que tal quadro teria como origem um abuso sexual real. A histeria nas mulheres, desta forma, seria resultado das experiências traumáticas de abuso sofrido na infância e que foram recalçados.

Freud (1886/1996) mencionava que as manifestações históricas, por muito tempo, foram encaradas como simulação ou até mesmo como bruxaria. Ao longo dos estudos na medicina, a histeria esteve fortemente atrelada ao campo biológico; a fatores hereditários; à anatomia. Não à toa, as terapêuticas eram dirigidas ao físico – eletrochoque, hidroterapia, repouso etc... A ideia do trauma foi trazida por Freud com muitos avanços nos estudos clínicos. Nesse momento, passou-se a utilizar o método catártico. A psicanálise, então, começava a tomar forma enquanto método e teoria. Foram marcadas as associações mais proximais entre trauma e doença.

O trauma psíquico, sua lembrança, passa a ser considerado como um agente no psiquismo do sujeito, posto então, na etiologia da doença. É assim que Freud associa a histeria ao trauma psíquico – cujas representações não puderam ter seu afeto sentido e expressado corretamente quando do seu evento traumático. Ficou estabelecida uma conexão causal entre trauma, sintoma e doença. A psicanálise, portanto, à medida em que se valia, inicialmente, da hipnose, do método catártico, e depois da associação livre, na tentativa de chegar ao inconsciente, procurava acessar conteúdos relacionados à vida sexual do sujeito – inibidos, recalçados. A ideia da sedução, então, começa a ganhar destaque como um evento traumático que afetou o psiquismo do indivíduo, levando-o à neurose.

Os estudos freudianos sobre a sexualidade tiveram um cerne nas mulheres, ponderando assim, pela associação entre sexual, o feminino e a histeria. A ideia de sedução começava a se moldar. Até então, Freud (1896/1996) apontava a precondição hereditária nas causas específicas das neuroses

como causas concorrentes (ou auxiliares) das neuroses podemos enumerar todos os agentes banais encontrados em outras situações: perturbação emocional, esgotamento físico, doenças graves, acidentes traumáticos, sobrecarga intelectual, etc. Sustento que nenhum desses, nem mesmo o último, integra regular ou necessariamente a etiologia das neuroses, e estou ciente de que expressar essa opinião equivale a ficar em direta oposição a uma teoria considerada universalmente aceita e irrepreensível (Freud, 1896/1996, p. 147).

O argumento freudiano, então, era de que esses elementos também marcavam outras doenças e, por isso, não seriam a justificativa da neurose. Assim, delimitava que o ponto comum aos casos de histeria deveria ser entendido como sua causa. Este ponto correspondia à lembrança inconsciente de uma

experiência precoce de relações sexuais com excitação real dos órgãos genitais, resultante de abuso sexual cometido por outra pessoa; e o período da vida em que ocorre esse evento fatal é a infância – até a idade de 8 ou 10 anos, antes que a criança tenha atingido a maturidade sexual. Uma experiência sexual passiva antes da puberdade: eis, portanto, a etiologia específica da histeria (Freud, 1896/1996, p. 151).

Segundo o autor, portanto, um ataque sexual ou uma sedução praticada por um adulto (ou pessoa mais velha) seria a origem da doença, marcando uma profusão de sintomas que não poderiam ser explicados de outro modo senão pela via da sedução. O trauma, portanto, oriundo da sedução, iria compor a base da doença. De acordo com seu entendimento, em razão do abuso sofrido precocemente, ele não é compreendido pelo infante, logo, não produz efeitos no momento em que acontece. Afirma Freud (1896/1996), todavia, que seu traço psíquico é preservado. Conforme o sujeito cresce e se desenvolve, em particular, quando de suas transformações do campo da sexualidade, esse citado traço psíquico inconsciente é, de alguma forma, despertado. A lembrança, portanto, exerce uma força afetiva tal qual o próprio evento, compondo um efeito *a posteriori* do trauma sexual.

Freud (1896/1996) lança a dúvida sobre como poderiam ser verídicos os discursos dos indivíduos, ainda mais se tais fatos aconteceriam na infância, sujeitos às lembranças e seus equívocos. E é frente a tal questionamento que apresenta a noção de *a posteriori*. Neste sentido, apresentou Breuer:

o mesmo afeto é evocado por uma série de causas desencadeantes. O paciente e aqueles que o cercam atribuem o sintoma histérico apenas à última causa, embora essa causa, em geral, só tenha gerado algo que já fora realizado por outros traumas (Breuer & Freud, 1893/1996, pp. 232-233).

Freud entendeu, assim, que os eventos que afligem as pessoas após a puberdade se dão em razão da sua capacidade de despertar os traços psíquicos do evento infantil abusivo (Freud, 1886/1996). Nas palavras do autor: “creio mesmo que . . . o desenvolvimento de uma das duas neuroses, histeria ou obsessões, em determinado caso, não provêm da hereditariedade, mas de uma característica especial do evento sexual na tenra infância” (Freud, 1896/1996, p. 155), ou seja, de uma sedução, de uma atividade sexual para qual a criança não estava preparada para receber e foi submetida de modo passivo, sob indiferença e/ou medo.

A importância do elemento ativo na vida sexual como causa das obsessões, e da passividade sexual na patogênese das histerias, parece até mesmo desvendar a

razão da conexão mais íntima da histeria com o sexo feminino e da preferência dos homens pela neurose obsessiva (Freud, 1896/1996, p. 154).

O caráter enigmático sentido pela criança frente àquilo que ela recebe, possui, então, efeito traumático, vez que lhe fora despertada uma libido para qual ainda não estava pronta a entender. Esse é um dos pontos que Laplanche (1992b), no futuro, retoma: a assimetria na relação entre adulto e criança, conferindo a isso, traços de uma sedução cotidiana. Freud, por sua vez, não considerava essa sedução como típica – não do mesmo modo que Laplanche a tratou. Para o pai da psicanálise, essa condição seria de uma ordem perversa por parte do adulto. Isso o fez questionar até qual ponto tantos adultos seriam perversos para proceder com tal comportamento sexual perante as crianças.

Em paralelo à teoria da sedução, e por meio dela então, Freud (1896-1897/1996) também teceu formulações sobre o inconsciente – em especial, sobre o entendimento de realidade psíquica e recalçamento. Assim, passou a questionar se, de fato, toda doença teria como origem um abuso real, visto que, isso o levaria a considerar um amplo leque de adultos perversos. Além disso, a sedução sozinha não explicaria por que nem todas as crianças apresentariam sintomas no futuro.

É sob este raciocínio que ele introduz a teoria da fantasia como fator central na etiologia das neuroses em substituição à teoria da sedução, ponderando ter supervalorizado a última. Quando das cartas a Fliess, menciona tal pensamento:

...o aspecto que me escapou na solução da histeria está na descoberta de uma nova fonte a partir da qual surge um novo elemento da produção inconsciente. O que tenho em mente são as fantasias históricas, que . . . remontam a coisas ouvidas pelas crianças em tenra idade e compreendidas somente mais tarde (Freud, 1897/1996, p. 293).

Freud (1896-1897/1996), então, abandona sua *neurotica* convicto de que não poderiam existir tantos adultos perversos a incidir, deliberadamente, práticas sexuais nas crianças. Assim, ao considerar que o inconsciente não faz distinção daquilo que é real ou não, abandona a teoria da sedução em detrimento da teoria da fantasia. Para tanto, também retoma a noção de hereditariedade e do traço biológico na constituição sexual,

principalmente, na infantil. Apesar do extenso intervalo de tempo entre as concepções teóricas, é por esse caminho que a teoria freudiana atinge o complexo de Édipo como ponto central do desenvolvimento psicosssexual da criança, do indivíduo.

Laplanche e Pontalis (2001) apresentam que o termo alemão *Phantasie* designa a imaginação. Segundo os autores, a fantasia foi indicada por Freud como um processo de passagem entre os sistemas psíquicos: entre recalque ou retorno do recalcado (Laplanche & Pontalis, 2001), por vezes, até ligando pontos aparentemente distantes um do outro. Bem por isso, as fantasias podem ser consideradas organizadas e não contraditórias, levando dificuldade à consciência em discernir o que é real ou não. De acordo com os autores, na análise, procura-se apreender a fantasia por detrás das produções inconscientes, estando ela relacionada, diretamente, com o desejo.

São chamadas de fantasias originárias aquelas que a psicanálise aponta como organizadoras da vida fantasística do sujeito. A universalidade dessas fantasias estaria calcada no patrimônio filogenético do homem (biologicismo este criticado por Laplanche), ou seja, herdadas de um ancestral primitivo comum, de um passado arcaico da humanidade (Laplanche & Pontalis, 2001); “Em outras palavras, o que na pré-história foi realidade de fato ter-se-ia tornado realidade psíquica” (Laplanche & Pontalis, 2001, p. 177) e, assim, “as fantasias típicas encontradas pela psicanálise levaram Freud a postular a existência de esquemas inconscientes que transcendem a vivência individual e que seriam transmitidos hereditariamente: as ‘fantasias originárias’ ” (Laplanche & Pontalis, 2001, p. 170).

Segundo Freud, as fantasias podem ter tanto caráter consciente quanto inconsciente. Conforme anteriormente mencionado, estando relacionadas ao desejo, podem ter sido conscientes e recalcadas ou apenas formadas no inconsciente e não acessadas – logo, originárias.

Como intrinsecamente ligadas ao desejo e tendo componentes altamente inconscientes, as fantasias são substituídas pela sedução na explicação da histeria. As lembranças de traumas podiam ser, na verdade, fantasias inconscientes da sexualidade infantil, portanto, uma construção psíquica do próprio sujeito – sentido por ele (e, por vezes até recordado) como real. Nesse sentido, Laplanche e Pontalis mencionam que “por trás dessas fantasias, surgiu em toda a sua amplitude a vida sexual da criança” (Laplanche & Pontalis, 1990, p. 26).

Para o pai da psicanálise, então, importava a fantasia, a realidade psíquica, descartando assim, a necessidade única e/ou predominante da existência factual de uma

cena traumática (embora esta não fosse totalmente descartada). É retomando este entendimento que Freud, segundo os primeiros autores, enunciou seu “erro” frente a teoria da sedução e apontou para a etiologia das neuroses pelo caminho da fantasia.

Mais adiante, será possível observar que Laplanche retoma esse ponto na teoria freudiana para indicar um equívoco cometido por Freud: o abandono da teoria da sedução.

1.2 A PREOCUPAÇÃO MATERNA PRIMÁRIA

Antes de abordar a discussão sobre a teoria da sedução em Laplanche e, para em outro momento falar sobre o papel da mãe cuidadora nessa sedução, vê-se como pertinente apresentar a noção de preocupação materna primária.

Precursor de uma psicanálise de crianças na Inglaterra, Winnicott era médico pediatra. Sua teoria sobre o desenvolvimento afetivo da criança dá ênfase à relação mãe-filho e suas consequências para o desenvolvimento do bebê desde seus primeiros dias de vida.

Winnicott (1956/2000) trata da duplicidade e cumplicidade do papel da mãe e do ambiente para a estruturação do ego das crianças. Para o autor, o ego vai se integrar de diversas formas e é a mãe quem possibilita isso – inclusive, garantindo fatores ambientais favoráveis.

O ambiente pode ser considerado bom, ou não, na medida em que “possibilita ao bebê alcançar, a cada etapa, as satisfações, ansiedades e conflitos inatos e pertinentes” (Winnicott, 1956/2000, p. 239). É preciso levar em conta o lugar da mãe nessa seara; caso não dê condições para um meio adequado, isso pode afetar negativamente o desenvolvimento do bebê. Por essa perspectiva, então, apesar das divergências (em especial pela perspectiva da importância da teoria da sexualidade) vê-se uma semelhança entre as duas teorias: winnicottiana e laplancheana.

Winnicott (1956/2000) acredita que a mãe é biologicamente condicionada ao seu papel e, por isso, sabe lidar perfeitamente com as necessidades do bebê e os afazeres a ele relacionados. Por outro lado, também acredita que alguns conceitos meramente biológicos nessa relação precisam ser superados. Para discorrer sobre isso, o autor (1956/2000) menciona a existência de uma identificação, consciente e inconsciente, da mãe para com o seu bebê, chamando essa ligação de *simbiose* – como uma interdependência física, porém, também marcada por elementos psíquicos.

Retomando o supracitado, nesse sentido, quando Roudinesco e Plon (1998) apresentam Winnicott em seu vocabulário de psicanálise, lembram o aforismo: “o bebê não existe” (Roudinesco & Plon, 1998, p. 784), pontuando justamente que o infante não existe por si só, mas sempre como parte integrante da relação, especialmente, desta relação mãe-bebê. Assim, se a mãe for ausente ou incapaz, ou excessiva, a criança pode sofrer negativas consequências.

Anna Freud é citada por Winnicott (1956/2000) para esclarecer que o contato com o mundo externo, que aparece antes mesmo o contato com a mãe, é fundamental e necessita abarcar experiências de satisfação e de frustração. Nota-se, portanto, que além do ambiente suficientemente bom, ou ambiente facilitador, a mãe também precisa ser suficientemente boa – inclusive para garantir esse meio favorável, para que a criança desenvolva seu *verdadeiro self* e estabeleça seu objeto interno.

Segundo a teoria de Winnicott (1956/2000), portanto, o bebê é totalmente dependente de sua mãe, embora não se identifique com ela. Em suas palavras, “a dependência não implica em identificação” (Winnicott, 1956/2000, p. 400), visto que, a identificação é um processo muito complexo para que seja encontrado nessa idade, marcando assim, uma significativa diferença psicológica entre os processos da mãe para com o filho. Em outras palavras, a mãe possui uma relação com o bebê distinta daquela que o bebê tem para com sua mãe (dada a bagagem do conteúdo psíquico desta).

Uma vez proporcionadas condições para seu desenvolvimento, o infante é capaz de evoluir. Os elementos inconscientes da mãe, as experiências oriundas do id quando, ou melhor, não trazendo prejuízos, proporcionam um desenvolvimento adequado.

O autor chama de *preocupação materna primária* a primeira fase da relação mãe-filho, dessa chamada *díade*.

Gradualmente, esse estado passa a ser o de uma sensibilidade exacerbada durante e principalmente ao final da gravidez. Sua duração é de algumas semanas após o nascimento do bebê. Dificilmente as mães o recordam depois que o ultrapassaram . . . a memória das mães a esse respeito tende a ser a ser reprimida (Winnicott, 1956/2000, p. 401).

O autor, apesar de afirmar que essa sensibilidade exacerbada é necessária, compara esse estado quase como uma doença (retraimento ou dissociação) caso não esteja tão organizado. Winnicott frisa o uso da palavra doença para explicar que a

mulher deve ter saúde o suficiente para desenvolver esse estado e para desligar-se dele quando o bebê a liberar, aos poucos, de tal função.

É a preocupação materna primária que possibilita a adaptação da mãe às necessidades do bebê. Uma mãe que a desenvolve, proporciona ao bebê uma adaptação às necessidades e fornece a ele condições para que se constitua, se manifeste e se desenvolva (Winnicott, 1956/2000).

Cabe dizer, porém, que a mãe só vai corresponder às necessidades do bebê se for capaz de colocar-se no lugar dele. Isso se dará se ela estiver sensível o bastante e em concordância com as características da preocupação materna primária. Winnicott (1956/2000) alerta, no entanto, que uma mulher marcada por uma forte identificação masculina sentirá mais dificuldade em desempenhar tal papel e se deterá a outras preocupações que não àquela há pouco citadas; empáticas. Para o autor, uma inveja do pênis reprimida, deixa pouco espaço para uma *preocupação materna primária*. As frustrações – em especial as não sanadas – são sentidas como reais fontes de aniquilação pelo bebê. A estruturação de um ego nesse contexto pode torná-lo capaz de, em algum momento, vir a sacrificar a própria espontaneidade – quando a criança deixa de demandar, por exemplo – e com isso, até mesmo morrer.

À medida em que a mãe supre tais necessidade, oferece condições para que o ego da criança se desenvolva em um substrato adequado. Aos poucos, as necessidades, as frustrações, ou seja, aquilo que era sentido como ameaça de aniquilação, já não causa tal sensação devido à proteção materna. É dessa forma que o ego começa a ser capaz de suportar melhor as frustrações. Winnicott, assim, considera o ego como sendo um somatório de experiências:

O eu individual tem como início um somatório de experiência tranquilas, motilidade espontânea e sensações, retornos da atividade à quietude, e o estabelecimento a capacidade de esperar que haja recuperação após as aniquilações; aniquilações resultantes das reações contra as intrusões do ambiente. Por esta razão, é necessário que o indivíduo tenha o seu início nesse ambiente especializado ao qual me referi com o título: a preocupação materna primária (Winnicott, 1956/2000, p. 406).

Para o autor, o fornecimento de um ambiente suficientemente bom na fase mais primitiva da criança a capacita para começar a existir, para sentir suas experiências, para ter um ego pessoal, para dominar seus instintos e ser capaz de enfrentar as dificuldades

inerentes à vida (Winnicott, 1956/2000). Por outro lado, caso não se aproprie de um ambiente inicial suficientemente bom, essa capacidade não se desenvolve.

O psicanalista entende, nesse contexto, que ser suficientemente bom também inclui uma dose de frustração. A mãe que, simplesmente, atende de imediato às demandas estando de fora da circunscrição da preocupação materna primária, não está identificada com esse bebê e o atende por outros motivos. Ao não permitir uma certa dose de frustração, não permite que o ego dele se prepare para lidar com algumas dificuldades da vida. A satisfação, nesse caso, não será sentida da mesma forma e a criança correrá o risco de sofrer uma inadaptação à vida, além de outros prejuízos emocionais. Conforme o autor:

O sentimento de realidade encontra-se ausente, e se não houver caos em excesso o sentimento final será o de inutilidade. As dificuldades inerentes à vida não poderão ser alcançadas, e menos ainda as satisfações . . . os fatores constitucionais terão mais probabilidade de manifestar-se na normalidade, quando o ambiente a primeira fase for adaptativo (Winnicott, 1956/200, p. 405).

Fala-se, portanto, da necessidade de uma mãe que supra as necessidades do bebê sem que o sufoque, sem que isso ocorra em excesso. Uma dose de frustração também o prepara para a vida e para um positivo desenvolvimento egóico; “por contraste, tendo ocorrido uma falha nesse primeiro estágio, o bebê será apanhado por mecanismos de defesa primitivos, que pertencem à ameaça de aniquilação, e os elementos constitucionais tenderão a ficar anulados” (Winnicott, 1956/200, p. 405).

O ambiente é, então, de grande importância na maturação do bebê e para o desenvolvimento de suas funções psicológicas. Existem, para Winnicott, três componentes que interferem nessa maturação: o *holding*, o *handling* e o *object-presenting* – o segurar, o manejar e a apresentação do objeto. O *holding* diz respeito ao modo como a criança é segurada; enquanto que o *handling* diz respeito à forma como vem a ser manipulada, manejada, tratada e cuidada; e o *object-presenting* é o modo como essa criança é apresentada ao mundo (Winnicott, 1975).

Esses três conceitos são importantes pois vão proporcionar elementos para o desenvolvimento psíquico da criança. Para Winnicott (1956/200), o *holding* é um dos componentes mais relevante, pois tem a função de dar proteção contra todas as experiências negativas, angustiantes, de natureza física ou psicológica. O *holding*

determina os processos de maturação e, sendo bem feito, garante um desenvolvimento adequado, proporcionando o processo de integração e constituição do eu e do *self*. Já o *handling* proporciona personalização (ou inter-relação psicossomática), que diz respeito ao desenvolvimento do funcionamento mental, enquanto que o *object presenting* ajuda nas primeiras relações objetais, que dão capacidade à utilização do objeto. Todos esses elementos unidos, permitem a capacitação do bebê em estar só, sua entrada no mundo sem que se sinta à beira da morte por isso – porque sentiu-se segura antes através dos cuidados recebidos.

Segundo Winnicott (1956/2000), é o ego materno que reforça o ego primitivo do filho, ainda não-integrado, que é assombrado pelo id e pelas ameaças externas. Sendo o ambiente bom, o ego do bebê acaba por se fortalecer e, desta maneira, amadurece aos poucos. Quando o ego está se constituindo, atravessa aquilo que o autor chama de fase da dependência relativa, ele é tido como diferente de outro – rompendo, inclusive, a fusão com a mãe –, compondo uma unidade diferente do mundo exterior.

A integração deste ego, para o autor, perpassa pelo *holding*, sendo formado a partir de experiências vividas e das ameaças de aniquilações – que, devido aos cuidados da mãe, não levam realmente a aniquilações. Assim, a integração do ego começa com o início da vida e as exposições a essas experiências negativas. Cabe ponderar, no entanto, que não basta a exposição, mas sim, a ação da mãe frente a ela. O diferencial está na forma como essa maternidade se expressa, de modo equilibrado entre o que é excessivo e o que é necessário.

Que a mãe seja suficientemente boa não significa que tenha maior capacidade de *holding* porque pode dar mais, senão que sua maior capacidade de *holding* está dada pelo modo em que seu próprio entretido psíquico é capaz de regular as quantidades que faz ingressar no psiquismo do bebê. Nos primeiros tempos, regulando essas excitações; *a posteriori*, regulando seu próprio discurso (Bleichmar, 2011, p. 23 citado por Belo, 2012b, p. 428).

É possível perceber, com base no exposto, que a preocupação materna primária colabora para a entrada do bebê no mundo. É através dela que o infante consegue desenvolver seu ego e aprender a lidar com as frustrações da vida, superando assim, a sensação de aniquilamento. Nota-se, portanto, que embora não fale em sedução em equivalência à Laplanche, Winnicott trata do quanto é importante que existam elementos que iniciem a criança à vida e o quanto, nesses elementos de cuidado,

também precisa haver uma dose de frustração. Tem-se, assim, uma ponderação sobre aquilo que pode ser excessivo, tanto no cuidado, quanto na ausência deste.

1.3 A TEORIA DA SEDUÇÃO EM LAPLANCHE

Muitos foram aqueles que se dedicaram a estudar, praticar e remontar a obra de Freud. Merece destaque Laplanche que, além de fazer trabalhar a obra freudiana, resgatou teorias abandonadas pelo pai da psicanálise, conferindo-lhes nova importância.

Freud (1897/1996) abandona a teoria da sedução restrita em detrimento da teoria da fantasia e, anos mais tarde, ao fazer trabalhar sua obra, Laplanche (1992b) resgata o entendimento freudiano inicial. Para Laplanche, o adulto aparece como agente de sedução frente à passividade infantil: nos cuidados dedicados às crianças, os cuidadores agem como sedutores. A teoria da sedução, portanto, à qual não se pode escapar (já que ocorre nos cuidados essenciais dos infantes) passa a ser considerada como originária, como necessária, fundamental e estruturante. A sedução, assim, é tomada como processo essencial para constituição do sujeito.

Em alguns momentos Laplanche se alinha à Freud, em outros, se afasta. O ponto nodal da concepção laplancheana se refere, portanto, à *teoria da sedução generalizada*. Em meio a isso, o autor apresenta outras ideias e trabalhos referentes a elementos centrais em psicanálise, a citar: os complexos de Édipo e castração; as formulações sobre o inconsciente e os processos mentais; etc (Laplanche, 1992b).

Laplanche (1992b, 1998b) não concorda com a ideia freudiana que dizia respeito a conceitos biologicistas, explicações hereditárias e míticas (o originário, por exemplo) – considerando essas noções como sendo uma rigidez freudiana. Laplanche intenta trabalhar com aquilo que há de real, factual e não suposto naquilo que é atinente à fundação do psiquismo dos sujeitos.

Conforme já exposto, Freud (1886/1996) abandona a teoria da sedução como etiologia para neurose em detrimento da teoria da fantasia. Segundo ele, a realidade psíquica, e não factual, é o eixo para compreensão do trauma e da doença. Laplanche, discordante do abandono da teoria da sedução, a resgata para apresentá-la como não apenas possível, mas importante e universal. Para tanto, fala sobre a situação originária,

sendo esta o confronto do infante¹³ com o adulto e seu mundo, em especial, com sua sexualidade inconsciente – conforme será abordado logo mais.

Enquanto para Freud (1905/1996) a centralidade do desenvolvimento psicosexual se dá em torno do complexo de Édipo, para Laplanche (1992b) seria na relação mãe-filho, adulto-criança. Este cerne na teoria da sedução generalizada pode ser considerado como a grande diferença de pensamento entre os autores, estando próxima da linha de chegada daquilo que Laplanche traçou sobre o inconsciente, marcando, ainda, a distinção na teoria da fantasia e na teoria do trauma.

O autor critica Freud quando este abandona a teoria da sedução logo nos primórdios da psicanálise: “tentamos, ao contrário, salvar da melhor maneira possível a teoria da sedução” (Laplanche & Pontalis, 1990, p. 31). Laplanche, então, retoma essa ideia e lhe confere um cerne. Para este autor, seria ingênuo pensar que a sexualidade é induzida de fora por um adulto perverso. Não se trata, então, de uma sexualidade invadida pelo adulto, mas propiciada e significada. Segundo o texto:

seria necessário conciliar a invasão de um exterior num interior com a ideia de que, antes dessa invasão, talvez não houvesse interior; conciliar a passividade de uma significação puramente sofrida com um mínimo de atividade, sem o que a experiência não poderia ser sequer acolhida . . . em resumo, um sujeito anterior ao sujeito recebendo o seu ser sexual de um exterior que precedesse a distinção interior-exterior (Laplanche & Pontalis, 1990, p. 33).

A ideia de sedução generalizada, portanto, é baseada na passividade da criança e na atividade do adulto. Está ligada, assim, à situação antropológica fundamental: encontro do adulto com a criança, essencialmente assimétrico, que leva ao excesso do que é inconsciente do adulto transmitido para a criança. “A criança não tem à sua disposição nem as condições somáticas da excitação, nem as representações para integrar o evento; é sexual em si, embora não adquira qualquer significação sexual, o sujeito: é sexual pré-sexual” (Laplanche & Pontalis, 1990, p. 28).

O adulto dá vida à sexualidade infantil através de sua própria sexualidade – manifestada de modo inconsciente, sem que se dê conta, sem essa intencionalidade –; pode-se dizer que, na criança, essa condição é implantada em razão de um excesso

¹³ Palavra especificamente escolhida por, em sua tradução, significar *aquele que não fala*.

pulsional oriundo desse cuidador. É a linguagem da paixão¹⁴ que se introduz na vida da criança por meio do adulto (Laplanche & Pontalis, 1990).

Ferenczi (1933/1992) apresenta a ideia de uma confusão de línguas entre os adultos e as crianças. Para o autor, na relação de cuidado, adulto e criança se amam, contudo, o infante está ao lado da fantasia, do lúdico. Ainda que os cuidados e os jogos travados assumam forma erótica, para o pequeno, conserva-se o nível da ternura. No caso dos adultos, isso nem sempre se mantém, especialmente se seu equilíbrio ou autodomínio forem perturbados por infortúnios, uso de psicoativos etc... Podem, assim, confundir as brincadeiras infantis com desejos de um sujeito que tenha atingido maturidade sexual – o que não é o caso das crianças. Desta forma, se dariam as seduções incestuosas; na confusão por parte do adulto daquilo que é comunicado pelo infante; uma confusão de línguas – diferenciada por Ferenczi como sendo uma linguagem de paixão e uma linguagem de ternura (própria do infante). A criança não entende o que acontece a ela, não é capaz de compreender as mensagens que lhe são endereçadas e uma gama de reações podem ser esperadas – embotamento afetivo, isolamento, dificuldades na futura vida sexual etc.

O termo *implantação* faz menção justamente aos tipos de mensagens que são transmitidas no contato entre adulto e criança. Tratam-se de mensagens enigmáticas que podem ser caracterizadas de duas formas, entre intrometidas e implantadas. Cabe mencionar que, embora Laplanche se valha frequentemente destes termos, não são diretamente conceituados pelo autor – ainda que desenvolvidos por este. Exemplo disso, é o texto *La prioridad del outro em psicoanálisis* (Laplanche, 1996) em que o autor, mesmo que dedique um tópico inteiro ao assunto¹⁵ (o que também acontece com outros pontos), não apresenta uma definição ao conceito, remetendo-se a outros temas correlatos, como projeção, introjeção, repressão etc... A noção de *implantação* é apresentada como ponto central na sedução e, embora teorizada – como sendo um processo cotidiano, normal – não é definida de modo específico. A noção de *intromissão*, por sua vez, é trazida como uma versão violenta da *implantação*. A formulação de seus conceitos, assim, se expressou em uma tentativa de comparação entre eles; este último diria respeito ao que atinge todo corpo da criança e o primeiro, diretamente relacionado com os orifícios corporais. Nas palavras do autor: “A intromissão está relacionada principalmente com a analidade e a oralidade. A

¹⁴ Cabe mencionar o texto de Ferenczi (1933/1992) *Confusão de línguas entre os adultos e as crianças*.

¹⁵ Capítulo 5. *Implantación, intromisión*.

implantação se refere, sobretudo, à superfície do corpo em seu conjunto, à percepção periférica” (Laplanche, 1996, p. 106)¹⁶.

As mensagens implantadas chegam à criança através dos órgãos do sentido, sentidas pelos toques, palavras etc...são mensagens que podem ser traduzidas¹⁷ e recalçadas. Dessa forma, quando tal contato é passado pelo adulto adequadamente, essas experiências podem ser elaboradas e a sedução auxilia, então, na composição e no desenvolvimento afetivo e psíquico e da criança (Laplanche, 1992b). O processo de implantação desse conteúdo sexual não traduzido, compromete as mensagens que chegam até a criança, deixando-a marcada. A repetição disso, atrelada à capacidade que a criança tem de receber essas mensagens comprometidas, marcam a ideia de sedução generalizada.

As mensagens também podem ser intrometidas, experimentadas pelas zonas erógenas, que chegam até a criança de modo violento. Cabe dizer que este modo violento não se refere, unicamente, a uma agressão física (como tipicamente pode se imaginar), mas a qualquer ato excessivo por parte do adulto (e que seja sentido pela criança como excessivo), diante de sua condição superior. Martinez e Matioli (2012) reforçam essa concepção: “nessa situação assimétrica, a criança deve iniciar um trabalho de deciframento do enigmático que lhe é transmitido inaugurando o seu psiquismo” (Martinez e Matioli, 2012, p. 209), contudo, como o infante ainda não possui formas de compreender o que recebe e não lhe são dados *assistentes de tradução* suficientes para compreender essas mensagens recebidas, elas não são traduzidas, tampouco recalçadas, compondo assim, o chamado *inconsciente encravado* (Laplanche, 1992b).

As autoras recorrem a Martens (2003/2007) – também citado nesta pesquisa – para compreender a expressão. Assistentes de tradução, assim: “seriam constituídos pelo conjunto de mensagens emitidas pelo ambiente social em geral, pelo cultural, que oferece ao infante, além dos códigos clássicos, novos códigos, narrativas e esquemas que funcionam em contraponto ao processo de sedução” (Martinez e Matioli, 2012, p. 213).

Conforme mencionado, Laplanche (1992b, 1998b) se apega àquilo que há de real (e não na ideia de fantasia da teoria freudiana) na sexualidade e nas relações

¹⁶ No original: “La intromisión está en una relación principal con la analidad y la oralidad. La implantación se refiere sobre todo a la superficie del cuerpo en su conjunto, a la periferia perceptiva” (Laplanche, 1996, p. 106). Tradução própria.

¹⁷ Pelos assistentes de tradução que as explicam, sendo a cultura um exemplo.

humanas, em especial, no cuidado de bebês. Na teoria da sedução, através desse cuidado, o adulto passa uma mensagem para criança e, aquilo que ela não compreende – já que não tem capacidade, ainda, para compreender o que recebe – torna-se um enigma. É como se o pequeno questionasse: *o que queres de mim?* Isso que não é significado, torna-se resto e compõe um excesso (pulsional) e que necessita ser acolhido de algum modo. É desta forma, portanto, que fundar-se-ia o recalçamento originário e o inconsciente originário, cindindo, assim, o psiquismo infantil que, até então, era apenas ego corporal (Laplanche, 1992b, 1998b).

O inconsciente surge para dar lugar aos restos pulsionais, aos excessos que a criança recebe e necessita recalcar. É possível ponderar, assim, que Laplanche associa, diretamente, a teoria da sedução com o recalçamento. Através do cuidado feito pelo adulto, que tem algo de erótico e sexual (inconsciente), o corpo da criança passa a ser erotizado e, assim, emerge a pulsão. A pulsão que nasce desse encontro precisa de um destino. Como tal pulsão não pode ser satisfeita (vez que da ordem do incestuoso, edípica) e não é aceita (socialmente, conscientemente), esse desejo é recalçado. Surge, então, o recalçamento originário, que funda o inconsciente. Noção esta, de pulsão, que é da ordem do encontro alteritário e não do apelo biologicista somente.

Neste contexto, dois momentos (que ocorrem no campo inconsciente) são apresentados por Laplanche: algo a mais do desejo do adulto passa para a criança; a criança recebe esse algo e não sabe o que ele significa. O trauma viria do excesso desse algo a mais que é transmitido – as chamadas *mensagens enigmáticas* (inconscientes e sexuais). Convém dizer que sequer o adulto, tantas vezes, sabe o que faz; as mensagens que emite também podem ser enigmáticas para o cuidador: “Assim, nem receptor nem emissor estão a par do significado delas, assumindo para ambos um caráter de excesso” (Martinez & Matioli, 2012, p. 211).

Essas mensagens enigmáticas podem ser compreendidas como aquilo que há de conteúdo enigmático e inconsciente (sexual) oriundo do adulto e direcionado para a criança através dos cuidados cotidianos. Paula e Mello Neto (2013) mencionam que as mensagens enigmáticas do adulto geram, na criança, uma tentativa de simbolização. Ocorre que a criança é incapaz de compreender, de traduzir o significado de tais mensagens pois ainda não possui recursos, maturidade, suficiente para isso. Desta maneira, portanto, que o conteúdo enigmático forma a sedução parental, já que a criança se encontra em uma posição desigual, passiva, perante o mundo adulto (Martinez & Matioli, 2012).

A criança recebe esse *algo a mais*, essas mensagens e, na ausência de recursos para lidar com elas, para elaborá-las, elas se acumulam e iniciam o traumático. A criança se vê obrigada a dar conta desse excesso pulsional que vem do adulto, em especial do cuidador, mas não consegue traduzir tanto conteúdo. Aquilo que sobra (que não pode elaborar) leva ao recalçamento e ao surgimento do inconsciente.

Segundo Laplanche (1992b), quando uma criança nasce, ela é puramente ego. O ego recebe esse recalçado mencionado, contudo, por ser conteúdo sexual, ele perturba o sujeito e não pode permanecer consciente. Nesse contexto, surge a necessidade de existir algo além do ego; o aparelho psíquico, portanto, conforme já dito, precisa se cindir. É da cisão, na necessidade de um local para acomodar o recalçado, que o id vem a surgir como instância de registro para as pulsões – na necessidade de um local para armazenar o conteúdo recalçado, as representações do sexual.

Em outras palavras, ao tratar sobre a teoria da sedução, Laplanche (1992b) pontua que a criança pequena não tem elementos suficientes para lidar com a experiência sexual; ela vive (recebe e sente as estimulações externas do adulto), mas não sabe o que fazer com elas, não sabe lutar contra o externo, e apenas recebe e guarda todas as experiências (sensações, memórias) em algum registro psíquico. Com o passar do tempo é que surgem os meios para lidar com essas experiências passadas pelo adulto que, em algum momento passado, podem até ter sido sentidas como um ataque, um excesso. Tal ação externa, assim, uma vez internalizada, torna-se capaz de atacar o sujeito a qualquer momento. Conforme ilustram Martinez e Matioli (2012): “Como a sexualidade do outro sempre permanecerá enigmática para a criança, o trabalho de tradução será constante” (Martinez & Matioli, 2012, p. 209).

Avançando-se no tempo, a criança torna-se capaz de resgatar suas lembranças e isso também a confere condições de reagir a esses contatos com o adulto. Suas lembranças, agora, passam a ser dotadas de significado. “O essencial é que a criança num primeiro tempo do traumatismo situa-se num antes, num pré, que a separa do que será o segundo tempo” (Laplanche, 1988b, p. 109).

Freud (1896/1996) ensina que o recalçamento acontece em um segundo tempo. Quem passa a “atacar” o sujeito, então, já não é o adulto somente (na verdade, os conteúdos sexuais inconscientes deste), mas o retorno do recalçado; é a lembrança ressignificada daquilo que vivenciou na infância e não compreendeu. É nesse sentido que o autor trata do trauma e do recalçamento em dois tempos – através da

ressignificação de uma cena infantil que leva ao recalçamento dessa cena no primeiro momento e, no segundo, a volta desta cena, do recalçado (que vai levar à neurose).

A teoria da sedução generalizada de Laplanche remonta a três registros: o temporal, o tópico e o tradutivo, de forma a ampliar o entendimento freudiano no que se refere ao movimento do inconsciente. Laplanche, assim, frisa a importância de considerar a linha do tempo como tendo um duplo sentido, ou seja, não seria apenas o passado a influenciar o futuro, mas sim a dupla relação.

Na noção de registro temporal então, já desenhada por Freud, é presente a ideia de trauma em dois tempos (noção de *après-coup*). A inscrição no inconsciente só se dá após a passagem por um segundo acontecimento que remeta ao primeiro. São necessários, portanto, dois registros – a experiência e a lembrança; cada uma vivida e sentida de forma diferente (Laplanche, 1988b). A lembrança se tornaria traumática quando revivida e ressignificada, sendo percebida com algo de assustador. O segundo tempo do trauma, assim, diz respeito à primeira cena experimentada. Somente em outro momento, numa segunda cena, é que se tem o trauma; ou seja, apenas a cena em si não é capaz de afetar a criança, uma vez que, ela não sabe o que aquilo significa. Somente no futuro, quando tiver elementos de tradução para compreender o que viveu, recordando a cena primeira, é que se sentirá afetada por seu efeito.

o primeiro tempo, o do terror, confronta um sujeito não separado com uma ação sexual altamente significativa, mas cuja significação não pode ser assimilada. Deixada em espera, a lembrança não é em si mesma patogênica nem traumatizante. Só se torna pela sua revivescência, por ocasião de uma segunda cena que entra em ressonância associativa com a primeira . . . é a própria lembrança, e não a nova cena, que funciona como fonte de energia libidinal interna, autotraumatizante (Laplanche, 1998b, pp. 111-112).

Essa vem a ser a essência do *après-coup* que, a grosso modo, poderia ser entendido como um efeito *a posteriori* de algo que foi experimentado no passado, porém, sem elementos naquela ocasião, por parte da criança, para que sentisse seu efeito traumático. Laplanche aprofunda a discussão de um recalçamento *a posteriori*; para o autor, o *après-coup* só é possível pela existência anterior de um recalçamento originário, ou seja, pela condição que levou à cisão do aparelho psíquico – momento em que surge o inconsciente (Laplanche, 1998b).

Já no registro tópico, nota-se que como a criança não tem elementos suficientes para lidar com o sexual (oriundo do inconsciente do adulto), ela o experimenta, mas não sabe como reagir a este conteúdo externo, arquivando-o. Com o passar do tempo, encontra meios de lidar e compreender o que se passou. O externo entra em choque com o interno e, assim, o autor sugere a delimitação do ego.

A teoria da sedução generalizada, como se vê, foi pensada por Laplanche (1998b) para se tratar de vários temas correlatos que a atraem, seja a noção de realismo do inconsciente, seja a divisão das tópicas, apontando assim, para uma condição necessária para a estruturação psíquica dos indivíduos. Na sequência, então, o resgate da importância dos cuidados maternos, de acordo com a teoria winnicottiana, na esfera da teoria da sedução laplancheana.

1.4 A SEDUÇÃO MATERNA PRIMÁRIA (DA TRAUMÁTICA À ESTRUTURANTE)

Winnicott (1956/2000) cita Anna Freud para ponderar que, embora o relacionamento com a mãe seja o primeiro que o bebê trava com outro ser humano, não é, na realidade, o primeiro relacionamento do bebê com o ambiente; “precede-o uma fase anterior, na qual não o mundo objetivo mas as necessidades corporais, sua satisfação e frustração desempenham o papel principal” (A. Freud, 1947, citada por Winnicott, 1956/2000, p. 400). A mãe surge, portanto, como figura que vai mediar, inicialmente, as relações do bebê com o mundo, em especial, através de seus cuidados. Segundo Belo, o infante nasce desprovido de subjetividade e “esta é resultado da interação que ele terá com os adultos que cuidam dele” (Belo, 2012a, p. 04). Embora a teoria de Winnicott tenha um forte cunho biologizante e chegue a ser dessexualizante em diversos pontos, ainda assim é possível perceber proximidade entre sua posição com a teoria de Laplanche, citando a exemplo que, para este último, é o cuidador, os *socii* quem proporcionam a entrada da criança no mundo.

A chamada situação antropológica fundamental é tida, por Laplanche (1992b), como uma condição originária – se faz neste referido contato entre o adulto e a criança, entre aquilo que há de inconsciente, de sexual, do mundo adulto e que atinge o infante. São as mensagens inconscientes que estimulam a criança, proporcionam a fundação de seu inconsciente, um convite à vida. “A teoria da sedução generalizada, resumida assim, deixa evidente o que já chamamos de primazia da alteridade” (Belo, 2012a, p. 5).

A mãe que desenvolve aquilo que Winnicott chama de preocupação materna primária fornece substrato para que a constituição da criança passe a se manifestar; para que se abram as tendências ao desenvolvimento e “para que o infante comece a experimentar movimentos espontâneos e se torne dono das sensações” (Winnicott, 1956/2000, p. 403). O autor explica, portanto, que se a mãe é suficientemente boa, se atende adequadamente às necessidades do bebê, a linha da vida da criança é muito pouco perturbada por intrusões. Já uma falha materna pode permitir uma intrusão e trazer desequilíbrio ao desenvolvimento adequado.

Para que se abram as supracitadas tendências ao desenvolvimento é possível traçar um paralelo àquilo que Laplanche (1998b) apresentou como o necessário na sedução.

As intrusões a que se refere Winnicott, nesse caso, poderiam ser correlacionadas, por sua vez, com aquilo que o Laplanche nomeia de mensagens intrometidas. Lembrando que, segundo Winnicott (1956/2000), não são as intrusões por si só que contam, mas as reações às instruções. Nota-se aqui, portanto, uma possibilidade de comparação entre as duas teorias, entre aquilo que há de necessário, logo, estruturante, e aquilo que há de falha, de excesso, logo, de desestruturante para a criança.

A mãe que atinge, então, a preocupação materna primária seria aquela capaz de situar a criança na situação antropológica fundamental e conferir a sedução generalizada, proporcionando assim, a fundação do psiquismo. Ela seria capaz de proporcionar o *continuar a ser* do bebê, não interrompido pelas reações às intrusões; “a falha da mãe em adaptar-se na fase mais primitiva não leva a coisa alguma, salvo à aniquilação do eu do bebê” (Winnicott, 1956/2000, p. 403). Desse modo, ter-se-ia uma espécie de *sedução materna primária*, necessária e estruturante.

Belo (2012a) apresenta pontos de convergência e divergência na teoria dos dois autores. Se por um lado, para Winnicott, a sedução deveria ser evitada justamente por expressar o algo a mais que Laplanche indica como existente e necessário, por outro, em ambos, é notório que a preocupação materna primária é que seduz, protege e fornece elementos pulsionais e estruturantes ao bebê (Belo, 2012a).

Roman (2013) apresenta outros autores para trazer o tema da *sedução suficientemente boa* que é protagonizada pela mãe. Termo correlato ao presente estudo, a ideia é que a mãe, em sintonia com sua própria sexualidade, marca o corpo da criança (no caso, a menina) através desta sexualidade, preparando a filha para seu desenvolvimento psicosssexual adequado.

Forlenza Neto (1993) menciona que muitos criticam a teoria winicottiana, argumentando que o teórico dessexualizou a teoria psicanalítica, que sequer era psicanalista, que praticava maternagem, e que não tinha uma metapsicologia consolidada. Para o autor, apesar disso, Winnicott foi capaz de exprimir um pensamento baseado em princípios psicológicos, filosóficos (alguns existencialistas), do empirismo inglês e, assim, construir uma teoria sobre o nascimento do eu baseado nas relações maternas e de ambiente, num jogo amplamente dialético, de transições e dualidades.

Winnicott confere bastante importância ao objeto externo, ao contrário de Freud – quando este abandona a teoria da sedução em detrimento das fantasias, logo, questões endopsíquicas. É possível, dessa forma, pensar (mais) uma aproximação entre o pensamento de Laplanche – da sedução necessária em dada medida – com o pensamento winnicottiano: “O processo de desenvolvimento para Winnicott não é possível sem o empurrão evolutivo da agressão, que desempenha um papel fundamental na criação da realidade . . .” (Forlenza Neto, 1993, p. 14).

Segundo Laplanche (1998b), o parceiro obrigatório para que ocorra a sedução, é o adulto – mas não o adulto perverso, pedófilo, indicado, inicialmente, por Freud. A sedução é exercida, conforme o primeiro autor, pelo universo adulto, por pessoas concretas do cotidiano que apresentam o mundo para a criança. As famílias, nesse caso, recebem destaque ao serem indicadas como os grupos de pessoas que mantêm relação proximal, íntima com a criança – ou seja, os *socii*, composto por pais, irmãos, avôs, babás etc... As famílias, portanto, e a educação, cuidados e costumes que transmitem são contingenciais para a criança, proporcionando sua constituição subjetiva.

Cabe acrescentar que Laplanche (1998b) menciona que o pai, até então figura central da teoria da sedução infantil, cede lugar à mãe na teoria freudiana (não sendo totalmente descartada) e, assim, a sedução passa a ser associada aos cuidados corporais direcionados à criança. Segundo o autor, portanto, não se trata da realidade factual pura e simples, mas da efetividade:

trata-se de uma sedução necessária (*musste*, verbo que marca o caráter obrigatório da ação materna) inscrita na própria situação. Em compensação, Freud falha . . . não chega a introduzir o inconsciente parental (na sua análise da situação pais-criança)” (Laplanche, 1998b, p. 116).

Para este teórico, então, a existência de um inconsciente parental é relevante desde a relação mãe-bebê. A sedução, desta feita, passa a ser definida como algo além da experiência sexual da sedução, enviesada então, pelo encontro entre este adulto e esta criança que, por sua vez, não possui recursos suficientes para significar as mensagens oriundas desse cuidador.

Freud menciona que a genitora, possivelmente, ficaria horrorizada se lhe fosse dito que seduz seu filho; que através de seu carinho e cuidado, desperta pulsão sexual na criança. Para a mãe, seus cuidados são assexuados, inocentes. Todavia, afirma o autor: “a pulsão sexual, como bem sabemos, não é despertada apenas pela excitação da zona genital; aquilo a que chamamos ternura um dia exercerá seus efeitos, infalivelmente, também sobre as zonas genitais” (Freud, 1905/1996, p. 211).

Para considerar esse encontro como assimétrico, é preciso ponderar que o adulto emite sinais de caráter sexual – não compreendidos pela criança. A força pulsional dessas mensagens é tamanha que a criança não possui condições para simbolizá-las. Inicialmente, então, por seu caráter sexual, a sedução possui um componente traumático. Porém, a partir de tais mensagens é que a criança pode iniciar seu processo de organização do aparelho psíquico. Logo, a sedução passa a ser, também, estruturante (Laplanche, 1988).

A mãe, nesse caso, ainda tem papel fundamental em nossa cultura como cuidadora, já que é a principal representante do mundo adulto (proporcionado pela higienização, pela troca de roupa, pelos toques, pela amamentação, pelas brincadeiras, pelos sorrisos, pelas músicas cantaroladas etc...). Segundo Laplanche (1998b), então, é o agente cuidador por excelência que confere, além da situação traumática, a estruturante. Freud (1905/1996) aponta que é já nos primeiros cuidados do bebê que ocorrem as primeiras satisfações sexuais da criança, proporcionadas pela mãe. Assim, mesmo sem saber, as mães são consideradas as primeiras sedutoras. Elas despertam os primórdios da sexualidade infantil através do cuidado necessário frente ao bebê desamparado. Através desses cuidados, do exercício do *holding*, *handling*, mensagens enigmáticas penetram no infante e suas zonas erógenas são estimuladas e isso não pode deixar de acontecer – é essencial para sobrevivência física e psíquica do bebê.

A mãe, nesse caso, não sabe que é o *adulto-outro-enigmático* (Figueiredo, 1994), tal qual também não sabe que ingressa no adoecimento winnicottiano da preocupação materna primária. É assim mesmo que os bebês, os infantes, experimentam a sedução, através dos cuidados que são marcados por mensagens enigmáticas. A mãe,

para Winnicott (1956/2000), precisa fazer um investimento libidinal em seu bebê para que ele se estruture e se desenvolva. Em paralelo, portanto, no cuidado, o adulto sedutor também precisa investir algo no infante, desejando dele e dirigindo algo a ele. Marca-se, assim, uma situação de alteridade – benéfica, essencial.

Para Winnicott o trauma é equiparado a uma não-confiabilidade no processo de cuidado recebido. Evitar retraumatizar não implica em recusar sua origem, mas abrir portas para novas e melhores traduções para ele. Em uma conjunção das teorias, portanto, “trata-se de pensar nessa relação como inevitável, pois constitutiva da subjetividade. Não havia um ser para ser interrompido pelo sexual implantado pelo outro, mas certamente haverá um ser para lidar com isso que foi implantado” (Belo, 2012a, p. 20).

1.5. ALTERIDADE E SEDUÇÃO: A SEDUÇÃO DESESTRUTURANTE

Quando trata das intrusões, Winnicott (1956/2000) explica que “a falha materna provoca fases de reação à intrusão e as reações interrompem o continuar a ser do bebê. O excesso de reações não provoca frustração, mas uma ameaça de aniquilação” (Winnicott, 1956/2000, p. 404). Para o autor, não é tarefa fácil atingir a preocupação materna primária, ou seja, ser ao mesmo tempo uma mãe cuidadosa e que seja capaz de frustrar na medida ideal. A frustração, nesse caso, se faz necessária tal qual a sedução, para que se instaure um sentimento de realidade, um movimento para a vida. Uma dose de caos, portanto, é um fator favorável, pois, do contrário, “as dificuldades inerentes à vida não poderão ser alcançadas, e menos ainda o serão as satisfações. Quando não há caos surge um eu falso que esconde o eu verdadeiro. . . ” (Winnicott, 1956/2000, p. 404). Conforme o psicanalista infantil, assim, um ambiente suficientemente bom não é o que se considera perfeito, sem espontaneidade, livre de qualquer falha – como o proporcionado pela mãe devotada. Ausente o caos, o bebê existirá, porém, existe uma dose necessária para que o infante não seja “apanhado por mecanismos de defesa primitivos que pertencem à ameaça de aniquilação” (Winnicott, 1956/2000, p. 405), para que ocorram adaptações necessárias à vida (como à frustração), para que *verdadeiro self* se desenvolva.

Bem por isso, frisa o autor, é fundamental que o indivíduo tenha esse ambiente oriundo da preocupação materna primária. Por outro lado, se a mãe se ausenta ou falha

todo tempo, ela não permite que o filho lide bem com as adversidades pois não chega nunca o aconchego da satisfação. Um *falso-self* surge e pode, na ausência da preocupação materna, tomar conta do bebê, não permitindo que se relacione consigo e com o mundo de forma adequada; terá dificuldades para lidar com frustrações e não desenvolverá capacidade de criar símbolos, por exemplo. A mãe suficientemente boa, desta forma, que fornece um ambiente suficientemente bom, sem falhas e intromissões em excesso, mas com uma dose necessária de caos, permite ao bebê que seus fatores constitucionais estejam mais próximos da normalidade.

Figueiredo (1994), ao tratar da teoria da sedução laplancheana, menciona que todo processo de constituição das subjetividades se deflagra pelo encontro da criança com a alteridade do adulto. Nesse caso, Laplanche (1998b) não falava de um adulto sedutor no sentido perverso, mas apenas de um mundo adulto – que já é diferente do universo infantil pelos conteúdos pulsionais. A alteridade, nesse contexto, seria uma mensagem do outro emergida em um campo de diferença não somente do adulto para com a criança, mas do adulto consigo mesmo. Requer imaginar, assim, que se estas mensagens já são enigmáticas para o próprio sujeito (que não reconhece suas manifestações inconscientes), quiçá para a criança que as recebe.

Em convergência ao que Laplanche traz sobre a situação antropológica fundamental e a sedução, Winnicott (1956/2000), ao falar sobre a composição do objeto para criança através da preocupação materna primária, menciona que “há uma superposição entre o que a mãe fornece e o que o bebê é capaz de conceber. Para o observador destreinado, a criança percebe o que a mãe realmente apresenta, mas esta não é toda a verdade” (Winnicott, 1956/2000, p. 328). Da mesma forma que os cuidados direcionados ao infante não são percebidos como sedução – seja pelo adulto, seja pela criança, seja por terceiros.

A citação apresentada no tópico anterior referente à pulsão sexual despertada pelos cuidados maternos pode ser retomada (Freud, 1905/1996). Se por um lado

quando ensina seu filho a amar, está apenas cumprindo sua tarefa, afinal, ele deve transformar-se num ser humano capaz, dotado de vigorosa necessidade sexual, e que possa realizar em sua vida tudo aquilo a que os seres humanos são impelidos pela pulsão (Freud, 1905/1996, p. 211)

por outro,

é verdade que o excesso de ternura por parte dos pais torna-se pernicioso, na medida em que acelera a maturidade sexual e também, mimando a criança, torna-a incapaz de renunciar temporariamente ao amor em épocas posteriores da vida, ou de se contentar com menor dose dele . . . são os pais neuropáticos que em geral tendem a exibir uma ternura desmedida, os que mais contribuem, com suas carícias, para despertar a disposição da criança para o adoecimento neurótico (Freud, 1905/1996, p. 211).

Compõe-se, assim, um aspecto negativo, *excessivo* destes cuidados oriundos da mãe – ou dos pais – que pode levar ao adoecimento.

Segundo Figueiredo (1994), a sedução é exercida pelo *adulto-outro-enigmático*, ou seja, por qualquer representante do mundo adulto. Ele aponta que, para Laplanche, o adulto é sempre o outro da criança – aquele objeto que oferece mensagens – e não o mundo circundante. Embora Figueiredo (1994) apresente uma crítica a Laplanche nesse ponto, reconhece ser valioso o entendimento de alteridade como uma face, também, enigmática; sedutora; traumatizante (para criança e para si mesmo).

O outro é considerado como alguém que insere a criança no mundo vez que anterior a ela, compondo assim, conforme Figueiredo (1994), um “outro-mundo-circundante” (Figueiredo, 1994, p. 305), como sendo este

atravessado por cisões e não como homogeneidade (por exemplo, como constituído pelo amor e pelo ódio e pelos movimentos de retenção e de expulsão, de cuidados e de exploração, de ajuda e de vingança dos pais para com seus filhos, e, em geral, por todas as duas ambivalências diante do mundo e de si mesmos, etc.). Seria apenas a partir do conflito entre estas ‘partes’ incorporadas do ‘outro-mundo-circundante’ que uma alteridade positivada pode irromper diante da criança (Figueiredo, 1994, p. 305).

Apreende-se, assim, que este processo pode ser feito por qualquer representante do mundo adulto, afinal, as mensagens emitidas serão sempre plurais, confusas e repletas de significados aos quais a criança não se encontra apta a traduzir, já que ausentes seus recursos simbólicos para compreender aquilo que há de sexual em tais mensagens (Laplanche, 1998b).

Ocorre que, em boa parte das vezes, acaba sendo a mãe quem se ocupa dos cuidados, logo, de tal transmissão. Alerta o autor para que, no mundo-circundante, a mãe não pode ser um objeto de qualquer sentimento (Figueiredo, 1994), ao menos não enquanto se considerar que ela carregará parte significativa dessa alteridade. Isto pois, conforme cita Chatelard (2005), Lacan (1938) ensina que é a presença da mãe, que transforma o choro, o grito, da criança em uma demanda. Considerando que são múltiplas e recorrentes na relação mãe-bebê, as experiências de frustração e satisfação, é apenas quando amor e ódio se separam que a mãe se objetaliza. Sob entendimento da autora, então, a lei do desejo passa a preponderar sobre a lei da agressividade mortífera, compondo o processo de identificação do eu. Ao citar Ferenczi (1993), Figueiredo (1994) pondera que o outro, uma vez objetalizado, contudo, é alvo de tanto de amor quanto de ódio, sendo o equilíbrio desses sentimentos que conservam o outro. Em termos kleinianos, poder-se-ia mencionar a integração do bom e mau em um único objeto de amor – que, ora, será também odiado (Figueiredo, 1994).

Quando Chatelard (2005) traz o conceito de objeto na obra freudiana, ela menciona que este “possui uma demanda do sujeito que deve ser pensada a partir da demanda do outro” (Chatelard, 2005, p. 41). Retomando o que Figueiredo (1994) cita de Laplanche (1992) então, é preciso que “o outro-mundo-circundante seja outro para si mesmo para que venha a ser outro para a criança” (Figueiredo, 1994, p. 306), ou seja, a alteridade como emergência, como aquilo que propicia a entrada da criança no mundo social e pulsional.

Importante compreender que, ao tratar da alteridade na concepção laplancheana, Figueiredo (1994) não sugere, apenas, que tal alteridade surpreende a criança destacando que é a surpresa diante de *alguém-que-sendo-parte-do-mesmo-é-outro* o que constitui, então, a criança na alteridade do adulto. A surpresa, portanto, é oriunda do fato de que as mensagens enigmáticas (repletas de todas suas ambiguidades) provêm de quem parecia próximo e familiar: o cuidador (Figueiredo, 1994), a quem, nesse caso, não se esquece, a mãe.

Laplanche (1992b) pontua que a situação originária é o confronto do infante (usa essa palavra por ser aquele que não fala) com o adulto e seu mundo, em especial, com sua sexualidade (adulta) inconsciente. É uma relação de passividade *versus* atividade. Enquanto para Freud (1905/1996) a centralidade do desenvolvimento psicosssexual se dá em torno do complexo de Édipo, para Laplanche (1992b) seria na relação mãe-filho, adulto-criança. Esta ideia de teoria da sedução generalizada pode ser considerada como

a grande diferença de pensamento entre os autores, estando próxima da linha de chegada daquilo que Laplanche (1988b) traçou sobre o inconsciente. Como pontua o pesquisador, portanto, em oposição a Freud, é possível se tornar humano sem a família, mas não sem essa confrontação adulto-infante – a sedução generalizada. O complexo de Édipo deixa de ser o elemento fundamental, geral, para o desenvolvimento psicossocial em detrimento da sedução em Laplanche.

Este autor aponta por diferentes tipos de inconscientes: i) recalçado (em que se encontram os conteúdos inacessíveis); ii) encravado (casos de psicose, em que o conteúdo é quase impossível de ser traduzido em razão da rigidez do aparelho psíquico); iii) da produção simbólica (sublimação – artes, cultura) (Laplanche, 1988a).

Conforme sugere o teórico, aquilo que o inconsciente comunica nem sempre é um conteúdo de significação bem delimitado, mas pode ser uma mensagem enigmática (endereçada ao outro). Dessa forma, o inconsciente é considerado um fenômeno de sentido – mas sem finalidade de comunicação, cuja expressão é fechada em si mesmo (nem é discurso e nem é objeto do outro). Para Laplanche (1992a), então, o inconsciente é conteúdo e não uma estrutura.

Para o autor, o inconsciente não pode ser conhecido em sua maneira natural, total; o acesso a ele se dá por meio de representações de seu conteúdo, ponderando, ainda, que nem tudo que está nesse plano é, realmente, inconsciente (Laplanche, 1988a): “o inconsciente é outra coisa em mim” (Laplanche, 1997, p. 8).

Neste sentido, o autor trata do processo de tomada de consciência, questionando qual seria o mecanismo para que algo se torne consciente. Para ele, o método psicanalítico seria o meio para se tentar acessar o que fora excluído ativamente, que fora recalçado. As traduções seriam a principal forma como isso aconteceria. A tradução, portanto, segundo Laplanche (1988a), é um auxílio de acesso e entendimento do inconsciente.

O psiquismo humano trabalha traduzindo as experiências vividas e o que perpassa pela pulsão. Tudo aquilo que é vivido atravessa um processo de significação que, em outras palavras, diz respeito a traduzir o que se sente, se pensa, se deseja.

No texto *O ego e o id* (Freud, 1923/1996), Freud diz que tudo aquilo que vem do inconsciente já é uma tradução, ou melhor dizendo, já não se trata do conteúdo original experimentado, vez que este não pode ser diretamente conhecido. Tal tradução citada, como é feita pela consciência, não pode resultar em um conteúdo puro inconsciente, já

que o consciente é um produto do recalçamento. Apenas o que passou pela censura se torna consciente, ou seja, com determinados conteúdos ainda mantidos inconscientes.

Todo esse entendimento foi trazido pois as mensagens que são dirigidas às crianças no cotidiano, em especial, através dos cuidados realizadas pelos adultos, são recebidas por estas e, tantas vezes, incapazes de serem traduzidas. O adulto, ao conferir vida à sexualidade infantil através de sua própria sexualidade, implanta essa situação à criança. A tradução deixa de ser possível pois requer uma capacidade elaborativa que a criança pequena ainda não possui.

Convém mencionar que a capacidade tradutiva, por sua vez, também é oferecida pelo mundo adulto. Se a cultura pode ser tomada como um considerável meio de tradução, importante perceber que é o adulto quem insere a criança na sociedade, na cultura, logo, é ele quem propicia os auxiliares de tradução. Daí a importância que esse processo se dê adequadamente, preferencialmente, de modo equilibrado (por mais complexo e difícil que isso seja, uma vez que, o inconsciente não se controla).

Estas mensagens que são transmitidas no contato entre adulto e criança são as consideradas mensagens enigmáticas, que podem ser caracterizadas de duas formas: por intrometidas e implantadas (Laplanche, 1997).

Conforme já mencionado, as *mensagens implantadas* são aquelas que chegam à criança e são recebidas por estas através dos órgãos do sentido; percebidas pelos toques, pelas palavras etc...são mensagens que podem ser traduzidas e recalçadas. Compreende-se, então, que quando tal contato é permitido e transmitido pelo adulto adequadamente, essas experiências podem ser elaboradas e a sedução auxilia, portanto, na composição e no desenvolvimento afetivo e psíquico e da criança. Segundo Martinez e Matioli (2012) “a implantação permite certo grau de atividade, por meio da tradução e do recalque dos enigmas vindos do outro” (Martinez e Matioli, 2012, p. 213). Nesse caso, é proporcionada a entrada na alteridade e o cuidado oferecido é considerado adequado, necessário para o desenvolvimento psíquico. A sedução, nesse caso, como já dito, é estruturante.

Já as *mensagens intrometidas* são aquelas que chegam – seja física, verbal ou emocionalmente – até a criança de modo violento, e como não são dados assistentes de tradução para a criança, elas não são traduzidas e nem recalçadas. Assim, “a intromissão, com sua variante violenta e intrusiva, coloca no interior do sujeito um elemento rebelde a qualquer metabolização, um verdadeiro corpo estranho” (Martinez e Matioli, 2012, p. 213). São mensagens cujo significado está impregnado em si e por isso

não demandam tradução; de tão violentas, geram apenas intromissão. “São essas mensagens que introduzem no psiquismo em constituição a confusão e provocam o sofrimento psíquico, por excederem a capacidade tradutiva das crianças” (Martinez e Matioli, 2012, p. 213).

Uma vez não traduzidas, elas passam, dessa forma, a compor o inconsciente encravado. Essa situação forma um campo traumático. A sedução, nesse caso, já não é aquela que Laplanche considera como benéfica (se é que existe), ou melhor dizendo, necessária para fundação do psiquismo, para divisão da tópica. Dada sua característica violenta em excesso, ela se torna perigosa. Extrapola o necessário e acessa o campo daquilo que pode ser considerado perverso, portanto, destruturante.

Quando a noção *de holding* e *handling*, entendidas como o modo em que a criança é segura, manipulada e tratada pela mãe, é compreendida em sua importância, é possível traçar um paralelo com a teoria da sedução generalizada. Quando da prática de tais processos, a mãe emite uma mensagem; uma mensagem de cuidado – que pode ser excessivo ou não; que pode estar aquém ou além do necessário para estruturação da criança. O *holding* (funcionando como um assistente de tradução) ajuda a compor um ambiente suficientemente bom; ele funciona como uma proteção aos perigos externos ao garantir sustentação física (conforto) e psicológica (segurança) ao bebê (Winnicott, 1983). Acredita-se que o *holding*, assim como o *handling*, possam ser formas de sedução, daquela sedução laplancheana necessária, contudo, dependendo da maneira que se manifestem, podem extrapolar o adequado e tornar-se abusivas. Nesse caso, tanto a presença excessiva quanto a ausência dessas ações são prejudiciais, podem ser nocivas não somente ao corpo, mas em especial, ao psiquismo da criança. O *holding*, assim como a sedução, fundamenta o ser no real a partir do momento que ajuda a construir seu psiquismo, entretanto, uma vez excessivo, pode aniquilar o indivíduo.

Com Winnicott (1956/2000), sabe-se que o ego da criança, inicialmente, é ao mesmo tempo forte e fraco e que será a preocupação materna primária que proporcionará sua estruturação e permitirá a continuidade da existência do bebê. A personalização é definida por Winnicott como um processo no qual o ego se ampara em um ego corporal. Tal processo está baseado no *handling* – técnica de cuidados corporais e experiências instintivas e de satisfação que se estabelecem por níveis de sentimento ligado ao corpo. Essas funções instintivas vão ajudar na formação da realidade psíquica e num esquema corporal. Para Laplanche, o bebê também é situado em um ego corporal que tudo recebe. A falha no cuidado, nesse caso, direcionada para a função materna,

pode trazer grandes prejuízos ao desenvolvimento da criança, tal qual a sedução impressa de modo não equilibrado.

Por fim, uma vez percebido que durante os cuidados essenciais da criança ocorre um excesso, não se pode desconsiderar que, na grande maioria das vezes, é a mãe quem promove tais cuidados, logo, acaba sendo esta figura aquela que, ao menos tempo, cuida e seduz. Diante disso, cabe apresentar um próximo capítulo que discorra sobre gênero, uma vez que, acaba sendo dirigida à mulher tal responsabilidade dos cuidados; em suas mãos, tão frequentemente, então, o poder de balizar o limite entre cuidado e maus-tratos.

2 - GÊNERO, FEMINILIDADE E MATERNIDADE

Conforme já mencionado, este capítulo apresenta a temática do gênero como um ponto relevante, já que a compreensão daquilo que se entende, se espera socialmente da maternidade, está embutida nas discussões sobre o feminino, sobre a dimensão da condição feminina. Falar sobre maternidade e seus desdobramentos, portanto, remete, invariavelmente, ao campo da feminilidade.

É consenso entre os autores contemporâneos – como Beauvoir (1970), Butler (2015), Aran (2007) – que tratam do assunto feminilidade, feminino, que tais conceitos emergiram a partir de uma posição masculina, dentro do contexto sócio histórico da humanidade. Desde seus primórdios, passando pela antiguidade, as diferenças entre os sexos sempre foram observadas, pontuadas e acabaram por definir muitos papéis sociais que homens e mulheres assumiam na rotina. Desde a pré-história mas, especialmente, com a chegada da modernidade, essa distribuição de tarefas e esse local social estavam baseados majoritariamente na questão biológica – na chamada diferença natural dos sexos; no dimorfismo sexual tão criticado por Butler. Mesmo porque, conforme pontua Beauvoir, existia apenas um sexo: o masculino.

Roudinesco (2003) tece uma interessante comparação entre a posição da mulher e o conceito de família. A família existe em razão da sociedade e se faz presente em praticamente todas elas. É quase universal a ideia de duas pessoas (homem e mulher) se unindo e gerando filhos. A família é tida como o núcleo social básico e pode ser considerada como uma instituição humana duplamente universal ao associar o fato cultural a um fato da natureza. A ideia de família já se transformou ao longo da história diversas vezes – tradicional, moderna, pós-moderna. E, na maioria das vezes, faz-se presente a noção do patriarcado. O pai é aquele que toma posse dos filhos: seja pelo sangue, seja pelo nome (simbólico). Ao pai, o direito pleno sobre a prole – prole que, por sua vez, assim nomeia esse homem de pai (Roudinesco, 2003).

O masculino, ao longo da história, foi classificado como pertencente à razão; o feminino como passional, perigoso e desordeiro – caso não respeitasse à ordem marital. Desde a antiguidade, a noção de que caberia ao pai, ao homem, portanto, a condução familiar. Roudinesco (2003) cita Bodin (1580/1980), que frisava a importância de se perpetuar a soberania do pai, uma vez que, a feiticeira, a mulher, desafiava sua

autoridade opondo-lhe uma força sedutora, maléfica e de destruição. A mulher, solteira, colocava em risco a unidade familiar, logo, a sociedade.

Roudinesco (2003) afirma, ao que tange ao sistema jurídico-político-social de família, o paterno/materno, o masculino/feminino, que essa bipolaridade sempre esteve presente no imaginário da comunidade e na força da lei. Nas relações entre os sexos, contudo, o masculino, via de regra, dominou o feminino. A noção de matriarcado foi atingida com a ascensão da burguesia, momento em que se deu visibilidade também ao poder das mães.

A ordem familiar econômico-burguesa repousa portanto em três fundamentos: a autoridade do marido, a subordinação das mulheres, a dependência dos filhos. Mas, ao se outorgar à mãe e à maternidade um lugar considerável, proporcionasse meios de controlar aquilo que, no imaginário da sociedade, corre o risco de desembocar em uma perigosa irrupção do feminino, isto é, na força de uma sexualidade julgada tanto mais selvagem ou devastadora na medida em que não estaria mais colada à função materna. A mulher deve acima de tudo ser mãe, a fim de que o corpo social esteja em condições de resistir à tirania de um gozo feminino capaz, pensa-se, de eliminar a diferença dos sexos. (Roudinesco, 2003, p. 21).

Apesar de nunca perder seu poder simbólico (comumente atrelado à razão e transmissão da cultura), aos poucos uma nova noção de pai também foi se construindo. Tal noção se constituiu graças às modificações sobre o entendimento e valoração da infância, por um lado. Ao ser dono dos filhos, o pai deveria cuidar deles – sob pena de responsabilização e punição do Estado perante suas ações: excessos e falhas. Em paralelo, com as Revoluções na Europa (Francesa e Industrial) que ampliaram a participação das mulheres na economia, chamadas a ocupar as fábricas, elas foram, assim, ocupando maiores espaços sociais. Abriu-se possibilidade para destaque das mulheres, embora ainda não sem uma atmosfera de medo, uma vez que, a ideia de um feminino crescente ainda poderia pôr em perigo a estrutura da família e a rígida dinâmica de sociedade.

Os opositores do matriarcado citados pela autora não deixavam de temer o caos e a desordem com a visibilidade destas mulheres: a humanidade poderia mergulhar “na decadência, subvertida pela preeminência irracional de uma feminilidade selvagem” (Roudinesco, 2003, p. 23). O medo do transbordamento feminino era de que isso

aniquilaria a família pelo enfraquecimento dos costumes, pela inversão dos papéis sexuais e, assim, feminilização da sociedade. Pontua a autora que, assim, os movimentos a favor de um feminismo, de uma emancipação da mulher, eram tidos como ameaças ao futuro do gênero e do corpo social.

A desordem familiar, portanto, alusão ao título do livro, sugere ser consequência da ascensão das mulheres, opondo-se ao domínio do homem (Roudinesco, 2003).

O advento da psicanálise trouxe uma contribuição imensurável às discussões da sexualidade e, isso, indiretamente, favoreceu uma mudança de olhar para o feminino – embora tal teoria ainda tivesse o masculino como parâmetro.

É certo que a sexualidade desempenha papel considerável na vida humana: “pode-se dizer que ela a penetra por inteira” (Beauvoir, 1970, p. 66). Inevitável não recordar a teoria laplancheana, em associação à teoria da sedução generalizada, em especial porque a autora completa que

o existente é um corpo sexuado; nas suas relações com os outros existentes, que são também sexuados, a sexualidade está, portanto, sempre empenhada; mas, se corpo e sexualidade são expressões concretas da existência, é também a partir desta que se pode descobrir-lhes as significações . . . (Beauvoir, 1970, p. 66).

Por outro lado, ainda que autora tome como certo o espaço que a sexualidade ocupa, alerta para que não seja encarada de modo irredutível; a sexualidade, então, deve ser vista como mais um dos tantos aspectos da existência humana. Para tanto, ressalta a limitação que a Psicanálise apresenta junto aos conceitos de determinismo psíquico e inconsciente coletivo, pontuando que todas as escolhas, mesmo as não sexuais (jogos, artes), revelariam a sexualidade e seriam nela baseadas.

A autora menciona que, para os homens, o pênis é motivo de orgulho e atinge quase um *alter ego* – vez que adendo ao corpo e pertencente a ele ao mesmo tempo¹⁸. Temem a castração. Uma vez privada disso (inclusive dessa transcendência – castração), a menina não se aliena, não se associa a coisas apreensíveis que simbolizem seu falo. Ela, segundo Beauvoir (1970), é levada a fazer-se por inteira objeto.

¹⁸ Interessante mencionar que Roudinesco (2003), ao falar das representações sexuais, cita que, em uma delas, a mulher se torna complementar ao homem, como um *alter ego* deste, dividindo prazer carnal e papel social.

Não importaria se fez comparações com os meninos. A importância se dá no fato de que a ausência desse pênis impede a menina de tornar-se presente a si própria enquanto sexo. (Beauvoir, 1970). Assim, caso a mulher conseguisse se firmar como sujeito, “inventaria equivalentes para o falo: a posse de uma boneca, em quem se encarna a promessa do filho, pode tornar-se mais preciosa do que a do pênis” (Beauvoir, 1970, p. 69).

Possível perceber, assim, o quanto o entendimento daquilo que é ser mulher, do que é ser feminino, perpassa diretamente pela ordem social. “Assim como não basta dizer que a mulher é uma fêmea, não se pode defini-la pela consciência que tem de sua feminilidade; toma consciência desta no seio da sociedade de que é membro” (Beauvoir, 1970, p. 69), normalmente, constituída a partir de um parâmetro masculino. Frisa a autora que os psicanalistas consideram que o homem é definido como ser humano e a mulher como fêmea e “todas as vezes que ela se conduz como ser humano, afirma-se que ela imita o macho” (Beauvoir, 1970, p. 72). Para uma mulher, fingir ser homem seria fonte de mal-estar, todavia, fingir ser mulher seria também ilusão. O verdadeiro problema da menina está em deparar-se com as possibilidades de atitude viril (aquela em que o sujeito aceita sua transcendência) e atitude feminina (condutas de alienação). Aos olhos de movimentos feministas, como situa Beauvoir, a mulher se define como ser humano em busca de valores no seio de um mundo de valores cuja estrutura social, econômica, é indispensável conhecer para compreender em sua totalidade.

S. Bleichmar (1993), por sua vez, menciona que no decorrer dos últimos anos, a psicanálise passou a se ocupar da investigação da sexualidade feminina, em especial, partindo da questão levantada por Freud (1930/1996, 1932/1996) sobre o mistério da feminilidade. Os movimentos feministas também propuseram incontáveis interrogações à condição da mulher na sociedade e, assim, impulsionaram os estudos sobre as teorias sexuais e sociais do campo feminino. Tantas vezes, tentou-se construir uma teoria geral da feminilidade – talvez na tentativa de escapar àquilo que sempre partira do masculino.

Algo exclusivo da mulher, no entanto, é a maternidade. Maternidade esta que, tantas vezes, é utilizada como valorosa expressão de um feminino. Nesse sentido, pertinente o questionamento de Klipan (2015): “por que essa relação intersubjetiva que acontece entre o bebê e a figura que em nossa sociedade é ocupada primordialmente pela mãe precisaria ser chamada de feminilidade?” (Klipan, 2015, p. 31).

2.1 QUESTÕES DE GÊNERO

Ao longo da história da humanidade é possível perceber que a sexualidade feminina sempre esteve relacionada à masculina, comumente, em uma leitura negativada da segunda. O feminino foi, incontáveis vezes, associado ao imperfeito, ao místico, ao inferior, ao faltante, ao que enfim, tinha menor valia.

Paron (1993) lembra, ao citar Silva (1988), que a noção de feminino é bastante complexa e muito esteve ligada à falta – do falo. Em razão disso, como uma espécie de compensação, na tentativa de contornar essa falta, o feminino se armou da ideia da mulher *toda-poderosa*, à qual nada falta. Assim, todas as grandes figuras femininas, andrógenas, místicas, imaculadas, fortes, sensuais, representariam uma maneira de fugir da angústia da falta, compondo uma noção de mulher que é capaz de engendra-se sozinha. A luta pela liberdade sexual, os avanços na medicina para fertilização *in vitro* são exemplos desse caminho da independência da feminina; da mulher que poderia conceber sem homens: “Aí estão os mitos que criamos para fugir da angústia da falta que nosso corpo presentifica: as deusas-mães, a Virgem, a Imaculada Conceição . . .” (Paron, 1993, p. 101). Para não ser temida, a mulher toda-poderosa, que tudo pode sozinha, foi tornada *santa* e, somente assim, aceitável ser tão superior.

A maternidade vai deixando de ser vista como principal forma de consolo pela ausência do falo; uma via de sedução também se abre como possibilidade de ser mulher. Assim, em outra ponta, a figura da mulher *femme fatale*, poderosa pois sedutora (de uma sexualidade exposta, por ela explorada) e perigosa – que, através de uma feminilidade quase que mítica, oculta a competitividade fálica¹⁹.

Lima (1993) apresenta uma noção do conceito de feminino em Freud ponderando que, para este, o feminino não é uma teoria em si, mas sim, uma teoria da constituição da *personalidade humana* – engendrada nos conceitos do complexo de castração e seus desdobramentos simbólicos (Lima, 1993, p. 59). Acredita o autor que exista uma confusão quando se fala da noção de feminino e que, ao torná-lo algo muito complexo, esquece-se que, na realidade, o masculino também não deixa de sê-lo. Lembra Lima (1993), portanto, que a complexidade está na condição de ser humano, na constituição do psiquismo, do sujeito – presentes em todos. A compreensão dessa noção ficará relevante quando, no próximo capítulo, for preciso entender que a agressividade, que as expressões de um cuidado abusivo de crianças, podem ser práticas perfeitamente

¹⁹ Como ilustração, a música *Kinda Outta Luck* da cantora Lana del Rey.

presentes no cotidiano independente do gênero do sujeito – vez que se trata de algo próprio do ser humano. O próprio Freud (1930/1996) menciona a existência de plasticidade inicial nos investimentos libidinais de qualquer indivíduo, ou seja, pontuando a noção de que “não há uma determinação de qual gênero o sujeito seguirá garantida pela anatomia dos corpos” (Belo, 2015b, p. 1104). Assim, se por um lado o masculino não pode ser excluído de complexidade, o feminino não deve ser recusado de perversidade²⁰.

Tantas vezes as discussões feministas possuem como foco questionar a dominação masculina em suas diferentes expressões e práticas. As mulheres, então, enquanto categoria, reivindicam a construção de uma nova marca de si mesmas, propondo novas e possíveis interpretações na ótica masculina de feminino:

a categoria do gênero permitiu, portanto, sexualizar as experiências humanas, fazendo com que nos déssemos conta de que trabalhávamos com uma narrativa extremamente dessexualizadora e . . . temos operado com categorias pouco flexíveis que dão conta de algumas dimensões das relações sociais . . . o que sem dúvida empobrece demais a experiência humana (Rago, 1998, p. 92).

É nesse sentido que Rago (1998) menciona que a categoria de gênero permitiu nomear campos das práticas sociais e individuais que pouco conhecemos, mas que intuímos fortemente; “o que escapa às classificações” (Fabbri, 1952, p. 92, citado por Rago, 1998), cita a autora. A maternidade, assim, não escapa de uma expectativa social: o que querem da mulher; o que querem da mãe?

Aran e Peixoto Junior (2007) mencionam que existe um padrão de normalidade na sociedade. A partir do momento em que se entende que o masculino não é apenas um, ou o sexo, mas aquilo que é geral (e que ambos os sexos se constituem a partir da noção do masculino, do referencial fálico), nota-se que o gênero não é apenas normativo, mas que o feminino, mesmo em suas diferentes expressões, não deixa de

²⁰ Embora pareça uma frase simplista, ela retoma a ideia trazida por Freud (1930/1996 e 193/1996) de que o feminino é algo muito complexo e que o entendimento do desenvolvimento psicosssexual masculino atravessaria um caminho mais simples de se compreender. Ocorre que, nem por isso, a ideia de masculino deve ser considerada destituída de complexidade. Na realidade, falar sobre gênero implica uma gama de elementos a se considerar, haja vista sua pluralidade. Ter anatomia de um homem ou de uma mulher não os fazem, necessariamente, masculino e feminino – respectivamente. Como ensina Laplanche (2015), o gênero antecede; o gênero é plural.

depende da existência do considerado gênero primeiro (o masculino). Neste entendimento, Birman (1999) resgata que, para Freud:

a oposição entre o masculino e o feminino, entre os homens e as mulheres, seria constituída em torno da figura do falo. *Ter* ou *não ter* o falo e os seus atributos, seria essa a questão que dividiria o mundo dos sexos e dos gêneros. Ou, então, *ser* ou *não ser* o falo implicaria a dimensão narcísica originária da tal diferença sexual (Birman, 1999, p. 11).

O feminino, dentro da lógica fálica, acaba deixando de ser uma marca e sendo associado a uma falta. Para Freud, é presente a fantasia da mulher em ter um filho como substituto ao falo. Assim, o destino das mulheres acabaria sendo, inevitavelmente, a maternidade como uma maneira de ascensão, de suprimir algo faltante. O princípio falocêntrico, tal como explorado na obra lacaniana, no vértice da falta, é aqui pincelado como mais uma forma de problematizar o assunto, em especial, dada a incompatibilidade com a teoria laplancheana – que desconstrói a noção do binarismo. Essa discussão não pode ser aprofundada nesse momento, haja vista a necessidade de um amadurecimento teórico e manutenção do foco da pesquisa, mas abre espaço para debates futuros. De toda forma, os pontos controversos são trazidos justamente para que seja notada a diferença entre os pensamentos e o quanto existe a tendência em recorrer à anatomia e ao binômio fálico-castrado.

Assim como a convivência social, portanto, as noções de gênero são, também, noções instituídas. Nesta seara, pertinente mencionar que, ao citar Wittig (1981), Butler (2015) considera que o gênero não apenas designa as pessoas, mas também as qualifica (ou desqualifica). Ser homem, ser mulher, assim, subordina o gênero à identidade. Nesse sentido, a autora procura trazer à baila a concepção de que o próprio gênero é instituído antes mesmo do nascimento das pessoas – como uma ordem social, uma forma de controle. O feminino, nesse viés, não seria pensado como uma marca do sujeito; não é um atributo de gênero, ele é significação da falta. “Não de uma identidade que a represente, mas de representações variadas da busca dessa genealogia feminina, na qual o próprio caminho torna-se significado” (Paron, 1993, p. 102).

Assim como o homem, a mulher também é um ser humano, entretanto, tal afirmativa é abstrata e não anula as discussões que existem sobre gênero; a condição de ser humano concreto não basta e sempre é preciso pensar as singularidades. Beauvoir (1970) menciona que

o homem não é uma espécie natural: é uma ideia histórica. A mulher não é uma realidade imóvel, e sim um vir-a-ser; é no seu vir-a-ser que se deveria confrontá-la com o homem, isto é, que se deveria definir suas *possibilidades* (Beauvoir, 1970, p. 54).

Ocorre que, comumente, a ideia atribuída à mulher é de menor valia; imaginário que parte desde sua anatomia e fisiologia – considerada problemática. Se por um lado fora avaliada complexa em seu corpo, nos costumes fora tomada como inferior; tornou-se o outro sexo. Ao tratar deste assunto, parte do livro da supracitada autora se pauta em compreender como a mulher veio ocupar esse lugar de outro e mais, como permaneceu nessa condição. A mulher considerada “realmente mulher” (como nas palavras de Beauvoir), seria a frívola, irresponsável, submetida ao homem (Beauvoir, 1970).

A referida autora acredita que a submissão feminina se dê, em partes, por aceitação da mulher frente a essa condição. Ela aceitaria ser posta na condição de outro – e não de uno (posição conferida ao homem). A mulher sempre existiu e não apenas em um dado momento aconteceu, surgiu e, apesar disso, se exclui enquanto classe. Pontua a autora que “as mulheres . . . não dizem "nós". Os homens dizem "as mulheres" e elas usam essas palavras para se designarem a si mesmas: mas não se põem autenticamente como Sujeito” (Beauvoir, 1970, p. 13). Nesse raciocínio, conforme a autora, as mulheres nunca ganharam, elas receberam.

Pondera Beauvoir (1970) que se a mulher recusar ser esse outro, automaticamente, ela renuncia às vantagens que a aliança com o homem lhe confere. Estar na condição feminina, abaixo do homem, portanto, poderia lhe ser conveniente de algum modo. Uma leitura freudiana, em especial no texto de 1932, por outro lado, pode servir de alerta para que seja evitada a ligação corriqueira – fruto dos costumes sociais – entre feminino e passividade. Freud (1932/1996) esclarece que até para atingir a posição de passiva, seria necessária uma grande dose de atividade por parte das mulheres (conforme será tratado no item 2.2 subsequente).

Segundo Beauvoir (1970), muitos homens afirmam que as mulheres são iguais aos homens e, portanto, nada teriam a reivindicar, porém, ao mesmo tempo, afirmam que as mulheres nunca poderão ser iguais aos homens, logo, que suas reivindicações são vãs. Nunca podendo ser como os homens, seriam negadas das mulheres emoções e comportamentos que são consideradas próprias do mundo masculino e, assim, pouco

aceitáveis dentro de um contexto feminino, particularmente, na esfera da maternidade. E dessa forma, tantas vezes, acaba sendo negado à mulher, à mãe, a expressão de uma agressividade, por exemplo.

A supressão da agressividade das mulheres, que lhes é instituída constitucionalmente e lhes é imposta socialmente, favorece o desenvolvimento de poderosos impulsos masoquistas que conseguem, conforme sabemos, ligar eroticamente as tendências destrutivas que foram desviadas para dentro. Assim, o masoquismo, como dizem as pessoas, é verdadeiramente feminino (Freud, 1932/1996, p. 117)²¹.

Na cultura social, tornou-se maior a crença de que os pais poderiam bater nos filhos, mães, não. De modo geral, a autoridade ficou representada na figura do pai (real, simbólico, imaginário). Com maior frequência, as expressões: *eu vou contar isso para seu pai*, ou ainda²², *quando seu pai chegar em casa, você vai ver*; e mais *se seu pai ficar sabendo disso...* Às mães, assim, o papel mais esperado seria aquele que intercede²³, acolhe, protege; uma *Maria*. A mãe protetora, zelosa, portanto, seria a verdadeira mãe, a *verdadeira mulher*.

Apresentando um caso clínico, Andrade (2012) menciona que a mãe provedora, que batia, provavelmente substituíria o homem pelos filhos e, assim, acabava por inverter sua passividade erótica em uma atividade violenta contra suas crianças, prestando-se como um modelo de sadismo. Mãe que, nesse caso, provavelmente, alterne surras com afagos em uma ambiguidade – como a das mensagens de duplo sentido, intrometidas – de interesse e ódio pelos infantes.

É possível pensar na condição da maternidade, assim, quando a ideia de uma mãe amorosa e incapaz de fazer mal ao filho, cuja função materna lhe foi direcionada e

²¹ Neste e em outros excertos da obra freudiana, pode-se notar como o autor coloca a noção de mulher e de feminino lado a lado. Cabe observar, no entanto, que o feminino não é a mulher – embora Freud assim discorra em seus textos. Laplanche tenta, justamente, superar a visão freudiana majoritariamente falocêntrica. É neste mesmo raciocínio que esta pesquisa se constrói, na medida em que busca destacar o gênero como plural e desnaturalizar condições pré-estabelecidas de sexo e gênero. Não se pode esquecer, por outro lado, que Freud era um homem de seu tempo; inovador, mas (e justamente por isso) dentro de contexto social e histórico.

²² Na literatura infantil, a exemplo, a história: *Você vai ver quando seu pai chegar* por Neusa Sorrenti (2009). A fábula se inicia com uma porquinha que adora música e quer ser flautista; a mãe, temerosa e submissa, a aconselha a não seguir esse caminho, porque o pai não vai admitir e, assim, recomenda que pare com a música antes que o pai chegue do trabalho.

²³ Exemplo claro pode ser encontrado no catolicismo, quando Maria, mãe de Jesus, aparece sempre como a figura que intercede, junto ao pai, pelos pecadores, pelos homens. Símbolo, então, de bondade, perdão, benevolência e acolhimento.

não almejada pela mulher. Ser mãe, ser boa mãe, dessa forma, seria parte do que lhe fora atribuído.

Neste ponto, uma associação a Belo (2015b), quando este fala do ciúme nos homens. Segundo o autor, o gênero sofre recalçamento e a anatomia colabora para isso. O feminino é recalçado nos homens. Cita o autor efeitos políticos “ensejado pelo recalçamento que incide e produz a diferença sexual” (Belo, 2015b, p. 1104) lembrando que uma mulher pode se sentir amada enquanto é espancada pelo marido e, por sua vez, um homem pode se sentir autorizado a espancar *sua mulher* para elaborar sua passividade recalçada. Ora, em analogia à mãe, ela talvez pudesse se valer de equivalente mecanismo para violentar suas crianças, elaborando assim, seu componente masculino reprimido pela exigência social de cuidado, bondade.

2.2. UMA PERSPECTIVA LAPLANCHEANA DO FEMININO

Para iniciar esse ponto, vê-se como pertinente apresentar, inicialmente, a construção de uma ideia de feminilidade na teoria freudiana. Segundo Freud (1933/1996) “. . . a psicanálise não tenta descrever o que é a mulher – seria esta uma tarefa difícil de cumprir – , mas se empenha em indagar como uma mulher se forma, como a mulher se desenvolve desde a criança dotada de disposição bissexual” (Freud, 1933/1996, p. 117). Segundo o autor, para atingir a feminilidade, então, a mulher necessita realizar uma mudança de zona erógena; mudança no objeto amoroso.

Ao tratar da feminilidade, Freud pontua que a primeira característica atribuída a um ser humano é a diferenciação homem ou mulher – condizente, portanto, à anatomia. Derivam desse primeiro pensamento as funções sexuais primárias e secundárias. Se a anatomia define o sexo, alerta que a masculinidade e feminilidade fogem a ela; são mais complexas e desconhecidas do que se imagina: “afinal, a distinção anatômica deve expressar-se em consequências psíquicas” (Freud, 1933/1996, p. 124). Nesse sentido, Assadi (2007) menciona que um homem e uma mulher, que têm corpos anatomicamente distintos, são endereçados para uma similar construção psíquica: “uma montagem necessária e fundamental para suas sobrevivências. Corpos diferentes, mas produtores de um resto que se conjuga com um discurso feminino” (Assadi, 2007, p. 212).

Menciona, por exemplo, que do ponto de vista psíquico é preciso considerar a noção de bissexualidade, uma vez que, corriqueiramente, são empregadas qualidade

mentais que distinguem os sexos: “dizemos que uma pessoa, seja homem ou mulher, se comporta de modo masculino numa situação e de modo feminino, em outra” (Freud, 1933/1996, p. 115). Nesse caminho, entendeu-se o masculino por ativo e o feminino por passivo, todavia, feita a ressalva para que não se faça confusão com atividade e passividade.

Se a biologia em muito contribuiu para a associação entre a posição masculina e a atividade, a agressividade, Freud (1932/1996) menciona que “a realização do objetivo da biologia foi confiada à agressividade dos homens e se tornou, em certa medida, independente do consentimento das mulheres” (Freud, 1932/1996, p. 131). Arán (2009) menciona que a diferenciação sexual parte de uma concepção histórica e até ideológica do dimorfismo sexual. A autora encara o dimorfismo como normatividade oriunda de uma imposição cultural. Nesse sentido, Freud (1933/1996) chama atenção para o cuidado de atrelar, de modo simplista, algumas características a um determinado sexo e usa a maternidade para exemplificar o quanto uma mãe é ativa para com os cuidados de seu filho. É já nesse momento que se pode perceber que, mesmo que a psicanálise tenha inovado muito com suas teorias sobre a sexualidade, ainda atrelava funções da mulher à maternidade.

Um pensar sobre a feminilidade foi ampliado a partir das teorias a propósito da distinção dos sexos trazida por Freud, contudo, ele mesmo chamou a atenção ao fato de que “a psicologia é incapaz de solucionar o enigma da feminilidade” (Freud, 1933/1996, p. 117). Para o autor, o desenvolvimento libidinal, embora iniciasse de modo igual a ambos, seria muito mais complexo para as meninas do que para os meninos – não deixando de atribuir características que seriam típicas de um e de outro sexo.

Os cuidados para com o filho, independe do sexo, é o mesmo e, tanto para menina, quanto para o menino, será a mãe o primeiro objeto de amor, isto pois, as primeiras catexias objetais das crianças estão atreladas com a satisfação de necessidades vitais simples. Diante disso, considerando a ascensão do complexo de Édipo, Freud (1933/1996) se questiona como a menina passa da fase masculina para a feminina – deixando de desejar a mãe para identificar-se com ela e, assim, desejar o pai – enquanto o menino apenas segue na mesma posição de antes.

Freud (1933/1996) elucida que o mesmo vínculo vivenciado para com a mãe passa a ser transferido ao pai e, portanto, autor pondera pela necessidade de se compreender a fase pré-ediapiana, logo, compreender a relação libidinal da menina para com sua mãe. Segundo ele, na fase fálica, a menina teria o desejo de ter um filho da mãe

e o desejo correspondente dela mesma ter um filho. É nesse sentido que Freud considera presente na menina uma fantasia de sedução na sua pré-história edipiana cujo sedutor, contudo, é a mãe – e o não o pai, conforme explicitado na teoria da sedução para etiologia das neuroses.

Observa Freud que essa hipótese se faz mais coerente pois é, efetivamente, a mãe quem mais se dedica aos cuidados das crianças, o que diz respeito a uma estimulação corporal através desses cuidados. A teoria da sedução, nesse caso, deixaria de pertencer à fantasia, tocando de fato a realidade.

A menina se torna capaz de modificar seu objeto de desejo ao se frustrar com a mãe, se frustrar com o fato desta mãe não mais atender a sua demanda de amamentação, de cuidado. As exigências do infante, exigências de amor, são ilimitadas e ele exige exclusividade. O amor que a menina tinha pela mãe transformar-se em ódio e hostilidade, fazendo com que se afaste (Freud, 1933/1996).

Corroborar para esse entendimento a compreensão freudiana de que as meninas culpariam a mãe pela ausência de pênis; não a perdoariam por terem sido colocadas em desvantagem – situação diretamente afeita ao complexo de Castração, o qual também é atribuído às meninas. Segundo Freud, o complexo de castração, marcado pela distinção entre os sexos, então, põe fim à fase pré-edípica. A inveja do pênis surge e a menina lidaria com isso acreditando que, em algum momento, poderia conquistá-lo, adquiri-lo. É dessa maneira que tantas acabam ingressando em atividades (consideradas masculinas, ou de cunho fálico) de forma a sublimar esse desejo reprimido (Freud, 1933/1996).

Conforme explicita Freud (1933/1996), a descoberta da castração nas meninas resulta em três possíveis saídas de desenvolvimento, a citar: saída neurótica ou inibição sexual; complexo de masculinidade; e a feminilidade.

No primeiro caso, a transferência do desejo da menina para a figura do pai é considerada por Freud como um desejo de possuir o pênis que a mãe lhe negou. Ela busca obtê-lo, portanto, junto ao pai. Ao fazer isso, a menina abandona sua sexualidade ativa (masturbação clitoridiana) e, ao se encaminhar para uma passividade na satisfação pulsional, rumo para a feminilidade.

Brincar de boneca, para Freud, não é necessariamente uma expressão de feminilidade nas meninas, mas sim uma forma de identificação com a mãe; ao assim brincar, a garota é, ao menos tempo, a boneca e sua mãe exercendo seus cuidados: “. . . a intenção é substituir a atividade pela passividade . . . agora ela podia fazer com o bebê

tudo que sua mãe costumava fazer com ela” (Freud, 1933/1996, p. 128). Completa o autor: uma boneca, a exemplo, “não é senão com o surgimento do desejo de ter um pênis que a boneca-bebê se torna um bebê obtido de seu pai” (Freud, 1933/1996, p. 128). Nota-se, assim, que o desejo de um bebê, desejo desse pênis, acaba sendo um desejo feminino.

É nesse ponto que a mãe, além de alvo de hostilidade, se torna rival da menina – na competição por esse pênis-bebê que pode ser alcançado junto ao pai. O complexo de castração, assim, aparece na menina como um ponto chave do complexo edipiano. O nascimento de um filho pode gerar diferentes efeitos na mulher, inclusive negativos, em razão da revivescência da identificação com sua própria mãe, inclusive, a relação mantida com esta. Freud (1933/1996) pontua que, no caso do nascimento de um menino, a mãe vai se satisfazer muito mais haja vista a possibilidade de uma restituição do seu complexo de masculinidade.

Para Freud (1933/1996), todas as meninas passam por esse caminho, mesmo aquelas que, na fase adulta, não atingem a feminilidade. No caso do complexo de masculinidade, a menina se recusa a aceitar que não possui um pênis. Ela se identifica com seu pai (possuidor de um pênis) ou com uma mãe fálica. Ao agir assim, a criança nega a passividade que seria própria do feminino e recorre a tarefas ativas – próprias do masculino. Tantas vezes, a realização desse complexo de masculinidade tem ápice na escolha de objeto do mesmo sexo.

Aquilo que se entende por feminilidade vai estar relacionado com o duro caminho que a menina atravessa para tornar-se mulher. Características consideradas típicas da feminilidade, como desejar mais ser amada do que amar; o reconhecimento de seus encantos; a vergonha; rigidez; menor interesse pelo campo social; são todas características ligadas a um narcisismo, a uma sensação de inferioridade, a uma inveja do pênis – tão desejado (Freud, 1933/1996). Segundo o pai da psicanálise, ainda sobre a tal inveja, as mulheres possuem um menor senso de justiça²⁴ se comparadas aos homens, uma vez que, para ser justo, a inveja não pode existir.

De modo geral, percebe-se que tal percurso (feminilidade) é complexo pois, segundo Freud, a constituição da posição feminina sofre um constante perigo de ser perturbada por resíduos da posição masculina inicial. Assim, tantas vezes em sua vida, a

²⁴ Ayouch (2014) lembra que a origem da palavra testemunho é a mesma de testículo, relacionando, assim, Justiça e gênero, ou mais especificamente, ao gênero masculino, vez que, a diferença anatômica se liga a uma ideia de visibilidade e invisibilidade – tal qual o ato de testemunhar: ver algo, presenciar, conhecer. O olhar é quem percebe a diferença anatômica entre os sexos.

mulher pode alternar momentos de masculinidade e feminilidade – compondo uma bissexualidade intrigante. O autor pondera, desta feita, que esse assunto lhe escapa, não sendo fácil chegar a um entendimento satisfatório sobre a composição feminina. Conforme já mencionado, Freud (1933/1996) pontua que a psicanálise não tenta descrever o que é a mulher, mas não deixa de se questionar sobre como se desenvolve desde a criança – dotada de disposição bissexual.

Para Roudinesco (2003), Freud anunciava, portanto, o princípio de um monismo sexual; um falocentrismo. Ao seu ver, não existiria um instinto materno, nem uma raça feminina; o falicismo “é pensado como uma instância neutra, comum aos dois sexos” (Roudinesco, 2003, p. 60). Para a autora, portanto, tanto a sexualidade da menina, quanto aquilo que se concebe por feminilidade, estaria organizado em torno de uma lógica fálica, concepção também apresentada por Beauvoir (1970) e outros autores já referenciados neste estudo.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam o feminino (Beauvoir, 1970, p. 9).

Beauvoir (1970), na realidade, trata do falocentrismo como sendo algo histórico. Ao lado dos movimentos feministas, critica a postura freudiana que toma o falo por eixo central de sua teoria de desenvolvimento psicosssexual de meninos e meninas, em especial, por tomar a biologia como preponderante. A autora, por sua vez, apresenta uma noção de gênero enquanto construção – permeada por elementos sociais, culturais e não calcados apenas, ou principalmente, na anatomia – descartando posições ditas naturais da sexualidade e dos papéis de gênero. É por este caminho, conforme já mencionado, que Beauvoir consegue dialogar com a teoria laplancheana e que esta pesquisa ganha contorno; ponderando pela necessidade de superar a lógica fálico-castrado, o binarismo e as posições engessadas de sexo e gênero.

Como se pode perceber ao longo da leitura, esse texto opta em tecer um contraponto de ideias, justamente, para que se torne visível o quanto a lógica do binarismo anatômico (como vista nas teorias freudiana, lacaniana) ainda é presente. Quando essa discussão é trazida, contudo, não se pode desconsiderar que Freud, por

exemplo, era um homem de seu tempo, inserido em um contexto histórico do patriarcado. Se hoje alguns temas ligados à sexualidade ainda causam estranheza e preconceito, quiçá um século atrás. Nesse sentido, alerta Cecarelli (2017):

Para que a psicanálise, que em um primeiro momento foi libertadora ao denunciar a existência de outra cena que determina nossas escolhas objetais não se transforme em mais uma prática normativa, é necessário que os psicanalistas façam constantes incursões em seus conceitos de base para confrontá-los com os movimentos sócio-históricos. Há que levar em conta as mudanças sociais, sob pena de ficarmos arraigados a teses não mais sustentáveis na contemporaneidade e vermos a psicanálise perder sua credibilidade social (Cecarelli, 2017, p. 143).

É através de uma ótica plural, como trazida por Laplanche (2015), que esta pesquisa se constrói; escapando de posições fixas de gênero, em especial, do feminino. Quando Laplanche faz trabalhar a teoria de Freud, ele alerta para o quanto é preciso problematizar algumas construções como pênis-poder-filho-falta-excesso – contraponto que essa pesquisa também busca fazer.

Roman (2013) pontua que “o conceito de identificação feminina primária está inserido no movimento de repensar as origens do sujeito psíquico a partir da teoria da sedução generalizada, de Laplanche” (Roman, 2013, p. 80). Citando Ribeiro (2000) e André (1996), a autora menciona o enlace da feminilidade com sedução originária e passividade presente nas origens do sujeito psíquico, vez que: “existe uma associação entre a penetração sofrida pela criança durante a sedução originária e uma feminilidade” (Roman, 2013, p. 82). Faz-se, assim, uma associação entre a vagina (órgão penetrável) e o corpo da criança, simbolizando uma intromissão da sexualidade adulta no psiquismo do infante.

Dessa forma é que a feminilidade, que só surge a partir da identificação com a mãe, por se aproximar daquilo que se considera sedução originária, estaria fadada ao recalçamento pelas crianças – como uma fantasia passiva de penetração. Pela teoria laplancheana, portanto, a ideia de que a feminilidade se relaciona aos processos originários.

Laplanche (1988) retoma a teoria freudiana dos complexos de Édipo e castração. Pontua a proibição do incesto como precursor de uma norma moral (através da origem do superego); como algo necessário à separação entre as gerações; como essencial para

o processo de subjetivação psíquica; como fundamental ao processo civilizatório. O sujeito renuncia às pulsões para desfrutar da vida em sociedade – o que inclui a renúncia ao desejo sentido pela mãe, objeto primeiro.

A manutenção e o reconhecimento desse desejo poderiam provocar no sujeito uma forte angústia que, em paralelo, poderia ser comparada à separação mãe-bebê, uma vez que, tal relação também compõe uma dose pulsional. Segundo o autor, não apenas o filho deve ser castrado, mas também a mãe deve ser castrada de seu filho pequeno para que possam se diferenciar.

A ideia de castração, na psicanálise, diz respeito ao falo (em sua dimensão simbólica), contudo, de forma geral, a castração também diz respeito ao órgão feminino. Apesar de ser comum imaginar que a vagina não vai chamar tanta atenção quanto o pênis, que é tão externo e adendo ao corpo, tal órgão atrai curiosidade justamente por ser ocultado²⁵. O pênis, por vezes, poderia ser pensado com um cetro e, àquele que o detém, emana o poder. Através desse viés, é possível lembrar que Laplanche (1988) questiona: o que é amputado de que, na castração? E mais: o que seria um homem sem pênis? Considerando esse contexto, cabe indagar se boa parte das dúvidas e temores que permeiam a ideia da castração, durante o desenvolvimento psicosssexual do sujeito, não diriam respeito ao medo de vir a se tornar feminino se uma vez castrado.

Mautner (1993) fala que uma fêmea é capaz de despertar nos homens (costumeiramente considerados destemidos) lembranças de sua primeira infância, momento que se remetem à figura materna; momento de dependência e fragilidade. A mulher, nesse caso, poderia ser vista como algo que assusta não apenas pela sua forma física (cuja vagina não é proeminente, contornada ao corpo, de pouca expressão, cavernosa, obscura e capaz de engolir o pênis) mas pela suposta fragilidade que agrega – já que destituída desse cetro. Tal fragilidade poderia se referir, tão somente, à fragilidade comum de todas as pessoas e negada pelos homens – temerosos em se confrontar com a ausência de seu suposto saber.

Azambuja (1993) e Suplicy (1993) falam sobre a complexidade de pensar o complexo de Édipo na mulher. Segundo as autoras, o termo foi mantido pois o primeiro objeto de amor da menina também é o mesmo objeto do menino: a mãe. É apontada

²⁵ Vê-se, mais uma vez, o quanto a norma fálica ainda é trazida como parâmetro e o quanto a biologia ainda acaba por interferir na construção de gênero. Ora, como diz Laplanche (2015) não se trata apenas do campo da percepção, dos órgãos do sentido (de enxergar os órgãos genitais), mas daquilo que é sentido pela criança, daquilo que é do campo do afeto. A vagina não seria menos chamativa, apenas mais escondida pelo pudor colocado socialmente – talvez justamente pelo enigma que desperta.

como marca registrada desse processo, no entanto, uma significativa ambivalência entre amor e ódio por parte da menina, vez que, seu objeto de amor também será aquele com quem rivaliza. Na medida em que a mãe deixa de amamentar, educa, ela castra. É a menina quem vai sentir isso com um peso maior, vez que, é castrada de fato, de antemão – pela ausência do pênis. A angústia de castração nos meninos seria equivalente à perda do amor materno para a menina. Poderá se sentir, portanto, perseguida e inferiorizada em relação à correspondência do amor materno. Tal ambivalência irá caracterizar o vir a ser mulher.

Penso na cena da sedução que representava na mente da criança pequena os cuidados de sua mãe para com ela. Penso . . . como o olhar que a mãe tem para seu bebê é que o narcisizará, criando as possibilidades de constituição de ego e de sobrevivência psíquica. O olhar da mãe em estado de natureza, sem a metabolização da cultura e de novas equações simbólicas com as quais lida com sua castração real, com seu destino, é o mesmo para seu filho homem e para a filha mulher? (Azambuja, 1993, pp. 87-88).

Como já mencionado, ao longo da história da humanidade, é possível perceber que a sexualidade feminina sempre esteve relacionada à masculina, comumente, em uma leitura negativada da segunda. O feminino foi, incontáveis vezes, associado ao imperfeito, ao místico, ao faltante, ao que enfim, era inferior.

Beauvoir (1970), embora apresente críticas à psicanálise, cita alguns avanços que o método trouxe para as discussões sobre gênero, em especial, ao elucidar que o corpo está além da anatomia, expressando-se naquilo que é vivido pelo sujeito – conforme pontuou Freud. Nesse sentido, a mulher seria feminina na medida em que assim se sentisse: “Não é a natureza que define a mulher: esta é que se define retomando a natureza em sua afetividade” (Beauvoir, 1970, p. 59). O corpo, portanto, é além da anatomia e adquire valor simbólico.

Sua crítica à psicanálise provém do fato de que Freud se utilizou de um modelo masculino como partida para explicar questões atinentes à feminilidade. A autora, portanto, ressalta que até para se falar da complexa constituição do vir a ser mulher, o parâmetro utilizado é masculino. Dessa forma, tal constituição, não estaria inspirada numa descrição original da libido feminina:

No que concerne à mulher, seu complexo de inferioridade assume a forma de uma recusa envergonhada da feminilidade. Não é a ausência do pênis que provoca o complexo e sim o conjunto da situação; a menina não inveja o falo a não ser como símbolo dos privilégios concedidos aos meninos (Beauvoir, 1970, p. 64).

É nesse sentido que a autora menciona, com base na teoria psicanalítica, que a mulher reage à castração, a sua condição inferior imposta, com um "protesto viril", ou seja, ou ela se masculiniza ou ela luta com armas puramente femininas. A maternidade, desta forma, pode fazer com que a mulher encontre na gestação, na criança, o equivalente ao falo. Isso só é possível, contudo, se a mulher aceitar, de fato, sua condição inferior – como um complexo de inferioridade. É ingressando nesse processo que a mulher se faz muito mais complexa e dividida contra si mesma do que o homem. (Beauvoir, 1970).

As funções das mulheres estiveram sempre relacionadas à preservação da vida e da família, aos hábitos de cuidado e da intimidade, dos temas do afeto, da fragilidade e do acolhimento, da solidariedade. Já aos homens, notava-se a função daquilo que era atinente ao social, à luta e ao comércio; à proteção e à força, da disputa (Mautner, 1993).

A própria psicanálise organizou sua teoria tendo por uma de suas bases as diferenças anatômicas entre os sexos. Para Laplanche (2015), todavia, não se trata, meramente dos sexos. Para ele, a discussão diz respeito aos gêneros: o masculino e o feminino são admitidos. A distinção, assim, não é feita pela diferença sexuada. Tal distinção (sexuada) entre feminino e masculino somente ocorrerá no final do desenvolvimento infantil, no momento da puberdade, sendo um processo complexo pois composto de aspectos biológicos e imerso ao contexto sociológico (atitudes, papéis, etc.), ou seja, de elementos psicosexuais. Por meio deste raciocínio ponderou-se, portanto, que do ponto de vista da criança pequena, ter ou não ter um pênis, não implica, necessariamente, em uma distinção entre os gêneros para ela. Somente em um tempo posterior é que a criança se dará conta dessa diferença, em especial, pelas ameaças de castração que são feitas pelos adultos (inclusive pelas mães, maioria das cuidadoras) quando os meninos manipulam o pênis ou fazem algo considerado reprovável (como uma travessura ou brincadeira sexual). Em sua interpretação da teoria freudiana, Laplanche pensa que essa diferença entre os gêneros, entre homens e mulheres, é

percebida pela criança, mas lhe falta um fundamento lógico onde se ancorar; por isso, constrói suas próprias teorias sexuais no campo da fantasia. Nesse sentido, aponta Mautner (1993), que para a criança o adulto traduz o que é certo ou errado, feio ou bonito, bom ou ruim etc... e é assim que o mundo chega até o infante – através do *socius*²⁶ e das mensagens (enigmáticas e que requerem tradução) que lhe são endereçadas.

Em se tratando de teoria da sedução generalizada, será que haveria alguma distinção na forma em que as crianças recebem e sentem as mensagens do adulto, conforme o sexo de cada uma delas (adultos e crianças – meninos e meninas; mães e pais)? Haveria algo relacionado ao gênero nos recalcamientos?

Ao falar de gênero, conforme supracitado, Laplanche falava de um *socius* que proporciona a identificação da criança com os papéis considerados masculinos e femininos – em detrimento das características puramente físicas (afinal, os genitais são cobertos por roupas). Para Ribeiro, a “modalidade de mensagens se apresentaria à criança a partir de um código social, configurando-se, assim, como mensagens do *socius* e tendo na designação do gênero seu principal veículo de transmissão” (Ribeiro, 2017). O autor fala sobre olhar mais de perto os “aspectos teóricos que levaram à consideração do gênero como partícipe da sedução originária” (Ribeiro, 2017, p.112), ponderando que a designação do gênero faz parte do processo de identificação do bebê pelo adulto e se mescla com aportes narcísicos responsáveis pelo surgimento do ego e do recalcamiento originário. Conforme Rodrigues e Belo (2017) todos esses elementos (corpo, sexual, social) interagem e se retroalimentam em todo tempo na formação do psiquismo infantil²⁷. Segundo Laplanche:

a comunicação não circula somente pela linguagem do corpo, pelos cuidados corporais; há também o código social, a língua social, há também as mensagens do *socius*: estas mensagens são principalmente mensagens de designação do gênero. Mas são também portadoras de muitos “ruídos”, todos aqueles trazidos pelos adultos próximos - suas fantasias, suas expectativas inconscientes ou pré-conscientes (Laplanche, 2015, p. 168-169).

²⁶ A palavra latina é relativa ao que pertence, inicialmente, a um aliado, amigo e se estende ao que é relativo, assim, à associação daquilo que é parecido (amigo, família), à comunidade, aldeia, tribo. Refere-se a um conjunto de valores, crenças, que sustentam uma visão de mundo.

²⁷ Os autores apresentam a relação de Butler com essa posição de Laplanche. Butler, assim, confere bastante crédito ao autor quando este apresenta uma fuga do binarismo natureza *versus* cultura, “atualizado em psicanálise pelo binarismo instinto *versus* pulsão” (Rodrigues & Belo, 2017, p.11), o que converge para o pensamento da filósofa sobre a performatividade de gênero (Rodrigues & Belo, 2017).

Lobo (1993) aponta que existem preconceitos e ideologias no imaginário social sobre o gênero, em especial, o feminino – inclusive, entre as próprias mulheres, que por anos, vivenciam laços de solidariedade e ódio umas com as outras.

A autora frisa, entretanto, que não somente no campo do feminino existem desafios sociais e para o desenvolvimento psíquico. As dores e dificuldades do desenvolvimento seriam atinentes a ambos os sexos. Apesar disso, considera que existe, de fato, um costume de se florear mais aquilo que gira em torno da mulher e de seu vir a ser. A autora pondera que a história do que é ser mulher se escreve em seu caminho e não somente no que é em um dado momento. Para Lobo (1993), em alusão à expressão bastante utilizada por Laplanche, trata-se então de um *a posteriori*.

Se no início da vida existe um par (de sexos), isso não é conhecido pelas crianças. Neste início, existe apenas a mãe e uma necessidade da criança em ser amada e cuidada, ou seja, libidinizada. “A carne humana é narcisizada e amada, antes que a diferença entre os sexos se instale sua intrincada conflitiva” (Lobo, 1993, p. 117).

Laplanche (2003) aponta que, de modo geral, os sujeitos estão acostumados a pensar a sexualidade como sendo binária – lógica em que há os polos masculino e feminino – entretanto, é preciso considerar que, do ponto de vista da natureza, a sexualidade é dotada de uma diversidade²⁸. Tomado o complexo de castração como parâmetro, a exemplo, nota-se que ele se pauta a partir do reconhecimento de um só sexo, o masculino, e a problemática circula na lógica fálico-castrado. A dor da castração sentida pela menina, segundo Lobo (1993), está além da anatomia.

Ayouch (2014) aponta que a percepção, segundo a psicanálise, não passa apenas pelos sentidos, mas pelas múltiplas inscrições imaginárias e simbólicas pelo qual o corpo é *psiquizado*. A partir dessa simbolização é que um sujeito pode perceber seu corpo e o corpo do outro – corpo este no plano da fantasia e do desejo. Pela teoria freudiana, segundo o autor, a lógica é ter ou não ter pênis – o que desencadearia uma série de fantasias e desdobramentos psíquicos. Ter ou não ter pênis surge como gênese da diferença entre os sexos a partir de uma visibilidade. A sexuação do outro seria sempre uma atribuição. É a partir do olhar (desse pênis que causa fascínio e horror) que surge a binariedade, o gênero.

²⁸ Interessante mencionar que tal ponto de vista que se aproxima da teoria *queer*, cuja principal representante é a filósofa Judith Butler. Segundo Flores (2010) *A queer theory*, bem como a *gender theory*, resultam dos movimentos gay e feminista para dentro das universidades, particularmente nos Estados Unidos, nos últimos trinta anos.

Pondera-se, por outro lado, que a diferença entre os sexos também precisa ser pensada no campo social, cultural e político. Neste raciocínio, os corpos teriam se adaptado aos papéis distintos realizados por homens e mulheres, e não precedidos por eles, como asseveram as teorias biologicistas (Ayouch, 2014). O autor pontua, assim, que o apego à teoria das diferenças biológicas serve, tantas vezes, para hierarquizar os gêneros e definir padrões de poder e comportamento, ou seja, de performances daquilo que se espera do homem e da mulher, mediadas por práticas e costumes normatizadores.

A lógica estabelecida fora a binária que, segundo Muribeca (2010), atribuiu ao sexo masculino as propriedades do ser humano, compondo assim, uma hegemonia. A sexualidade feminina, com frequência, é associada a algo obscuro e misterioso (talvez pela própria característica de sua genital) e, já introduzindo um entendimento laplancheano, enigmática. A autora traz a discussão de como o feminino foi colocado nessa posição e, para tanto, remonta à Idade Antiga em que os mais expoentes pensadores da época (Hipócrates, Platão) defendiam que “. . . o útero era o responsável direto por tudo quanto dizia respeito ao mundo feminino, alimentando a crença de que a anatomia designava seu destino e único desejo: o de ter filhos” (Muribeca, p. 102, 2010). Este apontamento é importante, em particular, justamente pela relação direta com este estudo. Percebe-se, assim, que a imagem da mulher sempre esteve associada à maternidade, ficando difícil evitar tal percepção. “A mulher foi definida a partir de seu corpo e de sua função procriadora como algo que lhe era ineludível” (Muribeca, 2010, p. 101) e que marcaria seu lugar social – doméstico e maternal.

Conforme já visto, a teoria da sedução foi abandonada por Freud e trazida, novamente, por outros autores. Destacou-se, assim, a conceituação de Laplanche sobre a teoria da sedução generalizada. É neste caminho, ao fazer trabalhar a obra freudiana, que Muribeca (2010) assinala que Laplanche possibilitou acessar a psicogênese do feminino de um ângulo diferente.

A psicanálise, enquanto método, apesar de ter surgido há mais de um século, permanece contemporânea; tendo influenciado não apenas os caminhos da psicoterapia, mas toda uma mudança de pensamento na concepção de homem, em especial, uma mudança na forma de se pensar a sexualidade humana. Nesse caminho, ao resgatar e revisar a o trabalho de Freud, Laplanche reviveu teorias abandonadas pelo pai da psicanálise, conferindo-lhes nova importância.

Laplanche (2003) inicia seu estudo sobre o gênero, o sexo e o sexual já pontuando, objetivamente, as diferenças entre estas concepções. De pronto, o gênero é

dito como plural (embora considerado, geralmente, como duplo); o sexo é dito como dual (fixado no binarismo posto pela própria reprodução sexuada) e o sexual é dito, por sua vez, como múltiplo, polimorfo.

O autor coloca a psicanálise na seara das ideologias que subordinam o gênero ao sexo, sendo o primeiro posto como uma tradução do segundo. Laplanche (2015), todavia, acredita que o gênero precede o sexo e que é organizado por ele.

Na sequência, considerando as discussões sobre sexo e gênero, uma discussão sobre a dupla maternidade/feminilidade.

2.3 A MATERNIDADE E SEUS DESDOBRAMENTOS

A importância dada à maternidade aumentou ainda mais à medida que a infância passou, ao longo da história, a ser mais valorada. A mulher que não exercesse essa função materna não seria bem aceita socialmente. Acredita-se, por outro lado, que o dueto maternidade/feminilidade possa estar se dissociando (Stellin, Monteiro, Albuquerque & Marques, 2011).

A psicanálise colaborou para o rompimento da ideia do amor maternal instintivo ao apresentar a teoria das pulsões. Entende-se que “os cuidados necessários para uma criança, promovidos em geral pela mãe, são permeados por questões pulsionais na via do desejo. Portanto, o exercício da maternagem não pode ser pensado unicamente pela necessidade que uma criança tem de ser cuidada” (Stellin, Monteiro, Albuquerque & Marques, 2011, p. 172). Os cuidados maternos, assim, se fazem além do atendimento básico orgânico, físico, mas no investimento psíquico atribuído à criança – o desejo, a inserção na cultura, na linguagem, no afeto. A mulher, então, não se configura primordialmente como mãe; a maternidade seria uma construção por efeito de uma operação psíquica.

Roudinesco (1998) apresenta a importância que Winnicott (1956/2000) atribui à mãe e à relação de maternagem. Winnicott foi descrito pela autora como inscrito na lógica do freudismo, atrelado ao seu contexto histórico (grandes guerras), quando o foco no pai e no patriarcado, e pelo complexo de Édipo clássico foi diminuído em detrimento de uma redefinição do materno e do feminino – momento em que o lugar do pai ficou reduzido e a relação com mãe ficou não-erotizada. Winnicott (1956/2000) também

aponta que Freud já havia tratado sobre a identificação da mãe com o bebê e mencionado o papel determinante da função maternal na primeira organização do ego.

Dessa forma, a assunção de uma ideia da *mãe suficientemente boa* tornava-se legítima; mãe esta que seria ideal na medida em que estivesse atenta ao diálogo com a criança – no brincar, na satisfação, no frustrar, de modo a propiciar que a própria criança desenvolva seu desejo e individualização.

Winnicott (1956/2000) apresentou a concepção de que os cuidados estão necessariamente atrelados a uma ideia de feminino ao dizer que a mãe do bebê é a pessoa mais adequada para exercer os cuidados dessa criança, vez que, é a pessoa capaz de atingir o estágio necessário e especial de *preocupação materna primária* (Winnicott, 1956/2000). Por outro lado, o autor utilizou-se também do termo *mãe devotada* para falar que muitas mulheres são boas mães, mas não mergulham no adocimento inicial fundamental de que trata a preocupação materna primária. Para Winnicott, tratam-se de mães que

são boas mães em todos os outros aspectos e levam uma vida rica e produtiva, mas não tem a capacidade de contrair essa ‘doença normal’ que lhes possibilitaria a adaptação sensível e delicada às necessidades do bebê já nos primeiros momentos. . . tais mulheres não conseguem preocupar-se com o seu bebê a ponto de excluírem quaisquer outros interesses, de maneira normal e temporária (Winnicott, 1956/2000, p. 401).

É preciso questionar se ao tratar da função materna, da díade mãe-bebê, isso já poderia imprimir efeitos nos desdobramentos de gênero e, inclusive, cabe questionar se Winnicott teria colaborado para uma visão heteronormativa de gênero. Quando o autor fala sobre a mãe suficientemente boa, por exemplo, ele destaca que não necessariamente é preciso que seja a genitora do bebê, mas sim quem exerça seus equivalentes cuidados: “naturalmente, a mãe propriamente dita tem maiores possibilidades de ser suficientemente boa do que uma outra pessoa, pois essa adaptação ativa exige uma preocupação fácil e livre de ressentimentos” (Winnicott, 1956/2000, p. 326). Nesse mesmo sentido, ao falar do seio, aponta que ele pode ser substituído pela mamadeira, logo, que o entendimento de seio inclui, na realidade, a noção de maternagem, de toda técnica de cuidado materno. Ora, se o próprio autor fala da possibilidade de equivalentes substitutos (o que também pode ser encontrado, de modo geral, em outras

teorias psicanalíticas) não haveria necessidade da insistência nessa figura *mãe* como trazida. Ao usar a expressão *naturalmente*, é possível ponderar por uma relação direta, quase automática, dessa maternidade com os cuidados – daí o alerta para questionar a existência de uma visão heteronormativa de gênero.

Nesse caminho, também surge uma dúvida quando o autor cita uma similaridade entre o objeto do recalçamento e a ameaça a qual o recalçamento se opõe: que a feminilidade se torna o objeto preferencial do recalçamento. Isso significaria dizer que o sujeito vai sempre recalçar não apenas o Sexual (formulado por Laplanche, 2015) mas, em particular, a condição feminina?

Butler (2015) retoma Beauvoir ao dizer que a mulher se torna mulher por uma compulsão cultural a fazê-lo. E, mesmo assim, de acordo com a primeira autora, não existe uma garantia de que venha a se tornar uma *mulher feminina*. Convém questionar, assim, se essa mesma ideia não poderia dizer respeito à noção da maternidade.

O gênero, para Butler (2015) é uma experiência de sexo, desejo, quando se entende que o sexo exige um gênero (designação psíquica e cultural do eu). Em outras palavras, desde o pré-natal, ao homem são atribuídas características ditas masculinas e às mulheres são atribuídas características ditas femininas. Cabe lembrar, assim, que a autora menciona que o gênero é uma performance²⁹; ele não deixa de ser culturalmente construído.

Ribeiro e Belo (2016) apontam que Butler fala em performatividade dos gêneros; para ela, o sujeito não é seu gênero, mas vive um gênero: o performado. Assim, Butler “. . . também considera o gênero um tipo de conquista psíquica e não uma disposição natural” (Ribeiro & Belo, 2016, p. 08). Para a autora, não haveria nem identidade e nem sexualidade inatas (Ribeiro & Belo, 2016). Em similar sentido, Laplanche (2015) lembra que o gênero pode ser prescrito através de mensagens que são emitidas para criança. O papel de cada um, atribuído ao gênero, atinge o infante antes mesmo da anatomia.

O feminino, nesse viés, não seria pensado como uma marca do sujeito como é o masculino; mas acabaria sendo visto como significação da falta, daquilo que lhe falta: o falo (o poder atribuído ao masculino). Freud (1932/1996) refere que até mesmo o desenvolvimento da feminilidade fica exposto a perturbações que são motivadas por

²⁹ Ou estar-se-ia falando de uma performatividade? Segundo Rodrigues e Belo (2017), diante disso, Butler pontua que o sexo não pode ser separado do gênero, todavia, também não seria possível afirmar que o gênero derive do sexo: “A busca por uma ontologia dessas categorias (sexo e gênero) são, para a autora, desnecessárias e reafirmam o binarismo natureza e cultura” (Rodrigues & Belo, 2017, p. 11).

fenômenos residuais do desenvolvimento do menino. Nesse sentido, Assadi menciona que “a feminilidade pode ser articulada à dialética de ser e ter o falo” (Assadi, 2007, p. 212). Não se trataria assim de *ser mulher*, todavia, por vezes, de não ser um homem.

Muraro (1993) cita Gilligan (1991) para explicar que a identidade masculina se constrói de modo diferente da feminina. Com a triangulação edípica, o menino percebe que se continuar desejando a mãe, poderá perder a ela e ao pai, e também poderá vir a ser morto por este. Logo, cresce em meio a uma ideia de solidão e desamor. Segundo a autora, a identidade sexual masculina se atrela, assim, à autonomia e solidão – vez que, necessita se separar do amor primário, diferenciar-se da mãe (Suplicy, 1993). Sua capacidade de sublimação o direciona para o trabalho, para o público, para a competição. O amor que lhe resta com a resolução do complexo de Édipo é voltado para si mesmo e daí que, comumente, se observam os homens egoístas, cujo prazer, energia, estão voltados majoritariamente para si. Torna-se competitivo em razão disso pois, no passado, era uma questão de matar ou morrer e, para permanecer vivo, necessita ser o mais forte – e assim o será se sua libido estiver voltada para seus próprios interesses. Tantas vezes, portanto, age de modo menos emotivo (Muraro, 1993). É preciso se questionar, ainda, se essa própria ponderação não seria, também, uma visão ainda mais heteronormativa.

No caso da menina, a resolução edipiana não faz com que ela corte a relação com a mãe quando começa a se identificar sexualmente. Em razão de sua condição anterior castrada, ela não sente a ameaça de morte como o menino, logo, não necessita sublimar tanto. Sua libido permanece em seu corpo e ela não pode deixar de amar os pais, seus objetos. Dentro de uma dupla relação, a menina permanece acompanhada de ambos e, assim, acaba sendo educada para o amor do outro, para a emoção, para o altruísmo (Muraro, 1993).

Em concordância a esse pensamento, Suplicy (1993) menciona que a formação da identidade feminina se dá dentro de vínculos afetuosos e que a mãe, desde cedo, acaba lidando com o bebê de modo diferente, conforme o gênero.

De acordo com a autora, então, as identidades masculina e feminina se constituem por tais características do desenvolvimento psicosssexual de meninos e meninas. Por outro lado, tais identidades também são fortemente atreladas ao sistema socioeconômico definido pela sociedade do patriarcado – e tão naturalizadas por todos.

O entendimento de Muraro (1993), permanecendo na esfera sociocultural, pode ser comparado com o mencionado por Butler (2015): “a mulher verdadeiramente

feminina seria a mulher submissa, passiva, amorosa e altruísta” (Muraro, 1993, p. 47). É isso que, normalmente, se espera de mulheres mães. Ocorre que, todavia, isso nem sempre será uma realidade, mesmo porque, isso compõe uma categoria, senão uma alegoria, social. Em complemento, Suplicy (1993) resgata Chodorow (1990) para dizer que essa noção de identidade está estritamente ligada à maternação, bem como, direciona dissimetrias e desigualdades sociais entre os gêneros, em particular para a visão que se tem de mulher/mãe e, por consequência, nas construções familiares (e psicológicas das crianças).

A mãe não teve pênis para oferecer à menina e o pai não podia dar esse pênis a ela. Assim vai se construindo a identidade feminina; a castração é inexorável e, para a filha então, resta a dor da aceitação de uma falta (Lobo, 1993). Na tentativa de lidar com essa castração, na tentativa de superá-la, a menina, a mulher, trava uma constante luta de morte com a mãe, pelo ser feminino, vez que é essa mãe quem autoriza ou não a feminilidade na menina. Nota-se, assim, a complexidade não apenas do que é parte da constituição da mulher (de seu vir a ser), do feminino, mas também da complexidade do papel materno nessa empreitada.

Para Laplanche (2015b), com a ideia de um código que pode ser traduzido, uma cristalização da equação *filho enquanto falo da mãe*³⁰ nem sempre ocorre. Ela não é estabelecida como necessária pois, para o autor, o filho pode vir a ocupar a posição de qualquer objeto pulsional; o falo é mais uma das posições admissíveis.

Existem narrativas que compelem, impelem, a diferentes traduções. Quando a mãe maltrata seu filho, fica observável a contingência desse código, dessa narrativa. Como vem se percebendo ao longo desse estudo, nem sempre vai haver a preocupação materna primária; nem sempre existe o código que garante que o bebê vai ser o falo da mãe – e é esse código que faz o bebê ser acolhido como objeto de amor. Se o código não funciona, não há garantia de que o bebê vai ocupar e esse local objetal, tornar-se esse objeto de amor porque, como visto até então, não há correlação direta que atrele os elementos: mulher, feminilidade, passividade, maternidade, cuidado e amor; logo, ao contrário do que Winnicott (1956/2000) sugere, esta (possuir e manter esse código) não é uma condição inata da mãe. Ter um filho, por vezes, pode ser sentido pela mulher, inclusive, como um obstáculo a outros desejos que gostaria de atingir e, assim, pode tornar-se alvo de hostilização diante da insatisfação materna.

³⁰ Presente na teoria lacaniana, por exemplo.

Belo (2015b) pondera que existem no cotidiano tentativas capengas de fazer funcionar o recalçamento da passividade pela via do gênero, da diferença sexual³¹. Segundo o autor, existe uma forte associação, tanto para Freud (1915/1996), quanto na teoria psicanalítica como um todo, entre feminilidade e passividade³². Para Belo (2015b): “dizer que a passividade é a feminilidade *tout court* é reproduzir a estrutura que aproxima o feminino e a mulher do mal, do disruptivo, do irracional, do mortífero” (Belo, 2015b, p.1063). Tal correlação seria como uma tradução empregada, por vezes, para se recalçar a existência de uma passividade nos homens – que passam a ser considerados ativos. Assim, essa associação entre passividade e feminilidade é um erro a ser evitado, tal qual a ideia biologizante dada pela prevalência anatômica.

Ainda que a demanda anatômica exista, que seja ela uma via facilitadora para alguns papéis sociais, e que seja corriqueiro associar passividade/atividade ao corpo, essa tradução não é e não pode ser fixa, obrigatória. É preciso considerar as vicissitudes pulsionais, o inconsciente, ou seja, que a anatomia não garante o gênero e o sexual (Belo, 2015b) – como mencionou Laplanche (2015):

toda a série de sintomas que incidem sobre o genital mostram muito bem que a anatomia não garante para o sexual um destino político bom, suave, sem conflitos. A anatomia é uma via facilitadora para o recalçamento do caráter disruptivo do sexual; a leitura heteronormativa dos corpos (vagina-passiva, pênis-ativo) é também uma via facilitadora, cujos efeitos e garantias sociais não podem ser menosprezados (Belo, 2015b, p. 1096).

Para Laplanche (2015b), falar em castração diz respeito não somente à percepção da diferença anatômica dos sexos, mas à reação da criança frente a tal constatação e o conflito que isso agrega.

Na situação antropológica fundamental, por iniciativa do complexo de Édipo, pode ocorrer uma inversão daquele que emite uma mensagem sedutora, passando essa posição a ser ocupada pela criança, caracterizando uma passagem de passividade em

³¹ Citou o ciúme para tratar de tal assunto, mencionando este sentimento como um tipo de defesa interessante para traduzir a passividade que algumas pessoas não conseguem vivenciar de outra forma senão projetando em suas parceiras. Assim, a mulher dentro homem, a feminilidade interna deste homem, estaria no ponto chave do ciúme e, para o autor, traduções que atrelam passividade à feminilidade apenas servem para alimentá-lo.

³² A vagina seria passiva vez que penetrável.

atividade: “evidentemente, pela identificação da criança com o agressor: de vítima do incesto, ela se torna o seu autor” (Laplanche, 2015b, p. 285).

Tanto o Édipo, quanto a castração (por vezes temas tornados mais palatáveis através das artes, filmes, romances, pois diluídos por uma ideia de ficção) compõem esquemas narrativos. Tais complexos, através do auxílio do ambiente adulto, auxiliam a dar forma narrativa às mensagens sexuais vindas do pai, da mãe. Assim, a castração, por exemplo, transmite uma mensagem sobre a diferença dos sexos, a composição de gênero, participando dos processos identificatórios da criança (Laplanche, 2015b).

Nem todas as mulheres atingiram aquilo que a sociedade espera delas no que diz respeito à maternidade. Lembra Winnicott que algumas tem e terão outras preocupações importantes as quais, talvez, não abandonem prontamente. Nas palavras do autor: “a mulher que se caracteriza por uma forte identificação masculina sentirá essa parte das funções maternas a mais difícil de realizar, e uma inveja do pênis reprimida deixa muito pouco espaço para a preocupação materna primária” (Winnicott, 1956/2000, p. 402).

Segundo Stellin, Monteiro, Albuquerque e Marques (2011), existem várias outras condições próprias do feminino que colocam demandas. As autoras citam a importância de pensar que um filho-pênis não é a única forma de satisfação da mãe, da mulher, ponderando que seria um reducionismo atrelar unicamente a constituição da subjetividade a esse desejo de completude. Cabe lembrar que Laplanche destaca que esse desejo pertence a uma lógica infantil. Sigal (2002 citado por Stellin, Monteiro, Albuquerque & Marques, 2011) ao expor que não se pode afirmar que todo filho é um falo, esclarece que o processo da maternidade engloba “questões de gênero, etnia, classe social, história individual, formando uma trama relacional que constitui realidades psíquicas singulares” (Stellin, Monteiro, Albuquerque & Marques, 2011, p. 174).

Nem toda mulher será aquilo que dela se espera, em igual medida que nem toda mãe será aquilo que se espera dela; “o fracasso generalizado em reconhecer a dependência absoluta no início contribui para o temor à mulher no qual tomam parte tanto homens quanto mulheres” (Winnicott, 1956/2000, p. 404). Para Stellin, Monteiro, Albuquerque e Marques (2011), tornar-se mãe é diferente de sentir-se mãe – uma significativa ambivalência materna entre o desejo e o querer. Tantas vezes, a exigência social de tornar-se mãe ocupa o lugar que deveria ser do desejo de ser mãe. Compreende-se, assim, que tal qual o vir a ser mulher, sentir-se mãe (mais do que tornar-se) é um processo. Para o exercício da maternidade, portanto, é necessário que a

mulher disponha de recursos psíquicos que a torna capaz de se inserir nesse lugar de mãe – além do papel social.

Não se trata de uma relação tão simples e, talvez por isso, seja tão negada. Talvez por isso, também, a resistência em compreender e aceitar muitos movimentos feministas que tentam fazer romper com essa posição dualista daquilo que compete ao homem e à mulher, em especial, no cuidado de crianças – foco deste estudo.

2.4 CRIMINALIDADE, GÊNERO E O MITO DO AMOR MATERNO

Quando Laplanche (1992b) retoma a teoria da sedução, aponta que o pai perverso, que por bastante tempo foi figura central na teoria da sedução infantil pela ótica freudiana, cede lugar à mãe que, através dos cuidados corporais, imprime excitação sexual nos infantes – ainda sem saber que aja desta forma.

Freud (1930/1996) também se deu conta de tal condição, sendo esta a passagem da teoria da sedução para a teoria da fantasia. Ao descartar que toda histérica possuía um pai perverso, percebeu que “a fantasia toca o chão da realidade, pois foi realmente a mãe quem, por suas atividades concernentes à higiene corporal da criança, inevitavelmente estimulou e, talvez, até mesmo despertou, pela primeira vez, sensações prazerosas nos genitais da menina” (Freud, 1930/1996, p. 120).

O adulto, em especial, a mãe, não sabe que age de forma a excitar seu bebê; não sabe que direciona a ele aspectos de sua própria pulsão – por vezes sexual, agressiva – o que ocorre quando o toca, conversa, abraça, limpa, alimenta etc... Segundo Roman (2013), é nesse contexto que, embora todo adulto seduza, a sedução materna aparece como mais intensa e precoce do que a sedução paterna, “deixando traços inextinguíveis, inesquecíveis e inigualáveis” (Roman, 2013, p. 36).

Lanouzière (1991 citado por Roman, 2013) menciona as posições distintas que estão presentes na teoria freudiana com relação à sedução materna (Freud 1896/1996). Alerta, no entanto, que não se tratam de posições opostas pois em cada mãe existe as duas linguagens – de alteridade e sedução – separadas por tênue linha que é demarcada pelo conteúdo psíquico da mãe (Roman, 2013). A mãe necessita passar daquilo que é pulsional (sexualidade, agressividade) para o que é afetivo para poder cuidar do infante. Segundo a autora, o que vai aproximar a alteridade da outra pessoa (o sedutor) à alteridade do outro-coisa (o inconsciente) é o caráter da mensagem emitida. Conforme

Laplanche (1990) o pai perverso passa a ser substituído pela mãe já que é ela quem provoca e desperta as primeiras sensações sexuais, de prazer na criança, através dos cuidados: “ponto mais arcaico da conjunção entre sedução e posição feminina está aqui: a criança-seduzida é uma criança-cavidade, uma criança-orifício penetrada pela sexualidade do adulto, pela linguagem da paixão, fazendo referência ao termo utilizado por Ferenczi” (Roman, 2013, p. 78).

É considerando este ponto que se torna difícil delimitar aquilo que deixa de ser cuidado e atinge o campo dos chamados maus-tratos. Freud fala no estado de *Hilflosigkeit* (desajuda, desamparo, abandono) que é próprio das crianças, vez que, incapazes de cuidar e ajudar a si mesmas perante uma situação de perigo, por vezes até, incapaz de perceber que esse perigo existe. Cabe ao adulto, assim, a tarefa de proteger a criança; é dele a responsabilidade – vez que compreende o mundo e compreende que o infante não é dotado de tal maturidade.

Segundo Roman (2013), Freud associava às mulheres o lugar de vítimas de sedução. O sexo feminino, assim, estaria ligado a uma fraqueza, uma impotência e isso despertaria no outro uma pulsão sexual, agressiva, de tomá-lo. Surge o entendimento de que a mulher é muito mais alvo de agressões – de diferentes naturezas. Tantas vezes, uma vez nessa posição, pouco são vistas como possíveis agressoras.

Quando Rinaldi (2015) faz um resgate sobre a sexualização do crime no Brasil, ela retoma a concepção de mulher para a Justiça dentro de um determinado período histórico. Aponta a autora que a noção de honra, o brio, não esteve ao lado do masculino apenas, como é comum de se imaginar. Se a honra, dentro do universo masculino se ligada ao brio, no universo feminino, a honra se ligaria à sexualidade, ou melhor dizendo, à preservação da imagem de sua sexualidade, de sua pureza. As mulheres deviam se manter castas, logo, honradas para sociedade e, uma vez que isso fosse posto em descrédito, seria justificada sua ação criminal – como uma vingança.

A autora elenca, nesse sentido, alguns dos principais motivadores para existência de crimes cometidos por mulheres, a citar: a conjugalidade, ou melhor, a preservação dos laços conjugais – o que inclui a rivalidade, a ameaça da perda do parceiro, o abandono –; a vida doméstica-conjugal e suas respectivas obrigações; a honra feminina – inclusive, a desonra –; e, por último, o crime como produto de condição psiquiátrica, sob avaliação de sua conduta – dita louca.

O que se percebe estar em jogo, portanto, é um ideal de comportamento feminino (Rinaldi, 2015). Cabe observar, todavia, que em nenhum desses itens listados

aparecem crimes contra crianças, contra os filhos. Mulheres podiam ser, pontua a autora, agressivas em nome dos filhos, para defendê-los. Aos poucos então, vai sendo percebido como quase não se pensa em atos contra eles oriundos de uma mulher. A violência masculina, de certa forma, era aceita e esperada dentro do contexto doméstico. À mulher, contudo, isso não seria aceitável. A harmonia, nesse contexto, deveria ser trazida e mantida pela ação e condição feminina.

O amor materno como é conhecido atualmente não é uma concepção deveras antiga. Segundo Badinter (1980), até meados do século XVII, a mãe tinha muito mais uma função biológica (voltada para reprodução) do que afetiva. Isso foi se modificando em paralelo com as mudanças de percepção da infância. Babás, amas, eram as responsáveis pela educação, cuidado e transmissão de afetividade. Importante notar, entretanto, que tal função era dedicada por mulheres. A crença, então, dessa predisposição feminina e, posteriormente, desse amor materno, tidos como incondicional e imaculado, acabou por atrelar uma ideia quase que natural de maternidade, feminilidade e amor aos filhos. Assim, para a autora, a pressão social acabou por ser mais poderosa do que qualquer outra coisa.

Wellson (2008) menciona o quanto é pouco comum uma mulher, uma mãe, ser detida e que, nesse caso, a perversão acaba por se relacionar com uma política de poder; mulheres têm acesso ao poder doméstico e homens têm acesso ao poder público.

A possibilidade criminosa da mulher apareceu, fortemente, vinculada a questões amorosas, de conjugalidade e vingança como ameaça à perda de seu objeto de desejo. Quando não se podia verificar motivação e/ou arrependimento, as mulheres que cometiam crimes eram consideradas como insanas. Não se trataria mais de um problema legal apenas, mas psiquiátrico. Nesse caso, “o exercício do direito de punir não poderia ser justificado, pois não se encontrava uma inteligibilidade intrínseca para o comportamento em questão” (Rinaldi, 2015, p. 140). Percebe-se, assim, que uma ideia de loucura, uma condição anormal, justificariam o ato; a psiquiatria silencia o resto.

Nota-se, com base no excerto acima, que ao longo da história da sociedade e, em especial, ao longo da história do direito penal, os atos violentos cometidos por mulheres estiveram, normalmente, associados à paixão ou à loucura – o que, na verdade, sequer pode ser tão dissociado. É neste ligante que a hipótese de associar a maternidade aos maus-tratos aparece ou como algo impensável ou como insanidade.

Embora Costa (2011) elabore uma pesquisa de abordagem teórica e metodologia diferente da presente linha de estudo, cabe trazer alguns dados obtidos pela autora. Ela

menciona que questões culturais e sociais dificultam na identificação de casos de violência cometidos por mulheres. Essa dificuldade aumenta ainda mais no caso de mães e não apenas por ser caráter doméstico, privado. Abusos sexuais, a exemplo, tantas vezes ocorrem de modo sutil enquanto mães realizam os cuidados ao filho – aqui uma forma de sedução permeada de mensagens de duplo sentido, intrometidas, violentas em excesso. Seja pela passividade da criança ou por sua ligação emocional estreita com a mãe, esse filho não é capaz de ser denunciante desses acontecimentos.

Segundo Welldon (2008), ao estudar perversão e criminalidade, é possível observar importantes diferenças entre homens e mulheres. Comumente, é notada uma porcentagem maior de homens do que de mulheres envolvidos em criminalidade, em especial, em ocorrências perversas. Uma das razões que poderiam levantar para isso seria a diferença quanto desenvolvimento sexual normal de meninos e meninas – que os levariam a lugares diferentes.

A autora alerta que muitos estudos se ocuparam em comparar o desenvolvimento da libido conforme o sexo, todavia, baseando-se no que é normal ou anormal para os homens. Ocorre, desta maneira, que pouco se conhece sobre a perversão em mulheres pois não a procuram; ela é esperada somente nos homens, haja vista que o parâmetro de norma da libido é tomado pelo masculino. Suscita a dúvida, portanto, a autora, se a perversão não se manifesta em mulheres ou se o modo como a perversão é vista a impede de ser reconhecida nas mulheres. “A aparente escassez de diagnósticos de perversões nas mulheres parece ter a sua origem nos rígidos conceitos que sempre foram aplicados para a psicopatologia masculina” (Welldon, 2008, p. 114).

Welldon (2008) menciona que a marca fundamental da perversão consiste em, de modo simbólico, o sujeito tentar vencer o medo terrível de perder a mãe diante de sua ação perversa. Sendo esse sujeito uma menina, ela pode nunca ter se sentido protegida por sua mãe, mas ao contrário disso, tomava-a como sendo perigosa ao ponto de lhe produzir grande sensação de vulnerabilidade – sem que compreendesse, contudo, o que se passava. A hostilidade materna não seria entendida pela criança e, tantas vezes, o teor sádico da mãe pode estar isolado do restante da personalidade, disfarçado ao ponto de não ser, esse adulto, considerado anormal.

A hostilidade do perverso, para Welldon (2008), estaria relacionada com um sentimento de vingança a um trauma precoce e este, por sua vez, ligado com alguma humilhação ao gênero e/ou com um forte medo da perda do objeto primário – assim, ligado àquilo da ordem do pré-genital.

Segundo a autora, na psicopatologia da perversão, a diferença entre homens e mulheres residiria no corpo feminino e em seus atributos psíquicos; enquanto o homem se vale do pênis para suas ações perversas, a mulher usa do corpo todo – incluindo a fecundidade, sendo esta uma significativa distinção entre as perversões sexuais de homens e mulheres.

Welldon (2008) acredita que as mulheres passam por um desenvolvimento libidinal diferente e também experimentam uma sensação de pressão exclusiva do gênero feminino (derivada de um sentido inexorável do tempo) que diz respeito, justamente, a sua função reprodutora. Cita a menstruação como exemplo claro da esperança-temor de suas funções como mulher e possível futura mãe. A gravidez passa a ser a maior prova de que pertencem à identidade feminina. A ideia de um relógio biológico também marca muito mais esse sexo; segundo Welldon (2008) o tempo é muito mais delimitado e marcante para as mulheres do que para os homens, conferindo a elas um princípio de realidade mais intenso.

Para a autora, a principal diferença que existe entre a ação perversa de um homem e de uma mulher, está no objeto.

No caso dos homens, o ato é direcionado contra um objeto parcial externo . . . No caso das mulheres, o ato geralmente é dirigido contra si mesmas, seja contra seus corpos ou contra os objetos que elas entendem como sendo suas próprias criações, ou seja, seus bebês (Welldon, 2008, p. 117).

Nesse caso, corpos e bebês seriam similares, tratados como objetos parciais desumanizados (Welldon, 1988 citado por Welldon, 2008). Tantas vezes, as lesões auto infligidas são consideradas, pela autora, como uma luta por parte das mulheres pelo controle e pelo poder. São lesões mais observadas em mulheres justamente pela possibilidade de se sentirem no domínio de seu corpo, sua dor. Uma atividade, portanto, seria buscada para superar uma passividade.

A ideia de passividade mencionada por Freud (1932/1996) reforçava o imaginário de uma mulher sem desejos, com uma pulsão inexistente ou adormecida, cujo papel girava em torno de uma maternidade. Mas, se é considerado que a mulher não nasce feminina, ela se torna (Beauvoir, 1970), seria prudente imaginar a mesma coisa em relação a maternidade. Se a construção de um feminino, de uma sexualidade feminina, compôs um mistério, a maternidade poderia, por sua vez, ser considerada algo

igualmente complexo. Isso também faz lembrar a noção de masoquismo – noção esta que logo mais será exposta.

Forlenza Neto (1993) acredita que Winnicott (1956/2000) possa ter forjado o termo *mãe suficientemente boa* como uma maneira de agradar as mães, de desculpabilizá-las, na tentativa de desidealizar a função materna (Forlenza Neto, 1993). Importante ser clarificado que, para Winnicott, tanto a ineficiência, quanto a eficiência excessiva, possuem seus perigos: “uma mãe muito boa ou quase perfeita causaria como que uma adição à criança, à semelhança de um tóxico, não lhe deixando espaço próprio para elaborar suas necessidades” (Forlenza Neto, 1993, p. 2). A mãe, assim, não pode se apresentar e gratificar de modo excessivo tampouco frustrar além do que possa ser tolerado pelo bebê. É na falha materna que o bebê vai se desenvolver, do contrário, ser constantemente gratificado vai levar ao desenvolvimento de um pensamento mágico em detrimento do princípio de realidade – o que dificultará sua interação social e sobrevivência no mundo real.

Como já dito anteriormente, Forlenza Neto (1993) menciona que muitos criticam a teoria winicottiana, argumentando que o teórico dessexualizou a teoria psicanalítica. Para o autor, contudo, Winnicott foi capaz de construir uma teoria sobre o nascimento do eu baseado nas relações maternas e de ambiente, num jogo amplamente dialético, de transições e dualidades.

Winnicott confere bastante importância ao objeto externo (1975, 1956/2000). É possível, dessa forma, pensar na aproximação entre o pensamento de Laplanche – da sedução necessária em dada medida – com o pensamento winicottiano: “O processo de desenvolvimento para Winnicott não é possível sem o empurrão evolutivo da agressão, que desempenha um papel fundamental na criação da realidade . . .” (Forlenza Neto, 1993, p. 14).

Caberia dizer, então, que a sedução generalizada de Laplanche (1988b), de modo geral, é parte da constituição do sujeito e, assim, não poderia ser evitada. Em comparação, pode-se falar da *mãe suficientemente boa* que, de certo modo, também necessita, em dada medida, frustrar a criança. São condições que não podem ser evitadas e que colaboram não apenas para fundação do psiquismo, mas para seu desenvolvimento adequado.

Na *Carta 52*, para tratar da diferenciação psicosexual de neurose e perversão, Freud (1896/1996) fala de algumas diferenças entre o masculino e o feminino quando da sedução, da experiência sexual – prazer e desprazer –, do desejo. Freud já falava,

portanto, mesmo antes dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/1996), sobre uma possibilidade de bissexualidade comum a todos os indivíduos dada a condição polimórfica perversa. Tal ponderação surgiu em razão dos estudos sobre a histeria – o que, mais uma vez, ligaria essa condição a uma posição feminina. Mencionava na referida *carta* que, para os homens, em uma posição ativa, a experiência prematura sexual traria prazer e poderia levar à perversão³³. No caso das mulheres, a mesma experiência causaria desprazer e, assim, poderia levar à neurose, haja vista sua condição passiva, caminhando pelas defesas. Ao tecer essa hipótese, o autor pouco considerou a possibilidade de a mulher sentir, também, o prazer narrado – tal qual sentido pelo menino. Se a menina viesse a sentir esse prazer, ela não estaria ao lado das neuroses de defesa, mas da perversão e, assim, a máxima de que “a histeria não é a sexualidade repudiada, mas antes, perversão repudiada” (Freud, 1896/1996, p. 287), cairia desse paradigma. Seria este um caminho para se pensar a perversão feminina ou, ao menos, passar a considerar alguma forma de manifestação?

³³ Cabe mencionar a contribuição importante da psicanálise ao ponderar pela flexibilidade do indivíduo em realizar sua pulsão independente de sua genitalidade.

3 - PERVERSÃO E PERVERSIDADE FEMININA: QUAIS AS POSSIBILIDADES?

3.1 BREVE ESCRITO SOBRE A PERVERSÃO

Desde a antiguidade são realizados estudos sobre o sujeito considerado perverso. Segundo Roudinesco (2008), as perversões foram, historicamente, consideradas como aberrações sexuais e estas, por sua vez, como atos de loucura incuráveis ou atos criminosos que deviam ser perseguidos e castigados sem piedade. Apesar de os estudos sobre a sexualidade e violência ponderarem pelo aspecto doentio desses sujeitos, a sociedade ainda se revolta e se divide sobre eles – se precisariam ser punidos ou tratados.

Se ao longo da história, então, o sujeito perverso gerou controvérsias, na clínica psicanalítica isso não seria diferente. Em sua obra, Freud delineava a perversão, inicialmente, como um desejo atuado por meio de uma conduta sexual que não era mantida sob recalque, entretanto, não dedicava uma clínica para essa conduta – como fizera com as neuroses (Ferraz, 2010). Foi a partir do ano de 1920 que elucidou o funcionamento psíquico e as defesas da perversão possibilitando sua melhor compreensão.

De acordo com Ferraz (2010), outros autores se preocuparam com o possível julgamento de valores que a cultura poderia imprimir sobre as manifestações sexuais dos homens, questionando assim se haveria uma objetividade nesse tema e se o foco poderia ser, de fato, a genitalidade mencionada por Freud. Via de regra, o entendimento da perversão se baseava no controle dos elementos agressivos e hostis da sexualidade, que são próprios da condição polimórfica (logo, pré-genitais).

Ao tratar especificamente da sexualidade, Freud (1905/1996) pontua que são do campo psíquico as configurações da sexualidade humana. Chasseguet-Smirgel é trazida por Ferraz (2010) por ter sido a autora a fazer a revisão da obra freudiana que aponta por três tempos da teoria sobre a perversão. No primeiro momento, o foco é a ideia da ausência do recalque e, por isso, a máxima de que a neurose, por assim dizer, é o negativo da perversão, ou conforme dito a Fliess “a histeria não é a sexualidade repudiada, mas, antes, perversão repudiada” (Freud, 1896/1996, p. 287). O segundo período trata do desenvolvimento da libido, logo, da teoria em torno do complexo de Édipo como núcleo de neuroses e da perversão. Menciona Flores (2010), nesse sentido,

que Freud chega a definir a histeria como sendo uma *perversão repudiada*, sugerindo que, do mesmo modo que a neurose histérica estaria associada ao *feminino puro*, a perversão associar-se-ia ao *masculino puro*. A autora explicita que nos primórdios da teoria analítica, perversão e histeria funcionavam como um binômio de oposição; liberação e inibição – respectivamente – relacionando-se, assim, à essência da distinção sexual masculina (atividade) e feminina (passividade). Somente em outro momento é que se discutiu o conceito de bissexualidade e da posição perversa polimorfa – caracterizando o gozo sexual da primeira infância (Flores, 2010). Em um terceiro momento, entra a recusa da castração e noção da clivagem do ego já dentro da noção do fetichismo (Ferraz, 2010).

Laplanche e Pontalis (2001) apresentam definição mais modesta de perversão, focada na genitalidade, que poderia ser mais associada aos primeiros entendimentos freudianos, já que ao longo do desenvolvimento da teoria psicanalítica, é possível observar que Freud não insiste na perversão como sendo “necessariamente, um sintoma patológico” (Flores, 2010, p. 13). A perversão, na verdade, poderia ser expressada em inúmeras outras formas de satisfações extragenitais – como a guerra, as transgressões, algumas pesquisas científicas etc... De acordo com o conceito trazido pelo referido vocabulário:

Desvio em relação ao ato sexual normal, definido este como coito que visa a obtenção do orgasmo por penetração genital com uma pessoa do sexo oposto. Diz-se que existe perversão quando o orgasmo é obtido com outros objetos sexuais (homossexualidade, pedofilia, bestialidade, etc.), ou por outras zonas corporais (coito anal, por exemplo) e quando o orgasmo é subordinado de forma imperiosa a certas condições extrínsecas (fetichismo, travestismo, voyeurismo e exibicionismo, sadomasoquismo); essas podem mesmo proporcionar, por si sós, o prazer sexual. De forma mais englobante, designa-se por perversão o conjunto de comportamentos psicosssexual que acompanha tais atipias na obtenção do prazer sexual. (Laplanche & Pontalis, 2001, p. 341).

A perversão, desta maneira, decorreria de uma impossibilidade da via genital se impor perante as demais em razão de uma fixação ocorrida na infância que se tornaria o eixo organizador da vida sexual (inclusive do campo da fantasia) do sujeito. Cabe destacar que fantasias perversas existem no funcionamento de todos, inclusive,

nos neuróticos. A diferença primordial, todavia, é que para o neurótico isso gera um conflito – entre o desejo e a censura.

Na primeira concepção freudiana, o perverso põe em prática a fantasia, ele se autoriza a isso, não há impedimentos. O perverso, portanto:

não porta uma aberração ausente nos outros seres humanos, mas que ele simplesmente atua aquilo que se encontra, de forma latente e potencial, em todas as pessoas . . . a perversão seria a manutenção da sexualidade infantil perversa polimorfa na vida adulta (Ferraz, 2010, p. 34).

A diferença é que para a criança isso ainda é experiência, um vir a ser, enquanto para o adulto perverso, essa é a ordem; é o que o organiza.

O segundo tempo da perversão em Freud diz respeito às elaborações atinentes ao complexo de Édipo, complexo de castração e aos consequentes processos de identificações parentais. Enquanto no perfil neurótico ambos os complexos sucumbem à defesa do recalçamento, o perfil perverso encontra outra saída; sua defesa é a recusa da castração – a qual não tolera dada as experiências pré-edípicas. Quando esta se torna uma saída para a criança, desaparecem as diferenças entre os sexos; as regras e as normas – oriunda da dissolução dos referidos complexos em razão da presença do pai enquanto interditor, enfraquecendo assim, os limites dos desejos incestuosos e não permitidos socialmente (Ferraz, 2010).

Na recusa da castração, como a universalidade do pênis não é simplesmente abandonada, mesmo que a criança se depare com a imagem real de sua ausência na mulher, ela encontra um substituto para o pênis da/na mãe; tem-se, portanto, o terceiro tempo da perversão na teoria freudiana. Conforme Ferraz (2010), a manutenção da percepção, ou melhor, a crença da presença do pênis é deslocada para outra coisa, comumente, um objeto – eis a ideia de formação do fetichismo. Surge um jogo constante entre ausência-presença; desejo-realidade, possível graças a uma cisão do ego.

Ferraz (2010) menciona que alguns autores descartam boa parte das elucidações freudianas sobre a perversão, focando-se na ideia de fetichismo como a mais verossímil (Chasseguet-Smirgel, 1991 citado por Ferraz, 2010). O autor, por sua vez, não vê essa

alternativa como prudente, ponderando que todas as hipóteses devem ser consideradas como uma complexa trama para se compreender o campo perverso.

3.2 GÊNERO, MATERNIDADE E PERVERSÃO: UMA CORRELAÇÃO?

Nas relações sociais, de modo geral, ao longo da história da civilização, foram (e são) exigidos controle das pulsões. Neste contexto, interessante ponderar sobre as possíveis diferenças que esse controle pulsional pode incidir sobre o gênero. Existiria necessidade de diferenciar a situação do masculino e do feminino quando se trata de um controle dos desejos sexuais, agressivos? Ou ainda, de seus respectivos ditos papéis sociais?

Segundo Marcos (2011), para se tratar do feminino, a mãe e seu amor, ou a ausência deste, são elementos essenciais a se considerar. Note-se que, mais uma vez, a noção de feminilidade aparece pareada à questão materna. Freud (1930/1996) aborda a importância da relação entre mãe e filha, dando atenção para a noção de falta em tal relação – a falta do pênis; a falta da exclusividade na atenção e no amor etc... destaque apontado pela autora para o fato de que a mãe, como sedutora, é a mesma que desperta a sexualidade e depois a proíbe. De acordo com Freud (1931/1996), forma-se, assim, uma relação marcada pelo amor e pela hostilidade.

Quando o pai da psicanálise passou a construir uma noção de feminilidade (1933/1996), majoritariamente, através dos complexos de Édipo e Castração, trouxe a inveja do pênis como ponto nodal. Como já mencionado em anterior momento³⁴, para ele, três saídas são apontadas desses complexos para a constituição da sexualidade feminina, sendo estas: a recusa da sexualidade (histeria); o desenvolvimento de um complexo de masculinidade e a feminilidade (dita, a grosso modo, como a atitude normal) (Freud, 1933/1996).

A menina, portanto, abandona o desejo de possuir um pênis trocando-o pelo desejo de ter um filho. Lacan (1956-1957/1995), por sua vez, pondera essa questão aos termos de torna-se (essa mãe) o ser desejável ou não – perante a criança. Neste entendimento, a mãe precisa ser aquela que se coloca como um objeto de desejo para o filho.

Ora, mas e aquelas que não desejarem a maternidade? Como se situariam, essas mulheres, no feminino? Qual posição ocupariam entre a sedução e a alteridade? Nas

³⁴ Presente no tópico 2.2. desta pesquisa.

mensagens enigmáticas pontuadas por Laplanche (expressão presente em inúmeros de seus textos), silêncio e abandono (elementos ao lado do não fazer-se desejável de modo saudável) também são formas de comunicação.

É comum que se pense na figura materna como protetiva e que vai salvar e cuidar da prole diante de diferentes dificuldades – porém, isso nem sempre acontece. Segundo Clavreul (1990), ao cultivar a sua feminilidade, as mulheres fazem-se desejáveis; elas aceitam sua condição em relação ao desejo – usam uma máscara que a designam assim. Dessa forma, por vezes, uma mulher que porta a feminidade³⁵ deixa transparecer que se submete a uma lei, uma convenção. O referido autor pondera que isso conduz a perceber a relação particular do perverso com a lei, vez que assim, tal lei apenas dá suporte de uma artificialidade. Estaria sugerindo o autor, então, que uma mulher usa do artifício do que a sociedade lhe confere feminino apenas para não burlar as regras ou que, ao fazer isso, ela burla o regramento da feminilidade?

Não existe consenso na psicanálise, em especial na teoria lacaniana que repele essa hipótese – sobre a possibilidade de existir uma estrutura perversa nas mulheres – já que, por não possuírem pênis, não poderiam negar a castração. Para Stoller (citado por Ferraz, 2010), nesse sentido, a mulher não poderia ser perversa por já ser superior – não precisando se subjugar a outrem. A menina, nesse entendimento, vê e sabe que não tem pênis e não virá a tê-lo, sendo assim, fica imune à ameaça de castração e ao mecanismo característico da perversão – denegação. Na percepção da diferença dos sexos, as meninas acabam por se afastar da mãe. Percebem e acreditam que, assim como elas, a mãe não tem pênis; é nesse momento em que se voltam ao pai – fálico, poderoso e completo – direcionando a ele o que, até então, era um investimento direcionado à mãe.

Smith (2012) discute vínculos e relações mãe e filha, em seus excessos e faltas; cita Dornelas e Garcia (2006) para pontuar que a manutenção dos laços e cuidados familiares tem sido historicamente responsabilidade das mulheres. Assim, a proximidade entre mãe e filha é fonte de identificação emocional que ajuda a mulher a compreender-se e a conhecer seus papéis sociais e a própria feminilidade, conforme cada cultura. Hoje, por exemplo, se observa uma grande proporção de famílias uniparentais mantidas por mulheres.

³⁵ Ao que parece, o termo feminidade é utilizado como sinônimo de feminilidade. Apontada como algo enigmático; como uma invenção dos homens, ele está presente em diferentes momentos do livro *O desejo e a perversão* (1990), em especial nos textos de Clavreul e Aulagnier. Ocorre que, em breve pesquisa a outros textos de tema similar dos autores, a palavra feminilidade é mais recorrente. Dessa forma, o vocábulo não é citado como tendo definição diferenciada.

O aumento da liberdade das mulheres (seja sexual, laboral, social) nas últimas décadas), segundo Smith (2012), trouxe impasses na forma como elas se relacionam com a família, bem como, na própria concepção de família, em especial, no que tange à vinculação mãe e filha. A ideia de sacrifício tão ligada à maternidade, muitas vezes, entra em conflito com as aspirações da mulher, principalmente, da mulher contemporânea (autônoma, vaidosa). É possível que surja, desta feita, uma tensão entre o papel feminino, a família e a dimensão da filiação (Smith, 2012).

Se a relação inicial de cuidado da mãe para com o filho sugere por um sentimento narcisista, ela se torna capaz de erotizá-lo, significá-lo. Nesse ponto, é possível resgatar Laplanche (2015): o cuidado da mãe, seu toque, suas palavras, que chegam ao bebê por meio das sensações (ego-corporal) proporcionam os primeiros enigmas, através de ruídos da comunicação. É preciso ponderar, entretanto, o que pode acontecer quando esses enigmas, esse *algo a mais*, se tornam cada vez mais difíceis de serem compreendidos por essa criança que, diante da postura materna se pergunta: *o que será que eu fiz?*

Laplanche (1992b), ao tratar da teoria da sedução generalizada, bem como, sobre as formulações do inconsciente, se valeu da expressão *assistentes de tradução*, ou seja, aquilo que auxiliaria a compreender o conteúdo inconsciente – transmitido do adulto para a criança na relação mantida, mais especificamente, na relação de cuidados.

O enigma transmitido, recebido pelo infante como o grande questionamento retórico que destaca Laplanche: *o que queres de mim?*, pode levar a uma saída positiva em mesma proporção que pode levar a uma saída negativa. A exemplo das mensagens de duplo sentido, ou violentas (talvez violentas justamente pela sua carga agressiva encoberta por um suposto cuidado): momento em que a criança, na ilusão de conseguir completar a mãe, recebe de volta uma hostilidade diante de tal negativa (não a completou, não fora suficiente) ou mesmo até, por fazer recordar à mãe, justamente, sua condição de falta.

Essa falta será balizada pela mãe de acordo com o que ela já viveu e resolveu na sua própria infância, durante sua própria constituição feminina na relação com sua mãe. Conforme Smith (2012), portanto, dentre os sentimentos que esse processo pode despertar, está a infelicidade – associada ao que é ser mulher para ela. E ser mulher pode não significar ser mãe ou cuidadora. Embora tal manifestação seja mais comum perante a menina, isso também pode acontecer com o menino. A rivalidade, a irritabilidade, a insatisfação, a agressividade, os chamados maus-tratos, então, podem

aparecer como manifestação latente de um enigma da mãe sobre seu próprio desejo e feminilidade.

3. 2.1 O enigma da feminilidade e relações com a maternidade

A definição formal de enigma diz respeito a algo que é difícil de compreender ou de se conhecer de modo aprofundado, normalmente, devido a sua característica ambígua, metafórica. Figurativamente, o enigma se relaciona ao que é obscuro, por vezes até malicioso, místico, inexplicável. Neste contexto, tantas vezes, associado a charadas, vez que traz algo misterioso a ser descoberto (adivinhação). Nesse sentido, cabe citar Beauvoir (1970), por exemplo, em que se destaca o complexo, o misterioso, o ser desvendado: "Sejam mulheres, permaneçam mulheres, tornem-se mulheres. Todo ser humano do sexo feminino não é, portanto, necessariamente mulher; cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade" (Beauvoir, 1970, p. 7).

Na mitologia, um dos enigmas mais famosos – e que se relaciona de modo proximal com a psicanálise – talvez seja o *enigma da esfinge* que, em si, trata das fases do homem (Bulfinch, 2002). O ser humano, em seu desenvolvimento, em especial nos primórdios do desenvolvimento infantil, é permeado por enigmas, por informações transmitidas pelos adultos, as quais necessita decifrar, traduzir. É através das traduções que alguns conteúdos inconscientes podem ser acessados. Laplanche alerta que o inconsciente não pode ser inteiramente apreendido; mesmo sua tradução, sua interpretação, já não é mais o material original. De certa forma, portanto, o inconsciente é enigmático – tal qual suas mensagens emitidas –, vez que, manifestam seu conteúdo que não consegue ser inteiramente apreendido.

Sob este mesmo raciocínio, em termos filosóficos, tantas vezes a vida humana é considerada como um grande enigma. E mais, a mulher, em especial, foi por muito tempo – e talvez até hoje seja – também considerada como enigmática, como algo a ser desvendado. Neste aspecto enigmático, é pertinente remontar as questões históricas, por exemplo, que atrelavam algumas práticas à bruxaria, mais uma vez, colocando a mulher ao lado desse estado místico, malicioso, obscuro – como a própria definição de enigma.

Em se tratando de teoria da sedução generalizada, será que haveria alguma distinção na forma em que as crianças recebem e sentem as mensagens do adulto,

conforme o sexo de cada um deles (adultos e crianças – meninos e meninas; mães e pais)? Haveria algo relacionado ao gênero nos recalcimentos?

Ao falar de gênero, Laplanche (2015) fala de um *socius* que proporciona a identificação da criança com os papéis considerados masculinos e femininos – em detrimento das características puramente físicas (já que os órgãos genitais são cobertos por roupas, logo, não estão visíveis). Assim, a questão corporal, para o autor, não seria a primeira ordem para delimitação do gênero e do Sexual. Uma identificação com, mas, principalmente, uma identificação por.

Ribeiro (2017) fala sobre olhar mais de perto os “aspectos teóricos que levaram à consideração do gênero como partícipe da sedução originária” (Ribeiro, 2017, p. 112), ponderando que a designação do gênero faz parte do processo de identificação do bebê pelo adulto e se mescla com aportes narcísicos responsáveis pelo surgimento do ego e do recalçamento originário.

Quando o supracitado autor trata do apego na teoria da sedução, na delimitação do eu-corpo, é inevitável tomar como referência autores como Bowlby (1984), Winnicott (1956/2000; 1983), Spitz (1993) – que tratam da importância da relação mãe-bebê. Rodrigues e Belo (2017) também mencionam que Laplanche fala em uma comunicação estabelecida nas relações de apego – pela linguagem do corpo, pela linguagem do código social, pelas mensagens emitidas pelo *socius*. Quando Laplanche apresenta essa ideia, não cabe uma aproximação com Winnicott e seu entendimento de *holding* e *handling*?

Martinez e Matioli (2012) lembram que, para Laplanche (2009), a comunicação entre adulto e criança se dará em um nível de amor e de apego por pouco tempo, vez que, logo essa linguagem é tomada por elementos da sexualidade adulta não compreendidos pelo infante – havendo um sedutor e um seduzido.

De acordo com o Winnicott, o indivíduo e ambiente não podem ser pensados em separado, estando em constante conexão. A relação do bebê com o ambiente, majoritariamente com a mãe, foi apontada por ele como fundamental para o desenvolvimento emocional infantil. Para Winnicott (1956/2000) o bebê não existe sem a mãe e sem seus cuidados – por trás do bebê, sempre há a mãe. Conforme já apontado no primeiro capítulo, é por meio desse cuidado que a criança pode vir a se individualizar e se desenvolver, através do que o autor nomeou de *preocupação materna primária*. Winnicott considera que os cuidados maternos possibilitam o bom desenvolvimento do potencial herdado de um bebê. No início da vida os cuidados da mãe, *suficientemente*

bons, são uma necessidade absoluta, “é essencial que eles despertem na criança o prazer de viver, que suscitem o prazer das sensações e o auto-erotismo (...)” (Golse, 1998, p. 77). Eis a alteridade que se desperta pela via de uma sedução laplancheana.

Em sua teoria, Winnicott (2000) define o supracitado termo como sendo a identificação da mãe com o bebê, o que a capacita de forma particular de ter empatia para conhecer a necessidade do infante. É um estado de sensibilidade aumentada em que a mãe se encontra durante as primeiras semanas após o nascimento. Nesse contexto, o *holding* e o *handling* são apontados como fatores primordiais nesse desenvolvimento; são os cuidados corporais iniciais que ajudam a compor esse bebê.

Nesse mesmo sentido, Bowlby (1984) trata da teoria do apego. Para ele, o apego é um vínculo afetivo que se forma entre criança e seu cuidador (comumente perpassado pela mãe). O comportamento de apego visa a proximidade entre criança e cuidador; ele também pode ser compreendido como um comportamento de cuidar. O infante necessita de cuidado para sentir-se seguro, protegido e assim desenvolver-se, emocionalmente, de modo saudável (Bowlby, 1984). Segundo o autor, é a mãe (ou equivalente) a figura de destaque para esse processo de apego e ulterior desenvolvimento da criança. A mãe proporciona aquilo que o filho não é capaz ainda de prover, fazer, por si só. Nesse sentido, ela tem que ser aquela capaz de discriminar as necessidades de seu bebê. Esse suporte sozinho, contudo, sem marca de afeto, não beneficia o desenvolvimento emocional e o apego seguro da criança (marcado pelo aconchego e acolhimento, e não apenas pela satisfação de uma necessidade). Pontua o autor que bebês humanos dependem muito de companhia, de alguém, e o fato de ser levado ao colo, de falarem com ele, de ser tocado, faz com que sintam prazer e o faz voltar-se para as pessoas a sua volta. Nas palavras de Bowlby (1984):

nenhuma forma de comportamento é acompanhada por sentimento mais forte do que o comportamento de apego . . . enquanto uma criança está na presença incontestada de uma figura principal de apego . . . sente-se segura e tranquila. Uma ameaça de perda gera ansiedade, e uma perda real, tristeza profunda; ambas as situações podem, além disso, despertar cólera (Bowlby, 1984, p. 224).

Embora abordem o desenvolvimento psíquico de forma distinta, nota-se que tanto Winnicott, quanto Bowlby e até mesmo Laplanche, conferem destaque à importância do cuidado inicial (expressado pelo ambiente, pelo comportamento dos

cuidadores, pelo toque, pelas palavras etc...) como propiciador para o campo emocional da criança.

A teoria winnicottiana fala, entre outras coisas (da dependência; do ambiente bom e mau), de função materna; da díade mãe-bebê. É preciso refletir sobre o impacto que tal teoria pode imprimir na questão de gênero. Ora, o autor, ao citar a existência de uma identificação, consciente e inconsciente, da mãe para com o seu bebê (*simbiose*), a define como biologicamente condicionada ao seu papel. Com isso, segundo ele, a mãe sabe lidar perfeitamente com as necessidades do bebê e os afazeres a ele relacionados. A partir desse entendimento, portanto, cabe questionar se, ou melhor, o quanto Winnicott pode ter colaborado para uma visão heteronormativa de gênero. A partir disso, é possível questionar, então, se outros psicanalistas, como Dolto (que trata sobre a função prioritária da mãe enquanto cuidadora e do pai como aquele que oferece suporte a esta mulher no exercício desse papel), poderiam ser incluídos nesse pensamento. No caso de Dolto (1998), não poderia ser pensado um papel passivo deste pai, nesse enredo? Seriam relações desse tipo que Laplanche (2015) se refere ao falar do *socius*?

No imaginário e na prática social, aos homens e mulheres são atribuídos papéis e tarefas, proporcionando expectativas que se ligam diretamente a cada sexo e ao que se espera deles.

Às mulheres, via de regra, principalmente com a chegada da Modernidade, a ideia da passividade, da bondade e do cuidado – elementos esses atribuídos não somente à condição do feminino, mas também, e talvez por isso, à maternidade. A agressividade, desta forma, é vista como avessa à feminilidade, principalmente, quando se fala do ato de ser mãe. Ribeiro e Belo (2016), contudo, lembram a importância de desconstruir essa tradução entre feminilidade e passividade – o que Freud também pontua. Defendem os autores que:

a passividade da situação originária é traduzida em termos de feminilidade e essa tradução já é parte do recalco dos aspectos mais mortíferos da passividade. Dar à passividade das origens uma forma, um continente, seja ele um corpo penetrável, seja ele algo atribuído às mulheres, é uma forma de fazer funcionar um masoquismo guardião da vida, por assim dizer. Ser *como uma mulher* ou identificar projetivamente a passividade mortífera nas mulheres é uma tradução diante dos ferozes ataques pulsionais cujo propósito está sempre ligado às efrações mais disruptivas possíveis do tecido narcísico (Ribeiro & Belo, 2016, p. 14).

É possível dizer, por exemplo, que uma versão de mulher – como a trazida na canção *Triste, louca ou má*, (que será logo mais citada na íntegra) – passa a ocupar o lugar de *estranha*, não somente no sentido de marcar uma diferença (com as demais), mas também como sugeriu Freud (1919/1996a): ao passo que provoca estranheza, medo, horror e assusta. Cabe lembrar que Freud, ao apresentar o tema do estranho, fala de estética. Ora, na sociedade de modo geral, tal tema se apresenta diretamente ligado ao campo feminino.

Flores (2010) se remete à teoria freudiana para falar que a perversão corresponde à ausência dos obstáculos morais, logo, de sentimentos de vergonha e repugnância. Freud (1933/1996) pontua que, além da vaidade ser utilizada como modo de compensação por sua inferioridade, a vergonha também é notadamente feminina, vez que, possuiria finalidade de esconder sua deficiência: a ausência do pênis. Ora, seriam esses argumentos para falar da ausência de perversão nas mulheres? Não seria a estética (pelas roupas, acessórios, cortes de cabelo) uma forma de fetichismo?

Se na feminilidade existe a relação com o que é belo, sublime (sentimentos de natureza positiva, como pontua Freud), ao contrário, a mãe sedutora, do trauma, é feia – causa repulsa.

O pensamento da mulher passiva, maternal, acolhedora, é tão corriqueiro que, para a maioria das pessoas, é inconcebível que a mulher, a mãe, seja capaz de agir de modo violento para com as crianças. Birman (1999) destaca que o território feminino é identificado com atributos de passividade, dor, do masoquismo, do corpo (daí a ligação freudiana com as histerias de conversão, a exemplo), enquanto o campo do masculino fica marcado com atributos de atividade, da vontade, de produção de dor, de sadismo.

Ocorre que não são raras tais manifestações acima citadas. A literatura, o sistema judiciário (representado pelas Varas de Infância e Juventude), estão repletos de mães que são rés em ações de destituição do poder familiar – medida drástica em que, diante da incapacidade de cuidar dos filhos (normalmente visualizada por diferentes formas de violência, abandono, negligência) perdem o direito de exercer a maternidade e o **poder** sobre os filhos.

Os motivos para tais violências podem ser dos mais diversos, perpassando por graves conflitos, em especial, no que tange aos problemas de vinculação afetiva com a criança. Se, por um lado, Laplanche (1992a) aponta que o trauma na infância é,

simultaneamente, inevitável e indispensável, por outro, ele também pode ser excessivo e ir além do necessário para estruturação do psiquismo. É nesse ponto que se faz necessário refletir sobre o poder que a figura cuidadora, a mãe, possui diante da criança. Nesse caso, tanto um investimento excessivo, quanto um desinvestimento abrupto, poderiam ser traumatizantes. Conforme já mencionado, as mensagens enigmáticas também se fazem pela ausência de comunicação. Assim, o trauma conferido pelos cuidados pode ocorrer pela invasão e/ou pelo abandono materno.

Retomando o que já foi exposto no item 2.4, Forlenza Neto (1993) acredita que Winnicott possa ter forjado o termo mãe suficientemente boa como uma maneira de agradar as mães, de desculpabilizá-las, na tentativa de desidealizar a função materna. Importante esclarecer que, para Winnicott, tanto a ineficiência, quanto a eficiência excessiva, possuem seus perigos: “uma mãe muito boa ou quase perfeita causaria como que uma adição à criança, à semelhança de um tóxico, não lhe deixando espaço próprio para elaborar suas necessidades” (Forlenza Neto, 1993, p. 02). Práticas excessivas, de todos os lados – ausência e presença – são danosas; o excesso de cuidado, portanto, também é visto como ruim, sendo necessário entender sua manifestação.

3.3 MANIFESTAÇÕES PERVERSAS NA MATERNIDADE: ENTRE O CUIDADO E A PERVERSÃO

Roudinesco (2008) pondera que a perversão não deve ser confundida com perversidade, conforme costuma acontecer. Na idade média, o ato de perverter era tido como uma forma de afrontar Deus, logo, o bem (dualismo do bem *versus* mal): “O pervertido era . . . uma criatura dúbia, atormentada pela figura do Diabo” (Roudinesco, 2008, p. 8). Segundo a autora, pelos resquícios de uma história da humanidade baseada na religiosidade, a perversão dificilmente consegue ser separada de perversidade. Será que este estudo pode incorrer em igual pensamento?

Independente disso, fato é que perversão e perversidade sempre exerceram fascínio e curiosidade nos seres humanos. Por quê? Em grande parte, talvez, por ser, ainda que negada, uma condição própria da espécie humana, presente em tudo que a compõe, despertando assim, atração e medo.

O mal-estar na civilização, que cita Freud (1930/1996) em texto homônimo, é para o homem, resultado do recalçamento de suas pulsões; pulsões sexuais. Tal mal-

estar surge a partir do momento em que a humanidade repudia suas primeiras exigências básicas como sinal de civilização. O resultado disso é a comunidade.

Conforme Laplanche e Pontalis (2001), as pulsões podem ser definidas como um processo dinâmico, equivalente a uma força, uma energia, que torna o indivíduo capaz de tender para um objetivo.

Segundo Freud, uma pulsão tem a sua fonte numa excitação corporal (estado de tensão); o seu objetivo ou meta é suprimir o estado de tensão que reina na fonte pulsional; é no objeto ou graças a ele que a pulsão pode atingir sua meta (Laplanche & Pontalis, 2001, p. 394).

Mas para Laplanche, é graças ao objeto-fonte que existe, ou surge, a pulsão. São os objetos-fonte da pulsão (originados pelos objetos parciais) que, na medida em que requerem tradução (de uma ação, situação, para qual a criança não tem recurso para entender), colaboram na fundação do recalçamento. Segundo Laplanche, o recalçamento originário surge com a sedução.

O recalçamento dessas pulsões foi condição precípua para a possibilidade de se viver em sociedade. Cada um teve de ser capaz de abrir mão de seus mais primitivos desejos em nome de um bem comum; o bem social. O recalque pode ser entendido, segundo Laplanche e Pontalis (2001), como uma operação em que o indivíduo tenta repelir de si, mantendo inconsciente, representações ligadas à pulsão. O recalçamento entra em ação toda vez que uma pulsão está em vias de gerar satisfação e, ao mesmo tempo, provocar desprazer a outras exigências a que o ser humano deve se submeter. Dessa forma, pode ser encarado como sendo um similar mecanismo defensivo, que frustra para não gerar um desconforto maior do que a renúncia ao prazer satisfeito (Laplanche & Pontalis, 2001).

Embora o recalque venha introduzir um mal-estar à humanidade (ao impor a recusa ao pulsional individual), ele também é um movimento necessário. Ele pode ser encarado como um processo de estruturação e de diferenciação do humano, já que é constitutivo do homem e condição precípua para a existência, e permanência, da civilização – dado através do abandono aos desejos mais primitivos de cada um.

Cabe mencionar, no entanto, que cada vez que o homem renuncia a um desejo, uma pulsão, por exigência da civilização, mais ele se torna recalçado, censurador. Essa

gama de abstenções para a vida em sociedade pode vir a gerar um sentimento de hostilização. Tal hostilização seria o ponto de insatisfação social, continente para toda essa gama de recalques (Freud, 1929/1996).

A hostilização, precipitada pelo conjunto de renúncias aos desejos básicos, faz emergir no homem a busca por alternativas compensatórias. Surgem os primórdios daquilo que entendemos por regras, leis, sociedade igualitária etc...

De acordo com Roudinesco (2008), a perversão, portanto, pode ser considerada como “fenômeno sexual, político, social, psíquico, trans-histórico, estrutural e presente em todas as sociedades” (Roudinesco, 2007, p. 10). A existência do perverso foi considerada pela autora como sendo tão importante quanto a figura do criminoso para a sociedade; ele se torna o bode expiatório social; o perverso faz aquilo que ninguém pode fazer, aquilo que é recalcado; ele desafia a norma. Ferraz (2010) cita Stoller (1986) como tendo similar entendimento.

Embora a psicologia tenha se apropriado do termo bode expiatório, é interessante compreender de onde ele surge. De uma parte um tanto mítica, tal qual também se apoia a psicanálise, vem uma explicação para a expressão: durante a disseminação do cristianismo, podia-se observar que alguns povos, em especial os judeus, tinham uma prática de fazer relatos a um bode – que era separado dos demais. Havia uma tradição judaica de se contar a alguém os segredos, faltas e pecados, como uma tentativa de expiação de tais erros. O bode, então, fora escolhido para ser o confidente do povo; vez que não fala (tal qual o infante), os segredos seriam mantidos indubitavelmente. No decorrer da história, em especial com base nos estudos do judaísmo, da Torá, a figura do bode esteve diretamente associada àquele que não fala (Torá, 2001).

De outra parte, baseada nos dizeres bíblicos (que não deixa de ter caráter um tanto mítico também), o livro de Levítico faz menção a cerimônias hebraicas do dia da expiação que ocorriam nos templos de Jerusalém. Os pecados não eram simplesmente relatados ao bode³⁶, mas transmitidos a eles que, em consequência, era sacrificado – como forma de expiar os pecados do povo (Tanach, 2006).

³⁶ A maçonaria também se apropriou desse símbolo, em especial, no que tange à função do segredo. Quando os maçons foram perseguidos pela igreja, na era medieval, era comum que fossem realizadas reuniões secretas e que, para que os membros se reconhecessem e identificassem o local dos encontros, sem que algo precisasse ser dito, um bode era amarrado na porta do estabelecimento. Nesse caso, além de simbolizar algo secreto, o bode também era um mensageiro (Alves, 2014). Corriqueiramente, um maçom pode ser nomeado, apelidado, de bode. Não por coincidência, assim, gira em torno da maçonaria uma atmosfera de silêncio, como um segredo de suas práticas – o que reforça seu caráter mítico.

A psicologia acaba por se apropriar dessa noção. O *bode expiatório*, portanto, torna-se aquele que recebe as projeções de algo e/ou outrem. Trata-se de uma relação de transferência de algum sentimento, comumente de culpa ou angústia. Muito frequente no ambiente familiar, o bode expiatório é aquele denominado (por um ato, normalmente, inconsciente por meio daqueles que o fazem) para carregar a responsabilidade, a culpa dos problemas que acometem aquele grupo. Com frequência, é possível observar a criança como figura do bode expiatório – que denuncia os conflitos e laços adoecidos da família – e, tal qual nas passagens míticas, por vezes, se mantém calada, sacrificada.

Da passagem pelo entendimento religioso, jurídico, científico, até chegar à teoria psicanalítica, a perversão foi considerada, necessariamente, da ordem do sexual, ou melhor dizendo, das anomalias sexuais. O perverso acabou sendo, ao longo da história, desumanizado. Seria assim considerado todo aquele que transgride “de uma diferença e de uma alteridade concebidas como emblemas de uma ordem natural” (Roudinesco, 2008, p. 59).

Nesse ponto, cabe questionar se a maternidade, não aquela puramente biológica, gestacional (vez que esta sim, própria da anatomia feminina), poderia ser considerada, de fato, como algo natural da mulher. Seria a maternidade simbólica – aquela que implica nas noções populares de amor e de cuidado – própria do feminino?

Muitos estudos sobre perversão, segundo Roudinesco (2008), surgem com objetivo de conferir fundamento antropológico à sexualidade e, assim, proceder com uma separação entre aquilo que se considera “normal (da saúde, procriação, restrição do prazer) do que se consideraria perverso (ao lado da esterilidade, da morte, da doença, da inutilidade e do gozo)” (Roudinesco, 2008, p. 59).

Se no caso da perversão, dois momentos podem ser notados: um primeiro ligado ao horror que causa nas pessoas e um segundo ligado à norma, é preciso se questionar como ficaria o papel da mulher, em especial àquela acima citada – que foge ao imaginário dos cuidados maternos como intrínsecos. Ela ocupa, ao mesmo tempo, os dois contextos citados: justamente por fugir à norma, provoca horror de seus atos considerados irresponsáveis. Poucas vezes, contudo, isso vem a se tornar algo da esfera criminal (seria um terceiro tempo?).

O conceito de mãe fálica, que diz respeito a impossibilidade desta mãe de ascender à castração, segundo Bleichmar (1993), adquiriu um sentido pejorativo no

campo da análise, vez que, tal termo passou a ser corriqueiramente utilizado ao invés de se procurar uma verdadeira explicação para as relações simbióticas.

O desejo da mãe de ter um filho foi associado ao seu desejo de um pênis e “a partir disso, se re-situou corretamente o caráter antinatural do vínculo materno” (Bleichmar, 1993, p. 170). Tantas vezes, ganhos e fracassos da constituição infantil derivam dessa categoria da mãe fálica.

Bleichmar (1993) cita Mahler (1977) para ponderar que a relação simbiótica pode ser pensada, inicialmente, como uma relação de autoconservação (função adaptativa do ego), vital; para a criança a dependência é absoluta, mas para a mãe, a dependência é relativa. Se por um lado a mãe está presente para auxiliar, suprir necessidades e reduzir tensões do bebê, por outro, não pode ser apenas isso. A mãe também tem a função libinizar o corpo da criança; ela não somente acalma, mas excita e marca o corpo de modo sexual. É o que Laplanche (1992a, 1992b) fala sobre uma sedução necessária.

As psicoses infantis, segundo Mahler (1977), estariam centradas na deficiência ou distorção da utilização psíquica, na internalização, que o bebê faz da mãe – propiciada por esta. A hipótese da castração feminina freudiana, portanto, é o que levaria a mãe a manter essa dependência (não relativa) em relação à criança (Bleichmar, 1993), como em uma chamada relação simbiótica, em que toma a criança para si.

Segundo Roman (2013), enquanto Freud apresenta a ideia de que a rivalidade da menina com a mãe decorreria da inveja do pênis, Pommier (citado por Roman, 2013) menciona que as mulheres (frente a essa angústia de castração feminina), por vezes, na tentativa de se apropriar desse atributo que lhes falta, agem tão cruelmente que

se engajam em uma demanda impossível de sedução feminina com tamanha determinação, que às vezes beira a perversão. . . Ou seja, o fato de a castração na menina se apresentar como uma ação já efetivada a leva a pensar que alguma coisa lhe é devida e que uma compensação pode ser reivindicada. A sedução feminina, na concepção desse autor, representaria a tentativa de gozar com aquilo que lhe falta . . . (Roman, 2013, p. 109).

Segundo Assadi (2007), o termo perversão contempla amplas possibilidades de temas e atos, tantas vezes se veste de termos como perversidade, psicopatia, sociopatia ou qualquer outra denominação. Para a autora: “distintas da perversão podem ser

verificadas, a saber: como traço de fantasia; como estrutura psíquica ou mesmo como montagem narcísica” (Assadi, 2007, p. 49).

Esclarece que a o termo perverso é entendido como aquele que possui má índole, que se perverte, se corrompe, se deprava. A perversidade, por vez, como a ação desempenhada por aquele que é de índole ruim, que é cruel. De toda forma, seu efeito é de negativo, anormal. Foi aos poucos sendo associada ao mote sexual, veiculada a uma deturpação do instinto sexual. Nesse caminho, na psiquiatria, a perversão foi emparelhada com a personalidade psicopática – cujo trajeto da pulsão não encontra barreiras (morais), entretanto, a perversão se baseia na corrosão do objeto e não no simples ato de lesar alguém, de tal forma que também não deve ser confundida com maldade (Assadi, 2007).

Dentre tantas possibilidades, Assadi (2007) não furta a se questionar: *existe mulher perversa?* E mais, também se pergunta em quais circunstâncias elas assim poderiam ser e se o uso de tal termo requer alguma exigência e condição. A psicanálise de linha freudiana e lacaniana considera a perversão, atrelada ao fetichismo, conforme já mencionado, como atinente ao homem. A possibilidade da perversão feminina é descartada pois apenas seria possível desmentir aquilo que já está lá, no caso, o pênis – que a mulher não possui.

A autora, então, parte da indagação se poderia, a perversão, estar calcada apenas na condição anatômica (vez que, evidenciada ao masculino). Ocorre que Freud (1905/1996) também postula a ideia de que toda sexualidade é perversa, compondo assim, o termo sujeitos perversos polimorfos. Desse modo, a perversão, de alguma forma, poderia dizer respeito a todos.

Enquanto que na psiquiatria o termo desapareceu dos manuais sendo substituído pela palavra parafilia, na psicanálise pouco se trabalha esta forma de posicionamento psíquico, quiçá de estrutura. Logo, indagar a existência da mulher perversa redimensiona a clínica da atualidade e pergunta sobre as novas formas de subjetividade e de direção do tratamento (Assadi, 2007, p. 58).

Pondera a autora se parte dessa construção não poderia estar atrelada à concepção que se fizera do que é o feminino. Ilustra que, em contos infantis, a mulher ou é delicada e indefesa, ou é uma megera dilaceradora.

Aulagnier é citada por Assadi (2007) como uma referência no conceito de perversão social. Destaca que é preciso estar atento, portanto, para não restringir a perversão a práticas sexuais; “o que denotaria um diagnóstico nosográfico e sintomático” (Assadi, 2007, p. 165). Para a primeira autora, na perversão social, o outro é negado como sujeito e acaba por ser como um objeto de gozo. Aquilo que ocupa o lugar-ação de falo perverso assume dupla função: fantasmático e poderoso. Assim, a recomendação de Aulagnier é para que a atenção deva se voltar para onde a perversão está, ou seja, “nos laços sociais, nos comportamentos relacionais” (Assadi, 2007, p. 165).

Freud teoriza sobre o polimorfo perverso: a criança que busca e obtém prazer de diferentes modos; parcial; não genital, logo, com uma pulsão que toca a perversidade. Na fase adulta, alguns podem regredir a essa condição infantil, que beira uma transgressão do que se espera do comportamento adulto em sociedade (Assadi, 2007).

Assadi (2007) faz uma importante distinção entre maldade, perversão e perversidade. Assim, a perversão (marcada, principalmente, pela negação da castração e por uma clivagem do ego – manifestada pelo fetichismo) se caracterizaria por uma relação singular com o desejo, gozo, prazer e com o Outro – em um cenário que engendre essa relação.

Na perversão, o tema central é a castração em seu atestamento e recusa. Aproximar a tese das perversões do jogo fálico e das identificações perversas é uma elaboração de um objeto imaginário que falta à mãe. Assim, num primeiro momento a criança identifica-se a este objeto para preencher a mãe faltosa (identificação fálica), e num segundo momento surge a questão de ser castrado ou não, produzindo, todavia angústia (Assadi, 2007, p. 185).

A maldade, por sua vez, estaria ligada a atos muito específicos e a perversidade, poderia ser entendida como um estado de potência desse mal, uma forma de assujeitamento ao mundo (Assadi, 2007). A perversidade, assim, poderia surgir como um caminho inevitável para atos maldosos recorrentes e não abandonados na infância: “o conceito de perversidade é traduzido pelo estado elevado da potência do mal, é aniquilador e provocador de um contexto lascivo e cruel, é proposital; de todas as formas assume o lugar de um desastre” (Assadi, 2007, p. 186). O desejo perverso acaba

sendo denunciado, vez que, é executado de alguma forma (momento em que se aproximam de seu coração, de sua intimidade).

Se por um lado Assadi (2007) resgata Birman para falar do caminho masoquista e perverso pelo qual a sociedade tem trilhado, por outro, não se pode deixar de comparar sua ideia com o foco deste estudo. Se conforme apontado: “. . . o estilo perverso de ser, denuncia a não-existência do outro. O outro é reduzido a um corpo a ser destruído, aquele que jaz na passividade absoluta, um instrumento da ação predatória . . .” (Assadi, 2007, p. 202). No caso da mãe, ela também toma o filho como seu objeto; um bebê que dela depende para sobrevivência e entrada no mundo, e pode acabar sendo visto apenas como uma extensão a quem ela pode sobrepujar. O gozo psíquico da mãe, assim, transmitido através daquilo que foi entendido mais cedo como *sedução materna primária* – que excede a alteridade – atinge e agride esse infante.

A autora, no entanto, embora faça remissão constante de cenas perversas nas obras literárias que examina, conclui sua tese mencionando que diante do mecanismo da perversão, torna-se quase impossível caracterizá-la como parte do feminino – justamente por ainda se pautar na lógica presença-ausência do falo. Por outro lado, Assadi (2007) não nega a aparição de perversão atrelada às práticas de gozo e, assim, não enquanto estrutura, mas enquanto fantasia e traço de caráter, ela poderia se manifestar nas mulheres. Uma maldade, uma perversidade, assim, seriam os meios encontrados – não se trataria de uma perversão, mas, segundo a autora, de uma *montagem*, uma montagem perversa.

Podemos exclusivamente dizer da perversão destas mulheres no laço social, ou seja, na rede de relações que estabelecem, sobretudo, como estes homens, isto não autoriza ao dito de que seria por esta via a explicitação de sua perversão. O laço entre o homem é uma exemplificação do laço social diante do mundo, os enlaçamentos, quaisquer que sejam, traduzem esta montagem . . . estas mulheres estão laçadas por esta montagem perversa, mais ainda, é a partir do laço que se amarram e propiciam o enodamento de sua linha da vida. É pelo laço e pelo nó que se ligam às relações transgressoras, com contratos assinados, anulando-se enquanto sujeitos, portanto, dessubjetivando-se (Assadi, 2007, p. 209).

Ocorre que, por outro lado, na Teoria da Sedução Generalizada tratar-se-ia de uma própria perversão. Na visão laplancheana, o masoquismo passa a ser considerado

como o paradigma da perversão na mulher, não se tratando de uma montagem. Quando Assadi (2007) apresenta a lógica fálico-castrado para falar da perversão, quando se refere a uma *montagem perversa*, ela retorna ao foco falocentrismo e deixa de considerar a noção de gênero trazida por Laplanche que tenta superar o engessamento na anatomia.

Para Assadi (2007), tratar-se-ia da possibilidade de existência de uma perversão feminina não vinculada a uma estrutura, mas sim, nas relações, compondo uma articulação necessária, em algum momento, para este sujeito feminino. Desta forma, a perversão estaria atrelada ao cenário que a permitisse aparecer – tanto ao homem, quanto à mulher – e não necessariamente determinado pela anatomia (embora não escape a remeter ao falo).

Estas mulheres, de corpo anatômico feminino e, em sua perversão feminina, tomam seus cenários e transformam seus acontecimentos em plenos, a fidelidade ao gozo em certeza absoluta e potencializam seus atos . . . mergulham num universo de desejo e destituição subjetiva que marcam sua própria subjetivação e sua demarcação inconsciente (Assadi, 2007, p. 215).

Roudinesco (2008) cita que alguns autores, especialmente literários³⁷, viam as perversões como fenômeno natural; outros as viam adquiridas pela cultura (logo presente em todos os locais e de diferentes formas); também alguns as viam como depravação contrária à ordem natural e patológica; outros, ainda, as consideravam como sendo algo transmitido na infância, resultante de uma má educação. Em todos os casos, independente da linha de raciocínio, sobressaía-se o princípio da reeducação e tratamento para os sujeitos considerados perversos, ao invés da punição.

Com base nas proposituras apresentadas, o que acaba por se perceber é que, independente da formatação que leve à perversão, Roudinesco (2008) crê que ela deveria ser freada (quando atinge a outrem). Mas, questiona-se: quem disse que esse sujeito deseja passar por esse tratamento e mudança? No caso de mães agressoras, então, haveria de ser considerada a possibilidade de a mulher não querer *sofrer*³⁸

³⁷ Citou a exemplo: Sade, Mishima, Jean Genet, Pasolini, Hitchcock e muitos outros.

³⁸ O termo sofrer intervenção foi empregado aqui ao invés de receber intervenção de forma proposital, uma vez que, submeter-se a esse processo de intervenção poderia ser sofrível e penoso para mulher – assim como a pena determinada quando da ordem criminal, considerada existente dentro de um campo da aflição.

intervenção para modificar sua conduta – que lhe mobiliza, justamente, pela ordem de um desejo (ainda que inconsciente).

A mãe que pratica maus-tratos seria considerada, então, como aquela despedida de civilização. Poderia se falar, dessa forma, de uma dupla norma. Se Freud (1930/1996) introduz a noção de bem social em detrimento da realização das pulsões humanas, o lugar relegado à mulher, à mãe que agride a prole, seria ainda mais criticado. Ela rompe duas vezes com o ideal social. Uma vez por satisfazer seu impulso agressivo (que deveria estar recalcado) e por direcioná-lo a um infante, um filho – coisa que, pela condição do imaginário dos papéis sociais, das questões de gênero, jamais poderia ocorrer. Não se questiona tanto, de modo geral, quando um pai agride um filho, como se, pelo fato de ser homem, seja melhor compreendida sua ação agressiva. A mãe, até então considerada figura sagrada por muitos, ao praticar maus-tratos, é destituída de sua natureza humana.

É possível resgatar, nesse ponto, um paralelo com a história das mulheres ao longo da civilização, tantas vezes consideradas demoníacas, místicas, bruxas. A bruxa traz em si uma concepção de maldade. Quantas vezes, em conversas informais, corriqueiras, não se ouve alguém nomear uma mãe considerada má como bruxa?! Nesse momento, é possível perceber que o local do feminino não avançou muito no sentido de suas manifestações pulsionais no meio social. Mesmo na contemporaneidade, retoma-se o ciclo: aquelas mulheres que não fazem parte dos padrões culturais e de seus ditos papéis pré-determinados (como é o caso da maternidade³⁹), voltam a ser emparelhadas a uma categoria sub-humana, comprometida, pecadora, logo, merecedora de críticas e olhares julgadores.

A arte, tida como expressão de tantos conflitos humanos, consegue sintetizar bem algumas vivências em qualquer tempo da história. Nos versos da música *Triste, Louca ou Má*, da banda *Francisco, el Hombre*⁴⁰, essa noção se ilustra. Na canção, fica claro que as mulheres que não quiserem ou não conseguirem assumir o papel que delas se espera, só podem ser tristes, loucas ou más, ou, conforme já citado outrora por Freud (1919/1996a), uma estranha:

³⁹ A maternidade, nesse caso, não é usada apenas enquanto ideia de gestação, de poder engravidar – papel, biologicamente, exclusivo para as mulheres, para o sexo feminino, na raça humana. Trata-se de expressão mais ampla e já imbuída daquilo que, social e culturalmente, é impresso nesse papel; o cuidado, o amor incondicional, a proteção etc...

⁴⁰ Talvez por coincidência, mas talvez não, o álbum em que se encontra tal música apresenta o seguinte título: *Soltabrujas* (2016).

Triste louca ou má/Será qualificada/Ela quem recusar/Seguir receita tal/A receita cultural/Do marido, da família/Cuida, cuida da rotina/Só mesmo rejeita/Bem conhecida receita/Quem não sem dores/Aceita que tudo deve mudar/Que um homem não te define/Sua casa não te define/Sua carne não te define/Você é seu próprio lar/Um homem não te define/Sua casa não te define/Sua carne não te define/Ela desatinou/Desatou nós/Vai viver só/Ela desatinou/Desatou nós/Vai viver só/Eu não me vejo na palavra/Fêmea: Alvo de caça/Conformada vítima/Prefiro queimar o mapa/Traçar de novo a estrada/Ver cores nas cinzas/E a vida reinventar/E um homem não me define/Minha casa não me define/Minha carne não me define/Eu sou meu próprio lar/Ela desatinou/Desatou nós/Vai viver só (*Francisco el Hombre*, 2016).

Conforme explicitado no segundo capítulo, é sabido que, na história da civilização, a mulher e a noção de feminilidade estão ligadas à maternidade; à relação mãe-bebê; ao comportamento dessa mulher dentro do lar e na relação familiar; ao corpo e a sedução – tornando-se o que Beauvoir (1970) chamou de *verdade naturalizada*. As mulheres já foram escravas; já foram objeto de fecundação; já foram moeda de troca; já foram integralmente dependentes; primeiramente filhas e depois esposas⁴¹; já foram mudas; já foram puras, pecadoras e bruxas; boas e más; já foram honestas (conforme legislação presente no anterior código civil brasileiro). Em sua grande maioria das vezes, portanto, foram definidas pelo olhar de um homem. Em tantas vezes, ainda, vistas como inferiores ou derivadas deste. Nesse sentido, segundo Beauvoir, “o homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (Beauvoir, 1970, p. 10), logo, a mulher só existe em segundo plano, *o segundo sexo* – primeiro o homem, depois a mulher.

Roudinesco (2003) lembra que, majoritariamente, o sexo anatômico prevalece sobre o gênero e, assim, a sociedade se divide entre homens e mulheres. Dessa forma, três representações se mostram: a mulher pode ser complementar ao homem; a mulher é inferiorizada (monstruosa, andrógina, lésbica, prostituta); ou a mulher é idealizada e se torna suplemento da ordem simbólica (louca, mística, virgem). No primeiro caso, a feminilidade está sempre associada à maternidade, enquanto que, nos outros dois, feminino e materno são dissociados – logo, a mulher não é capaz de servir à sociedade, vez que, não assumiu seu papel natural.

⁴¹ Interessante aqui mencionar uma curiosidade: na maioria das culturas, prevalece o patriarcado do sobrenome. Na maioria das culturas, as pessoas carregam um sobrenome, geralmente, herdado do pai. Normalmente, quando do casamento, é a mulher quem assume o sobrenome do marido, sendo corriqueiro que abdique de seu sobrenome de solteira – deixando de pertencer ao clã paterno e, depois, pertencendo ao marido. Nesse sentido, em países de língua espanhola, por exemplo, muito comum notar a presença da preposição **de** [grifo próprio] quando do acréscimo do sobrenome do marido.

Talvez uma das figuras femininas mais emblemáticas, sendo a mãe mais adorada de todas, seja Maria, mãe de Jesus. A maternidade, nesse caso, reforça a ideia de pureza, de sacrifício, de amor incondicional – inclusive para se prontificar a assumir tal papel. Em contraponto à Maria, as bruxas – detentoras do pecado, impuras e maliciosas. A mãe má, a madrasta; todas bruxas. Mães santas, as outras, aquelas que se sacrificam em nome e pelo filho.

Conforme pontua Roudinesco (2008), antes de Freud tratar da teoria da fantasia em detrimento da teoria da sedução, a mulher histérica era considerada uma figura perversa; na medida em que, por sua condição, se excluía da ordem procriadora. No caso da presente pesquisa, não se fala de procriação em si, em seu sentido restrito, mas na ideia de maternidade.

A música antes destacada vai ao encontro do que Roudinesco (2008) expôs sobre a governança pós iluminista das práticas sexuais que seriam separadas, pelo Estado Moderno, entre normais e/ou patológicas. Assim, preocupava-se em “impor à sociedade uma nova moral sexual fundada na primazia da família dita sentimental ou romântica: felicidade das mulheres no casamento e na maternidade” (Roudinesco, 2008, p. 66).

Não à toa, conforme Clavreul (1990), as mulheres costumam ter uma difícil relação com sua feminilidade, temendo fracassar em ser femininas “tanto quanto os homens temem ser impotentes” (Clavreul, 1990, p. 101). Pontua o autor que sendo a feminilidade uma composição, algo criado e mantido pelo público, possui um regramento preciso e rigoroso que necessita ser seguido por todas. Fugir disso, ou não compor esse ideário, é visto não apenas como erro, como grave defeito, mas quase como um descumprimento à lei.

Se Roudinesco (2008) pondera que os perversos foram intimados (pela norma) a se comportarem (a conter seus desejos, ou melhor, a manifestação destes), sob pena de serem excluídos, mais uma vez, em comparação, pode ser vista a mulher em uma posição delicada – caso não queira ser mãe, pode ser excluída. Caso venha a ser mãe e conferir maus-tratos, também será excluída da sociedade e, até mesmo com possibilidade de uma exclusão, verbal, da espécie humana. A mulher não deve aspirar um mundo para o qual não foi feita e, assim, esquecer e negligenciar seus deveres de mãe (Roudinesco, 2008).

Foi Freud, nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/1996), segundo a autora, quem modificou esse entendimento, ponderando uma dimensão humana à

condição perversa, colocando-a como humana, geral e fundamental. Os perversos, assim, não seriam mais uma coleção de coisas, vistos apenas sob uma ótica da (i)moralidade.

Roudinesco (2008) faz refletir o quanto é interessante (ou até cômico) pensar que os perversos são equiparados a animais na medida em que, na verdade, não existem animais perversos. A perversão é algo exclusivo da raça humana.

No que tange mais especificamente ao comportamento sexual, no ano de 1987, o termo perversão deixou de ser usado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA⁴²) passando a ser substituído pela expressão *parafilia*. A parafilia – que se desvia do amor e tem foco na pulsão – continuou englobando as práticas sexuais que, até então, eram consideradas perversas, incluindo na lista até mesmo o que permanecesse no campo das fantasias (Roudinesco, 2007). O DSM⁴³ ou Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, assim, alterou o vocábulo, contudo, conforme lembra Ferraz (2010), não mudou a intenção de designar aquilo que é o não-genital.

O novo termo, cita a psicanalista, não cobre atos que sejam considerados como crimes pela lei, exceto nos casos do exibicionismo e da pedofilia. Os perversos deixam de ser assim considerados a partir do momento em que a lei jurídica não os toma como perigosos para a sociedade, desde que, permanecendo privadas suas práticas (Roudinesco, 2008). A exemplo, o ato de provocar dor em outrem, portanto, como nos casos de mães agressivas, não seria aqui contemplado. O Direito aparece, então, como forma de balizar esse comportamento na ausência de outros parâmetros científicos, já que, tanto a Psicologia quanto a Psiquiatria não puderam. Retomando a teoria freudiana, é possível ponderar a importância da civilização como forma de conter essas mencionadas pulsões presentes nos indivíduos, na humanidade.

Um dia será preciso conformar-se à ideia de que o gozo do mal, se é tipicamente humano, resulta de uma história subjetiva, psíquica e social. E apenas o acesso à civilização, à Lei ou ao progresso permite, como afirmara Freud, corrigir essa parte de nós mesmos que não obstante escapa a qualquer domesticação (Roudinesco, 2008, p. 138).

⁴² *American Psychiatric Association.*

⁴³ *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders.*

Roudinesco (2008) pontua que tampouco a psiquiatria ou a psicologia sabem mais “pensar a perversão como estrutura ou designar . . . quem são os perversos” (Roudinesco, 2008, p. 138), não sem ingressar na confusão perversidade *versus* perverso.

É nesse momento que se pode recorrer a Laplanche (1992b) e a concepção da teoria da sedução generalizada. Enquanto para Freud a centralidade do desenvolvimento se dá em torno do complexo de Édipo, para Laplanche tal centralidade está na relação mãe-filho, adulto-criança. Esta ideia de teoria da sedução generalizada pode ser considerada como a grande diferença de pensamento entre os autores. Como já explicitado, a ideia de sedução generalizada é baseada na passividade da criança e na atividade do adulto. Está ligada, assim, à situação antropológica fundamental: encontro do adulto com a criança, essencialmente assimétrico, que leva ao excesso do que é inconsciente do adulto transmitido para a criança. Pode-se dizer que, na criança, essa condição é implantada em razão de um excesso pulsional (para a criança) oriundo desse cuidador.

Conforme há pouco referido cabe questionar até qual ponto algumas mães não poderiam ou, ainda, não deveriam ser consideradas perigosas quando dos cuidados destinados ao filho. Mas quem definiria essa periculosidade? Será que liberadas da censura moral do dever-ser uma *boa* mãe, essas mulheres seriam mais agressivas e/ou manifestariam mais sua agressividade contra as crianças? Cabe citar, nesse ponto, que a ideia de *boa mãe* é definida conforme os padrões sociais e estes, por sua vez, também definem o que se entende por crianças e a proteção que a estas devem ser dedicadas. Roudinesco (2008) lembra que isso também se deve ao status que a infância tem nos dias de hoje.

A legislação da maioria dos países, tal qual ocorre no Brasil, preza pela garantia de direitos e proteção integral da infância e juventude. Não são permitidas quaisquer formas de violência contra crianças e adolescentes e, caso ocorram, são passíveis de intervenção da Justiça com absoluta prioridade. Desta maneira, o Estado procura garantir que nenhum cidadão nessa faixa etária seja, conforme pontua Roudinesco (2008), abusado, negligenciado, espancado, odiado, abandonado, seduzido por “adulto que lhe é próximo” pois isso significaria, para a autora, sofrer um “assassinato da alma” (Roudinesco, 2008, p. 143).

A autora destaca a importância de, quando se falar em abuso infantil, não se ater ao campo sexual, mas também às torturas morais “em que o ódio e a indiferença, o

silêncio e a loucura disfarçada reinam soberanos” (Roudinesco, 2008, p. 143). Em associação a Laplanche, portanto, poder-se-ia falar das mensagens intrometidas.

Com a ascensão da psicanálise, a criança perdeu a conotação de sujeito dessexuado, puro e inocente para, em contrapartida, ser reconhecido como dotado sim de uma sexualidade, uma sexualidade polimórfica perversa. Nesse contexto, pondera a autora, que deve ser “educada sem ser reprimida nem, principalmente, excitada por tentativas de sedução” (Roudinesco, 2008, p. 143), o que tornou seu corpo ainda mais proibido e gerou maior responsabilidade na postura do adulto.

A autora faz um alerta para a significativa probabilidade das crianças que tiveram suas almas assassinadas no seio familiar, tornarem-se as mais vulneráveis para alvo de violentadores extra-familiares, bem como, para se tornarem, futuramente, possíveis perversos. Nesta última circunstância, a sedução imprimiria tão grande dano destrutivo que as faria pensar que foram elas próprias quem provocaram a situação sofrida. Menciona Ferraz (2010) nesse sentido: “o interesse do perverso encontra-se na sedução e não no amor” (Ferraz, 2010, p. 85).

Nessas situações, perde o respeito por si própria ao mesmo tempo em que se julga culpada pelos maus-tratos que lhe infligem, o que a leva em seguida a repetir esses atos, até a se tornar carrasco de si mesma e de seus próprios filhos. (Roudinesco, 2008, p. 143).

Ora, se os perversos desafiam as leis, o que impediria uma mulher de desafiar os padrões morais, sociais? Afinal, juridicamente, não é crime não amar os filhos. Parte do desafio do trabalho no sistema de Justiça se pauta na dificuldade de traduzir ao campo jurídico algo tão subjetivo, tão pouco aparente. Tal condição compõe o enigmático. Quando uma mãe bate, sua ação é consciente – facilmente observável e prontamente alvo de intervenção –, mas quando ela olha para criança com desdenho; quando ela diz que faria qualquer coisa pelo filho e não faz; quando ignora o choro da criança; quando não tem qualquer ocupação e esquece de buscar o infante na escola; quando faz exigências excessivas e/ou inatingíveis; quando ela se omite etc...nesse momento, na sutileza da violência, é que o inconsciente vaza e se faz o enigma.

A dificuldade de se perceber a perversidade na maternidade (além de toda problemática exposta frente à expectativa social e de gênero), também vai se pautar pela dificuldade em se notar o enigmático. As violências que saltam aos olhos chegam mais facilmente aos órgãos de proteção. Contudo, aquilo que escapa do inconsciente materno, a pulsão que transborda sem que o olhar destreinado note, que atinge a criança de forma violenta mesmo que não ocorra qualquer agressão física, compõe um enigmático que fere a criança e compromete seu psiquismo, seu continuar a ser.

3.3.1 Perversidade e perversão

O entendimento na psicanálise sobre uma perversão na mulher, enquanto estrutura, não é totalmente definida. A ausência desse consenso, todavia, não pode ser motivo para se excluir a possibilidade de se encontrar perversões na maternidade, na forma de cuidado que a mulher dedica ao filho.

Martin-Mattera (2014) destaca que Freud não fez sexismo clínico frente a estrutura da perversão, contudo, apesar disso, a clínica da perversão é geralmente conhecida como masculina e fálica.

Diante disso, ele indaga se a perversão pertence, de fato, “a um gênero, pertence especificamente a um estilo masculino ou feminino, ou então há, por um lado, uma perversão masculina e, por outro, uma perversão feminina?” (Martin-Mattera, 2014, p. 721).

A dificuldade em admitir a abrangência da perversão, para o autor, estaria baseada em três pontos-chave: em um isolamento da estrutura perversa e assimilação desta a uma patologia; na ideia de que os sujeitos perversos não consultam; e a resistência em identificar a perversão em mulheres (Martin-Mattera, 2014).

O termo perversão, na visão do autor, agrega implicações morais, jurídicas e mórbidas – ponderação similar a observada em Roudinesco (2003). Para Martin-Mattera (2014), uma pessoa dita normal, poderia ter se estruturado em uma modalidade perversa.

Menciona que Freud nos textos⁴⁴ *Fetichismo* e *A divisão do ego no processo de defesa* definiu a perversão como uma terceira estrutura, pontuando que os perversos são fundamentalmente diferentes dos neuróticos (Martin-Mattera, 2014). Todavia, pondera o autor que, ainda que seja distinto o ato perverso (baseado no gozo) do ato neurótico

⁴⁴ Publicações originais, respectivamente, nos anos 1927 e 1938.

(baseado no desejo), não se pode construir uma barreira inultrapassável entre os sujeitos perverso e neurótico.

Martin-Mattera (2014) questiona, assim, se o entendimento perante a perversão não acaba tendo uma ótica limitada, já que para o autor, a perversão coloca em jogo várias formas de procura de gozo do sujeito, seja este em posição masculina ou em posição feminina.

Diante da análise, não raramente, elementos perversos entram em cena. Tais elementos não seriam apenas “sinais de uma fixação à sexualidade infantil nem fantasmas de neuróticos imitando a perversão” (Martin-Mattera, 2014, p. 723) mas, refletiriam tanto nos homens, quanto nas mulheres, um posicionamento psíquico no qual a perversão intervém como uma solução, ainda que momentânea, diante de uma situação. Tal entendimento auxiliaria, então, a não reservar a perversão unicamente aos homens (Martin-Mattera, 2014).

Perversão feminina e perversão nas mulheres não significam a mesma coisa e, para o autor, grande parte da dificuldade em considerar a estrutura perversa em mulheres poderia partir daí. Martin-Mattera (2014) pondera que, para muitos analistas, a questão anatômica teve um papel muito importante em detrimento da escolha psíquica da sexuação. Alguns psicanalistas consideram a hipótese de que, se algumas mulheres são perversas, é em razão de que sua inscrição na sexuação se faz em posição masculina (Martin-Mattera, 2014). A sexuação, porém, não é uma escolha psíquica; segundo o autor, ser mulher ou ser homem não depende apenas de fatores biológicos, mas pertence ao compromisso psíquico do sujeito em um dado momento de sua história (possivelmente no tempo do Édipo). A lógica exibida, então, não seria somente fálica de ter ou não ter (Martin-Mattera, 2014), uma vez que, no inconsciente, tudo é possível.

A hipótese que Martin-Mattera (2014) apresenta, por outro lado, é que existe “uma maneira masculina (fálica) e uma maneira feminina de ser perverso(a).” (Martin-Mattera, 2014, p. 725)⁴⁵.

⁴⁵ Conforme o autor, uma revisão de literatura mostra que a manifestação de perversão nas mulheres foi considerada frente à relação com as crianças ou *maternagem*, o fato de que a mulher assume o papel do fetiche (ela é “fetichizada” dizia Granoff e Perrier [1964, p. 92]), o fato de que ela seja masoquista (o que Lacan relativiza), determinadas homossexualidades, a dimensão fundamental do engano, o narcisismo e a sua inscrição corporal, a identificação com o objeto da paixão de um homem, a toxicomania e o alcoolismo, a anorexia, e, por fim, tudo o que Abelhauser chama de “mal proteiforme” (síndromes tipo Münchhausen, Meadow ou Lathénie de Ferjol). Essas afecções, a nosso ver, dividem-se em dois grupos: o primeiro pertence ao registro da posição masculina, isto é, fálica ou não fálica (o que se opõe ao fálico, fazendo disso a sua referência), o segundo grupo pertence à posição feminina, o que chamamos “extra fálico” (Martin-Mattera, 2005, citado por Martin-Mattera, 2014, p. 726).

Conforme já mencionado, em psicanálise, não há consenso sobre a existência de mulheres na estrutura perversa, em especial na vertente lacaniana – já que elas não podem desmentir, negar a castração (Barros & Mendonça, 2013).

Barros e Mendonça (2013) apontam que, segundo Freud (1931), a menina vê o falo, sabe que não tem, que não teve e nunca vai ter, logo, isso a impossibilita de ser perversa; não há negação. Ainda que a crença no falo seja comum à menina e ao menino, é nele que a angústia da perda se faz (ao se deparar com a ausência de pênis na mãe) e, como possível consequência, a procura de um objeto que cubra essa falta do falo – um fetiche, por exemplo, ou outras ações (voyeurismo, exibicionismo etc). O menino, adulto perverso, portanto, manteve a crença na mãe fálica (Barros & Mendonça, 2013). Nas palavras de Campos: “assim, a formulação freudiana pode ser lida mais claramente: o fetiche é o substituto do falo materno” (Campos, 2010, p. 292).

Pontuam as pesquisadoras que “a menina não teria esse recurso: ela não tem como fugir ao encontro com o real da castração, só lhe restando o recalque ou a forclusão da falta fálica. Pode ser louca, histérica ou obsessiva, mas nunca perversa!” (Barros & Mendonça, 2013, p. 220). Diante de tal afirmativa, as autoras indagam sobre a existência ou não de mulheres perversas, uma vez que, embora crueldade não seja sinônimo de perversão, tantas mulheres são dotadas de tal característica.

Para Barros & Mendonça (2013) os textos de Freud, ao tecerem a impossibilidade de haver mulher na estrutura perversa, não trataram de um posicionamento feminino; argumentam que, nessa posição, mais mulher perversas teriam sido encontradas. Consideram, ainda, que Freud se referiu à perversão polimórfica como uma predisposição às perversões – sendo um traço original e universal dos seres humanos (Barros & Mendonça, 2013). Assim, a condição polimórfica perversa não seria atrelada à idade ou sexo, mas à força da pulsão, e diferente da estrutura clínica da perversão (conectada ao fetichismo).

Laplanche resgata a ideia freudiana do masoquismo como paradigma da perversão. Segundo Andrade (2012), haveria na teoria laplancheana da sedução uma ligação entre passividade, narcisismo e dor. O fetichismo, portanto, não seria preponderante para entendimento da perversão no feminino. O masoquismo passa a ser considerado como o paradigma da perversão na mulher.

É a linguagem que vai habitar o corpo a responsável pelo caminho da identificação com um sexo ou outro, linguagem esta, como já visto com Laplanche (1998b) transmitida pelos *socii*. Sabe-se, também, que o falo não é o pênis. Mas então,

questionam Barros e Mendonça (2013): por que a anatomia é tão considerada? O sujeito perverso busca uma saída imaginária através do símbolo, do fetiche, para negar que falta algo na mãe embora saiba bem que falta algo (Barros & Mendonça, 2013). Para as autoras, então, “dizemos justamente perversão fetichista porque, se o fetichismo é o paradigma de toda perversão, ter-se-ia que adotar esta via para abordarmos a mulher na estrutura perversa” (Barros & Mendonça, 2013, p. 223).

A mulher pode colocar como significante fálico qualquer coisa que não seja o pênis e, assim, ela poderia desmentir a castração e simbolizar qualquer outra imagem como fálica, enquanto guarde a significação de completude. Para Mendonça e Barros (2013), portanto, se não reduzida à anatomia, pareceria possível colocar a mulher como perversa: “uma mulher, corpo biológico, identificada ao lado masculino, não poderia ser perversa?” (Mendonça & Barros, 2013, p. 224) e ainda, “esta descrença por si só na mulher perversa já não é um obstáculo suficientemente grande para não reconhecê-la?” (Mendonça & Barros, 2013, p. 227). Uma mulher perversa poderia ser, por exemplo, aquela que acredita ter o falo. Assim, as autoras questionam se a percepção da ausência do pênis poderia ser suficiente, exclusiva, para que se vete às mulheres a estrutura perversa.

A posição adotada por Martin-Mattera (2014), por sua vez, indica que a perversão das *mulheres* não é a perversão *feminina*; *esta última* se relaciona com a especificidade da posição psíquica feminina, enquanto que a perversão das mulheres pode se apoiar sobre a anatomia, sobre a posição social, sobre a condição feminina – que parece provocar a diluição eventual da perversão na cultura e no social (Martin-Mattera, 2014). É nesse ponto que a presente pesquisa talvez possa se pautar; numa perversão feminina no campo social, enquanto foge da expectativa da chamada *verdadeira mãe*.

Um aspecto da estrutura perversa é a clivagem e ela pode se manifestar, inclusive, em um caráter duplo do indivíduo – não sendo aquilo que parece ser. Por vezes, isso pode acabar sendo chamado de *perversidade*, *relação perversa*, *perversão afetiva*, *simulação*, ou até *perversão narcísica*. Segundo Martin-Mattera, portanto, o sujeito perverso acaba por ocupar um lugar ilusório do objeto e, frente ao que se pode chamar de sua vítima, promete a ela um prazer que, ao final, causa-lhe dor, precipitando-a “no abismo de uma perplexidade ou de uma dor sem nome” (Martin-Mattera, 2014, p. 729). Seria esse o caso da mãe que promete cuidado ao filho, mas, na prática, não o faz?!

E no caso de mulheres, ou de sujeitos em posição feminina, determinados por uma duplicidade, eles mantêm a clivagem entre o que os outros esperam deles e os seus atos, tentando manter isso em segredo – o temor da castração equiparado ao temor da repreensão e do julgamento social sobre não ser a mãe idealizada.

O perverso tenta escapar daquilo que é proibido ao ser humano pela linguagem, pelas normas; tenta escapar à castração. Ele tenta apresentar sua ação, seu gozo, como sendo positivo e, assim, surge a comparação à mãe que age de forma *devotada*, como pontuou Winnicott (1956/2000), para que sua condição de cuidadora não seja colocada em prova.

Compreende-se que perversão não é sinônimo e não pode ser confundida com perversidade – sendo esta última uma ação perversa; característica daquilo ou de quem é perverso; do campo do que é desumano, cruel, atroz, maldoso, maligno⁴⁶. Cabe mencionar que, em psicanálise, a dúvida é trazida: existe uma mulher de estrutura perversa? Consideram diferentes quadros nosológicos para uma mesma manifestação. O presente trabalho, por sua vez, não tem em seu objetivo clarear esse questionamento e, ainda que questione qual a possibilidade da existência de uma mulher de estrutura perversa, pondera, na verdade, por considerar a existência, esta sim, de um lado perverso nas mulheres, nas mães, quando dos cuidados de seus filhos. Trata-se, portanto, de alertar para existência de um lado perverso na maternidade que não é comumente considerado – dada a tendência popular, médica, de negar que a maternidade não esteja ligada ao cuidado, ao afeto. Se na base etimológica da palavra perversão encontra-se a ideia de pôr em outro vértice, desvirtuar, colocar ao avesso, essa expressão cabe a este estudo.

3. 3.2 Manifestações Perversas

Conforme já mencionado anteriormente, alguns autores em psicanálise – como Dolto (1998), Winnicott (2000/1956), Bowlby (1984) – se dedicaram a falar da importância da relação mãe-bebê para explicar um desenvolvimento psíquico saudável. Tantas vezes, foram apontadas especificidades nessa relação que poderiam comprometer a vida emocional das crianças, inclusive, enveredar para psicopatologias.

⁴⁶ De acordo com o dicionário Michaelis de língua portuguesa – perversidade: substantivo feminino. Particularidade ou característica daquilo ou de quem é perverso; em que há malvadeza; maldade. Ato ou comportamento perverso. Gênio ou caráter ruim; tendência para o mal. Facilmente corrompido; em que há corrupção; depravação. [Jurídico] Ato que, demonstrando excesso de crueldade, é praticado com o propósito de ocasionar um prejuízo ou sofrimento (dano) maior à vítima.

Embora a gênese da perversão parta também desse estudo, não é consenso o reconhecimento da perversão própria da maternidade. Para Stoller (1991 citado por Welldon, 2008), as mulheres que não atingissem às ditas qualidades femininas em seus relacionamentos, poderiam cair em práticas perversas. Uma fantasia de revanche contra o parceiro poderia se transferir para a maternidade e, assim, a criança seria usada como objeto feticista.

Laplanche (1996), como já explicitado, trata das mensagens enigmáticas e de suas qualidades. Quando de duplo sentido, elas podem se tornar prejudiciais à criança se não houverem assistentes de tradução que a auxiliem a decodificar e acomodar aquilo que recebeu.

Muitas vezes, essas mensagens enigmáticas vêm circunscritas de elementos violentos, porém, disfarçadas de ações que remetem aos cuidados. O que levaria com que uma mãe assim agisse já foi mencionado anteriormente, cabendo pensar, nesse momento, de qual forma, como, essas mensagens podem manifestam. Caberia pensar na existência de relação entre a emissão de tais mensagens e o sexo da criança que as recebe?

Em consonância à ideia das mensagens enigmáticas, os cuidados podem aparecer disfarçados de atos violentos e Aulagnier-Spairani (1990) menciona que “no jogo erótico, a mulher perversa sempre tenderá a dizer que, se ela “foi tão longe”, era para “agradar”; apresenta seu prazer muitas vezes como uma espécie de holocausto, de sacrifício” (Aulagnier-Spairani, 1990, p. 95). Desta vez, em processo que se arrisca chamar de *Em-Nome-do-Filho*⁴⁷ ela parece se sacrificar, porém, seu cuidado pode ser excessivo e agressivo para a criança ao ponto de ser desestruturante.

A mãe dita perversa tentaria se disfarçar, através da abdicação de seus prazeres em benefício do filho, daquela *mãe suficientemente boa*, no entanto, estaria justamente ao lado oposto daquilo que se espera dela – de proporcionar a entrada da criança à vida, ao psiquismo. Sua condição poderia ser pensada como de um adoecimento da função materna?

O segundo capítulo desta pesquisa se ateuve à discussão da feminilidade e do quanto a maternidade está implicada naquilo que se considera próprio do ser mulher. E não apenas isso, mas toda uma gama de características que são esperadas para essa mulher, essa mãe. Ao escapar desta expectativa, a mãe também escaparia de uma

⁴⁷ Em mera alusão ao termo *Nome-do-Pai* da teoria lacaniana.

espécie de lei social a ela atribuída – semelhante ao perverso que se coloca sempre a necessidade de transgressão à lei, que ele “recusa a lei da castração para tentar substituí-la pela lei do seu desejo” (Campos, 2010, p. 294). A lei seria a desta mulher e não a lei da sociedade – que lhe impõe uma maternidade glorificada.

O popular personagem *superman*, super-herói fictício de história em quadrinhos americana publicado pela *DC Comics*, nasceu no planeta *Krypton*. Ele foi mandado à Terra, por seu pai, momentos antes do planeta explodir. Com a explosão, o planeta fictício se fez em muitos pedaços de minérios: a *kryptonita*.

O *kryptoniano* é considerado como um homem de aço, indestrutível, porém, sua maior fraqueza se encontra justamente na *kryptonita* - resíduos minerais de *Krypton*. A exposição a ela anula os poderes do Super-Homem e o imobiliza. Uma vez exposto, ele passa a sofrer dores e náuseas e, uma exposição prolongada, pode significar morte para ele. Estranho pensar que aquilo que deu origem ao herói possa destruí-lo. Essa metáfora é trazida já na epígrafe deste estudo; assistindo o videoclipe da música citada, vê-se na cena inicial uma mulher que carrega um bebê pela casa, repousando-o em um berço na sala, televisão ligada. A mulher, provavelmente a mãe, deixa esse cômodo e passa a andar pela residência; as horas passam, os dias passam – ela permanece ocupada em seu cotidiano, em seu trabalho. Aos poucos, duas mulheres adultas se cruzam pelos corredores, mas não encontram, não se olham, não se alcançam. Estranho pensar que uma mãe, aquela que gerou a vida, possa também aniquilá-la sendo, ao mesmo tempo, origem de vida e aflição ao filho. Para criança, que busca resistir heroicamente às intromissões violentas, a cuidadora é *kryptonita*. A hipótese levantada pelo videoclipe⁴⁸? Possivelmente uma mãe com discurso de que trabalhou incansavelmente para proporcionar o melhor para a criança; *mãe-devotada* que, para dar-lhe tudo, feriu a filha – estranhas a si mesmas.

Antes de continuar, faz-se necessária uma breve retomada dos temas da perversão e perversidade, com foco nas discussões sobre gênero. Se o objetivo do perverso diz respeito à recusa da castração e se, conforme menciona Aulagnier-Spairani (1990), de tal recusa irrompe seu prazer, o objetivo da mulher, nesse caso, poderia ser transformar-se na verdadeira prova existente dessa recusa. Nesse sentido, a autora pondera ser preciso considerar a existência de uma mulher sádica da mesma forma que se considera a existência de uma mulher homossexual. Valendo-se da posição sádica, a

⁴⁸ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=hOL986dwM7c>

mulher vai se colocar ao outro como se, na sua presença, nada fosse faltar. Com tais dizeres a autora sugere que a mulher se coloca em uma posição imprescindível que, perante o infante, torna-se violenta na medida em que prolonga no filho uma dependência além da necessária. Surge um excesso e, assim, ela o sufoca. Argumenta Aulagnier-Spairani (1990), portanto, que isso pode ser comparado a um sadismo.

Quando Freud (1919/1996b) escreve *Uma criança é espancada*, ele trata sobre a autonomia da fantasia, bem como, sobre uma possível gênese das perversões e do masoquismo. Segundo o autor, uma perversão na infância, se não interrompida pelo recalçamento, poderia ser a base para o desenrolar de uma perversão que ocupe a vida adulta do sujeito. Explica que tal quadro tem origem a partir do complexo de Édipo.

A fantasia de uma criança espancada tem um grande poder e agrega sentimentos de prazer e, por causa de tal sensação, o sujeito a reproduz em diversas ocasiões. O clímax da situação imaginária quase equivale a uma ação masturbatória. A fantasia pode iniciar de modo involuntário e depois ocorrer contra a vontade do sujeito. Por vezes, provoca vergonha e culpa (típico do campo neurótico) justamente pelo nível de excitação e repulsa que a cena de espancamento desperta.

Freud (1919/1996b) levanta a possibilidade de uma fantasia de tal natureza, provavelmente originada na primeira infância, retida pelo propósito da satisfação autoerótica, estar ligada a um traço primário de perversão – que não necessariamente vai permanecer ao longo da vida do sujeito. Tal forma de perversão infantil, considerada normal no desenvolvimento psicosexual, pode ser reprimida (à cargo do superego), sublimada, transformada – origem da neurose. Ausente esses mecanismos, contudo, uma perversão pode se fixar e, na fase adulta, ser observado um fetichismo, por exemplo.

Para Freud, a fantasia de espancamento não pode ser determinada como masoquista ou sádica necessariamente pois, inicialmente, “a criança em que estão batendo não é jamais a que cria a fantasia, mas, invariavelmente, outra criança . . . e a criança que cria a fantasia não é a que bate” (Freud, 1919/1996b, p. 200). Suas observações o fizeram perceber que o adulto que batia, tal qual a criança que apanhava, não eram quaisquer um; mas provavelmente a própria criança e seu pai – ainda que deslocados em outras figuras.

Neste texto, acredita-se que o autor (1919/1996b) não esteja falando, necessariamente, de um acontecimento real de espancamento, mas de um algum fato

ocorrido na infância que tenha provocado uma fixação e, assim, é recapitulado pela fantasia – dado o prazer que acarreta.

Um jogo de negação, identificação e deslocamento se vê presente quando o adulto fantasia a cena de espancamento. A criança é odiada e amada ao mesmo tempo, ora pelo espectador, ora pelo agressor. No primeiro momento, um caráter sádico: o pai bate em uma criança, uma criança que é odiada pelo observador. No segundo tempo, essa criança é o próprio sujeito que fantasia, apanhando de seu pai – conduzindo à esfera masoquista. Por fim, qualquer criança (normalmente um menino) está apanhando de uma figura de autoridade, enquanto o observador assiste – retomando um viés sádico na forma, mas masoquista por identificação (Freud, 1919/1996b).

O castigo físico é visto como substituto para relação sexual e por isso gera tamanha excitação. Para Freud (1919/1996b), então, esse cenário revela que o sentimento de culpa pode proporcionar que o sadismo seja convertido em masoquismo – estando aí, possivelmente, a essência deste último, marcada por um processo de regressão e repressão. Nas palavras do autor, com seu próprio grifo:

Se a organização genital, que mal conseguiu firmar-se, defronta-se com repressão, a consequência não é apenas a de que toda representação psíquica do amor incestuoso se torna inconsciente, ou permanece inconsciente, mas existe também outro resultado: um rebaixamento regressivo da própria organização genital para um nível mais baixo. ‘O meu pai me ama’ converte-se em ‘o meu pai está me batendo’. Esse espancado é agora uma convergência do sentimento de culpa e do amor sexual. *Não é apenas o castigo pela relação genital proibida, mas também o substituto regressivo daquela relação*, e dessa última fonte deriva a excitação libidinal que se liga à fantasia . . . (Freud, 1919b/1996, pp. 204-205).

Ocorrido durante a fase do complexo de Édipo, o masoquismo não seria manifestação de uma pulsão primária, mas originado a partir do sadismo que foi voltado contra o próprio eu por meio de regressão. Ainda que este mecanismo esteja ligado à passividade (comum às mulheres), Freud (1919/1996b) menciona que esta não é a totalidade do masoquismo – mas a culpa. Por outro lado, menciona que para o masoquista do sexo masculino, sua atividade coincide com uma atitude feminina. Ser espancado também significa ser amado: “a fantasia de espancamento do menino é, portanto, passiva desde o começo e deriva de uma atitude feminina em relação ao pai” (Freud, 1919/1996b, p. 213), logo, é amado pelo pai e espancado pela mãe. A fixação

dessas fantasias de espancamento, seguidas de notória sensação de prazer, revelaria, para o pai da psicanálise, um quadro de perversão.

Na menina, por sua vez, a situação masoquista se transforma em sádica e o espancamento, por força do recalque, significaria não ser amada. Assim, a qualidade erótica seria quase que apagada para ela.

Apesar de tecer as diferenças para os sexos na formação das fantasias, Freud (1919/1996b) aponta que, tanto na mulher, quanto no homem, existem impulsos sexuais masculinos e femininos e que, em ambos, tais impulsos podem ser alvo de repressão.

Laplanche (1988b citado por Andrade, 2012), pontua que o masoquismo é recolocado no quadro de manifestações da sexualidade naquilo que esta possui de mais originário: a passividade – que, por sua vez, caracteriza a posição psíquica do infante perante as mensagens enigmáticas emitidas pelo adulto, constituídas no cenário da situação antropológica fundamental (Laplanche, 1992/2008b citado por Andrade, 2012).

Segundo Andrade (2012), na teoria da sedução generalizada, o masoquismo é interpretado como uma hipérbole da passividade infantil. As fantasias da criança seriam um esforço de responder um enigma anterior – a sexualidade. Assim, para o autor: “o masoquismo consiste em resposta, suficientemente organizada, a um imperativo interior provindo do ataque pulsional ao eu. Nessa direção, igualmente à primeira teoria freudiana, é postulado num segundo tempo psíquico, no tempo do *après-coup*” (Andrade, 2010, p. 454).

As traduções dadas a tais enigmas ajudariam a compor o destino da sexualidade no sujeito. O masoquismo, portanto, apareceria como uma saída pela passividade, por uma submissão de traço narcísico, ou ainda, por uma tradução narcísica (Andrade, 2011). O prazer não residiria na dor, mas na capacidade de suportá-la, inclusive, como forma de sobrevivência psíquica frente a maus-tratos; privações e negação de dependência em relação ao cuidador de que faz sofrer. Consiste, portanto, em uma resposta “narcísica e defensiva, complementar e diametralmente oposta ao enigma lançado por um adulto cujas mensagens sexuais inconscientes revelaram traços predominantemente sádicos, no contexto da sedução inerente à relação criança-adulto” (Andrade, 2011, p. 57). O masoquismo seria a solução narcísica complementar e diretamente oposta ao enigma da sexualidade, inconscientemente, formulado por adultos de traços predominantemente sádicos e narcísicos (Andrade, 2012).

Para Laplanche (2008, citado por Andrade, 2011) o masoquismo representa uma etapa da série de movimentos que constituem a própria sedução “com a implantação de

uma “mensagem dirigida ao ego, mensagem ao mesmo tempo não sexual e sexual”, de sorte que “o movimento inicial do sadomasoquismo não é centrífugo, mas centrípeto” (Laplanche, 2008, p. 454, citado por Andrade, 2011, p. 66).

Existiria, assim, na situação antropológica fundamental (atividade versus passividade), um traço intrinsecamente sadomasoquista naquele *a mais* transmitido pelo adulto. Esclarece o autor:

à luz da TSG, o masoquismo pode ser entendido como uma solução, já de caráter narcísico, para o enigma da sexualidade, particularmente quando lançado por mensagens cujo teor seja sádico e, nesse sentido, ressaltando a passividade como resposta complementar e oposta, no jogo de forças, aquele conteúdo provindo do adulto (Andrade, 2011, pp. 66-67).

Freud (1924/1996) menciona que o masoquismo feminino se baseia em um masoquismo primário, erógeno, marcado no prazer no sofrimento. No caso dos maus-tratos, a mãe que agride (física e/ou verbalmente) poderia acreditar estar se deparando com uma criança tomada como extensão de si.

Nesse sentido, para Laplanche (1967-1992 citado por Andrade, 2011), o paradigma da perversão não seria o fetichismo, mas o masoquismo – por sua característica tradutiva. Quando a mãe agride o filho, é possível que tenha revivido mecanismos originários; ela o agride pois está identificada com ele, ou até mesmo, com a capacidade, que cita Andrade (2011), em suportar essa dor.

Welldon (2008) explana sobre como a possibilidade de fecundidade afeta as mulheres e como a capacidade de levar uma criança dentro de si, do próprio corpo, gera efeitos nas relações objetais. No caso de relações perversas, estaria presente a necessidade de dominação, de desumanização, de intromissão, de invasão e de fusão com o outro – na tentativa de controlá-lo. Os bebês, assim, tornam-se alvo. Flores (2010) se vale de Roudinesco e Plon (1998) para complementar esse raciocínio ao dizer “seja porque a criança é destinada a servir de objeto-fetice que tampona a falta em que se especifica o desejo da mãe perversa” (Flores, 2010, p. 139), seja porque “a mulher pode tornar-se seu próprio fetice, numa relação erotomaniaca com o filho. Na condição de mãe, ela se constrói então como um ídolo onipotente e, portanto, um fetice” (Roudinesco & Plon, 1998, p. 237).

Fala-se, aparentemente, de mulheres ditas *normais*; elas são consideradas boas esposas, boas mães, com vida profissional adequada. Aos olhos dos outros, parecem ser muito dedicadas aos filhos. Welldon (2008), nesse mesmo sentido, se refere a uma perversidade encapsulada, disfarçada sob uma personalidade, aparentemente, normal e dedicação ao bebê. Os problemas vão aparecer de modo muito discreto, como uma forma de revestir a máscara da feminilidade (Aulagnier, 1990). Na mão desta mãe, mão que cuida, a criança se torna objeto, objeto de sua própria satisfação, ficando a mercê de sua ação. Ferraz (2010) retoma Stoller (1997) e Chasseguet-Smirgel (1991) para falar de alguns comportamentos maternos e, diante deles, levantam-se as questões: qual seria a mãe que não permitiria ao filho uma separação? Que não permitiria seu ingresso na cena edípica? Que destituiria o pai perante o filho? Que perverteria seu gênero e sua anatomia? (Ferraz, 2010).

Importante considerar que a destruição do outro não se faz apenas por meio da via física, da surra, dos beliscões velados etc... mas, também, da palavra permeada de contradições, de cuidado, de humilhações e escárnio. Um discurso comum pode ser observado: através do *faço tudo por você*, a mãe materializa seu domínio na criança. Seu (suposto) sacrifício, nem sempre necessário de fato, é verbalizado pela mãe como o preço que paga pelo bem-estar da prole. Ocorre, todavia, que esse discurso agrega um prazer para mãe pelo poder que exerce. Seu prazer a qualquer preço é o preço que a criança paga. A mulher

está pronta a pagar muito caro e talvez qualquer preço pelo prazer que ela dá, pois ela transforma esse prazer na única medida reconhecida e válida do objeto do desejo; incapaz de superar a inveja, essa amargura desestruturante que a toma, diante do embuste daquela que para ela encarnou o primeiro desejante, ela demonstrará a si mesma que o ferimento que ela inflige ou que ela se inflige é a única forma de prazer possível, a única via aberta à satisfação do desejo (e nisso ela é igual à posição do perverso) (Aulagnier-Spairani, 1990, p. 95).

Em seus cuidados, a mãe deixa transparecer, afirma a autora, que a criança nada será sem ela; não conseguirá sobreviver. O que se pode empreender disso, entretanto, é seu contrário: a criança é que não pode faltar pois, sem ela, a mãe não sente o prazer sádico. A mãe nega esse processo; ou por ele se dar de modo inconsciente ou por, realmente, acreditar que age pelo melhor. Fato é que, ao negar, coloca o infante em

posição de dependência. A mãe sinaliza que, sem ela, o filho não vai sobreviver pois depende de seus cuidados.

Em qualquer perversão, há a busca, muitas vezes negligenciada, de uma desvalorização no sentido narcísico do termo, do prazer . . . numa espécie de narcisismo ao contrário, parecerá resplandecente a coroa de mártir com a qual se reveste (Aulagnier-Spairani, 1990, p. 96).

Segundo Ferraz (2010), seria uma espécie de versão feminina da perversão a regressão da mulher a um estágio libidinal sádico, encontrado entre o narcisismo e o amor de objeto. Mais do que refletir sobre esta mãe ser perversa, ou não, através de sua sedução ela é quem poderia ocasionar a perversão.

Ao citar Milton (1994), Welldon (2008) sugere que a história de mães que compõe tal ordem foi caracterizada pela exposição a traumas precoces, repetitivos e graves de abuso emocional e físico sofridos por parte de seus cuidadores. Ela pode ter, possivelmente, sofrido na infância de uma “estimulação externa de seu próprio ódio e destrutividade, que passaram a ser erotizado em sua identificação com o agressor . . . como um mecanismo de sobrevivência psíquica” (Welldon, 2008, p. 117). Em complemento, trazendo Martins (2015), numa perversão feminina, a menina teria sido estimulada a alimentar tais sentimentos, em especial, em uma identificação com o agressor. Na impossibilidade da mulher se expressar de outra forma – vez que não se espera isto dela – na tentativa de manter-se no controle, age contra si e/ou suas extensões, no caso, o bebê.

Segundo Aulagnier-Spairani (1990), fala-se de algo da ordem da paixão – aquilo que não pode faltar. Paixão esta que, de acordo com a autora, diz respeito ao vínculo. Explica que toda perversão diz respeito a uma paixão, e a mãe “. . . vê nisso uma espécie de realização ideal que é a sua: ser desejada, ser a única a poder ser desejada, torna-se uma exigência vital para o desejo do outro” (Aulagnier-Spairani, 1990, p. 94). Talvez isso, por si só, algumas correntes teóricas não indiquem a mulher como perversa, entretanto, pode indicar, conforme a autora, qual a via para seu desejo perverter-se. É o momento em que ela pode ser colocada ao lado do perverso, do fetiche, uma vez que o fetichista não tem o que desejar; o falo é ele (o tudo da mãe). Convém lembrar, entretanto, que esta pesquisa tem buscado fugir da lógica binária, do falocentrismo e da

anatomia como o fator preponderante no desenvolvimento psicosexual. Assim, ao trazer a Laplanche e a teoria da sedução generalizada como eixo teórico, apresenta a noção de masoquismo como paradigma da perversão no feminino – afastando-se, desta forma, da noção de fetichismo pautada na lógica fálico-castrada.

Talvez um dos maiores problemas dos maus-tratos maternos seja a dificuldade em reconhecê-los. Seja a dificuldade, justamente, em diferenciar a alteridade da sedução excessiva. Tal como trata, então, a Teoria da Sedução Generalizada (da interação de atividade do adulto e a passividade essencial da criança), nota-se uma relação perversa com a realidade, uma denegação, um saber e um não querer saber.

A teoria da sedução afirma a prioridade do outro na constituição do ser humano e da sua sexualidade. Não o Outro lacaniano, mas o outro concreto: o adulto face à criança. Um adulto perverso? Sim, pode-se dizer; mas perverso intrinsecamente, pelo fato de que suas mensagens são comprometidas por seu próprio inconsciente (Laplanche, 1992b, p. 115).

Segundo Martins (2015), por vezes, as mães não conseguem conter suas pulsões direcionadas aos filhos. Em sua pesquisa sobre o filicídio (embora o foco não seja o caráter perverso da maternidade), a pesquisadora apresenta o fenômeno como um desejo estabelecido no inconsciente, embora escondido, e que pode ocorrer por distintas “causas manifestas que guardam os conteúdos latentes das mães” (Martins, 2015, p. 74). A pesquisa faz um desdobramento frente as possíveis causas que levariam uma mãe a matar os filhos e, dentre estas, são citadas: a vingança contra o cônjuge, dificuldade de estabelecimento de vínculo entre mãe-filho, pensamentos de suicídio, quadros psicóticos. Em cada um destes, uma análise psicanalítica que colabora para compreender o que leva ao filicídio. A grande maioria diz respeito às relações e vinculações estabelecidas com os próprios pais na infância dessas mulheres. A vinculação com essa criança, assim, também estaria prejudicada. O filho poderia ser encarado como esse objeto a serviço de seu desejo. Conforme Martins (2015), como aquele que não foi simbolizado e “não ganhou sentido no aparelho psíquico materno” (Martins, 2015, p. 82). Tudo isso remete, por fim, a uma noção de masoquismo, saindo da esfera do paradigma do fetichismo, superando a problemática fálica.

Ferraz (2010) menciona um Freud que modificou seu entendimento sobre alguns conceitos na teoria da sexualidade e, nesse caminho, “as pulsões deixaram de ser

pensadas como meras tensões corporais que exigem satisfação para se inscreverem em um sistema conceitual no qual se considera que a função primordial da mente é a manipulação de significações” (Ferraz, 2010, p. 37) e isso marcou a perversão como uma estrutura altamente complicada; passa a se tratar, assim, de simbolismos psíquicos também e não apenas de satisfação das pulsões.

Khan (1987 citado por Ferraz 2010), menciona que a mãe do futuro perverso proporciona intensos cuidados ao bebê, todavia, de forma impessoal – ausentes, portanto, as noções winicottianas de *holding* e *handling*, por exemplo. Esta cuidadora estimularia a um desenvolvimento precoce ao mesmo tempo em que estimularia à manutenção de um vínculo primitivo “do tipo autoerótico com ela, fomentado a expectativa constante de receber dela satisfação e, através dela, obter prazer” (Ferraz, 2010, p. 119). Quando adulto, não à toa, sugere o autor, essa pessoa pode passar a rejeitar com hostilidade as tentativas de cuidados maternos. Ferraz (2010) retoma que para Stoller (1986), a perversão seria calcada na raiva, no medo, na vingança – da relação com a mãe. A hostilidade (a da perversão) aparece como tentativa de o sujeito triunfar sobre o outro. Vinga-se da mãe (através das relações com os outros) por ter sido colocado nessa posição de insegurança, de identificação com esta, da qual teme não conseguir escapar. Esta mãe dificulta, portanto, o desenvolvimento emocional do filho tornando-se traumatizante, sedutora (Ferraz, 2010). Tal concepção poderia resgatar a teoria da sedução freudiana ao lado da teoria de Laplanche (1992) sobre uma sedução que excede seus limites por uma instabilidade materna.

De tal significação retoma-se, portanto, a teoria laplancheana em que a sedução generalizada aponta que, enquanto os pais dispensam cuidados essenciais à sobrevivência das crianças, agem, inegavelmente, como sedutores diante da passividade destas, enviando mensagens enigmáticas que podem ter o efeito essencial para constituição psíquica, ou negativo diante da violência intrometida.

3.3.3 Perversidade materna – uma saída?

Martins (2015) apresenta Veree e Garay (2007) como destaque para tratar da influência da mistificação da maternidade como se dotada de um amor incondicional. Essa concepção teria um impacto negativo nas mulheres ao provocar uma sensação de incapacidade e impotência naquelas mães que não consigam agir em concordância com a expectativa social demandada. Em oposição, isto, por si só, poderia já iniciar uma

manifestação de agressividade por parte das mães, agressividade esta que, até então, estava: “recalcada no inconsciente, mas que vem à tona diante da presença da criança, a qual pode se revelar ameaçadora e estressante à mãe, especialmente em condições adversas, como, por exemplo, momentos de choro incessante, enfermidades da criança e educação” (Martins, 2015, p. 71). A pesquisadora ainda apresentou Rheingold (1967) para ponderar que as pulsões filicidas, por diferentes motivos, são existentes em todas as mães.

Trazida aqui como uma ilustração, a *síndrome de Munchausen por procuração*, não é muito estudada e possui pequena literatura disponível. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM refere-se a ela como ‘Transtorno Factício por Procuração’ (TFP). Trata-se de um quadro incomum, porém potencialmente fatal, de abuso infantil. Segundo Silva e Prizskulnik (2013), em tal síndrome, um dos cuidadores, geralmente a mãe, ou simula ou provoca sintomas na criança e, repetidamente, a apresenta para cuidados médicos. Em outras palavras, a mãe propositalmente adoce os filhos, seja fabricando, seja induzindo sintomas. A criança, assim, acaba sendo exposta a uma série de procedimentos desnecessários – dolorosos, invasivos – todavia, em nome do cuidado. Esta síndrome pode ser um exemplo claro do quanto os cuidados podem se tornar maus-tratos⁴⁹.

As referidas autoras citam Fraser (2008) ao descrever que a mãe, nesse caso, mantém a criança doente para ter assegurado seu papel de mãe ideal; sua identidade de cuidadora, desta feita, se forja na doença e na extrema dependência do filho. Neste jogo, a criança, por sua vez, cede à indução da mãe – talvez não sem se perguntar em todo tempo: “ora, o que queres de mim?!” – por medo de vir a perder seu amor. O infante, afinal, foi convocado a pensar que sem essa mãe não sobreviverá.

Aponta Gueller (2006) que no período de 1760, Rousseau (s.n.) naturalizou o lugar da mulher que, como mãe, deveria se sacrificar pelos filhos. Até então, existia uma recomendação de que a genitora agisse com indiferença ao seu bebê. A concepção frente a infância foi se modificando. As crianças já não eram deixadas à sorte; o Estado, a medicina, passaram a cuidar delas. A mulher, portanto, deveria cuidar de seus filhos e colaborar com os serviços médicos prestados de modo a garantir-lhe vida e bem-estar. “O amor materno é reduzido à categoria de instinto, e acende assim ao campo da ciência” (Gueller, 2006, p. 57).

⁴⁹ Vide o livro *Eu não sou doente: a verdadeira história de uma vítima da síndrome de Munchausen por procuração* por Julie Gregory (2004).

Quando em 1912 Duprè (s.n.) apresenta um informe sobre a perversão, incluiu em seu estudo perversões sexuais que tratavam dos instintos reprodutores e, assim, o infanticídio, o incesto, o martírio das crianças e as alterações do amor filial foram acrescidos como desvios (Gueller, 2006). Pontua a autora, diante disso, que perversos são os atos que não tendem à reprodução da espécie.

Nesse sentido, considerando a ideia do amor materno e das categorizações de perversão, a autora se questiona: “uma vez situado o amor materno como um instinto, também se pode definir sua perversão?” (Guller, 2006, p. 58).

Gueller (2006) também discute a *síndrome de Munchausen por procuração*, em que as mães acabam sendo um símbolo de devoção ao tratar com tanto cuidado dos filhos adoecidos. Ocorre que a criança em tal condição acaba sendo objeto da mãe; um objeto para sua ação sádica – ou melhor dizendo, objeto de seu masoquista, quase como um masoquismo transferido. A criança, como já apresentado anteriormente ao longo da pesquisa, torna-se extensão da mãe.

A palavra procuração implica em uma transferência e, dessa forma, Gueller (2006) pondera que muitos elementos acabam permeando tal transferência. Cita que a própria ação sobre o corpo da criança é passada para outra pessoa; à equipe médica os procedimentos dolorosos e invasivos – que, por serem desnecessários, configuram uma violência frente ao infante, como uma mensagem intrometida. Nessa conjuntura, a mãe não age diretamente a praticar um abuso, mas ela o transfere a um terceiro enquanto demonstra preocupação e cuidado; ela deixaria de ser a responsável pelos maus-tratos.

A ideia de um diagnóstico é fetichizada e o médico ocupa a posição de um sujeito suposto saber. Na referida síndrome, a mãe firma um contrato implícito com o médico, usurpa o poder da medicina na tentativa de localizar um diagnóstico que não existe. A autora pondera pela dificuldade que a medicina tem em duvidar da mãe – sua parceira nos cuidados da criança (Gueller, 2006). Zezoni cita que “o real da passagem ao ato com relação ao filho passa para o segundo plano em proveito de uma problemática transferencial mãe/médico cujas raízes deveriam ser encontradas nas carências da experiência infantil e nos preconceitos da sociedade” (Zezoni, 2002, p. 67).

A suposição trazida é de que a mãe da *síndrome de Munchausen* é tida como exemplar em razão daquilo que a sociedade espera das mães, que sejam devotadas, amorosas e comprometidas com os cuidados dos filhos. Por isso a dificuldade em identificar quando é ela quem inicia a prática dos maus-tratos. Nas palavras da autora: “o que se espera hoje de uma mãe? Ou, em outros termos, qual é o ideal materno

proposto pelo Outro social da contemporaneidade?” (Gueller, 2006, p. 64). Assim, o objetivo da mãe nunca é a cura, mas o reconhecimento por sua ação.

A investigação médica que busca, pela via do fictício, seria um “equivalente simbólico do caminho que usualmente a mãe faz para decifrar os signos que seu filho lhe endereça” (Gueller, 2006, p. 65). A busca pelos procedimentos, para a pesquisadora, seria então uma tentativa de suplência, por meio da medicina, para a falha do laço entre mãe e filho. Quando a genitora vai ao hospital, ela pede por amparo e sabe que acolherão seu pedido se ela oferecer signos a serem decifrados pela equipe – como as mensagens enigmáticas. A instituição, por sua vez, na hipótese da autora, poderia ser convocada a ocupar um lugar simbólico, para desempenhar uma tarefa necessária de interditar o gozo incestuoso da mãe e do filho (Gueller, 2006).

Essa mãe recusa sua impossibilidade de ser mãe, “de se situar como Outro para criança, a ponto de apresentar-se como modelo exemplar, ou seja, com vestes que a sociedade identifica como emblemas de mãe ideal” (Gueller, 2006, p. 65). Compõe, assim, a mãe *devotada* que fala Winnicott (1956/2000). A mãe emite mensagens ao filho e aos profissionais e, a tradução necessária de tais mensagens enigmáticas, acaba sendo uma tarefa que ela transfere ao médico. Médico que ratifica sua mensagem de cuidado, deixando a criança ainda mais confusa, submetendo-a a novas violências.

Manter uma criança doente poderia assegurar à mãe o papel de mãe ideal. Uma cura não poderia ser buscada de fato pois isso a faria perder sua identidade (Silva & Prizkunlik, 2013). A criança, assim, em um contexto frequente de sofrimento e (pseudo) possibilidade de cura, ficaria submetida a uma constante contradição. As mensagens emitidas pela mãe até tentam ser traduzidas pelas equipes médicas, contudo, sem sucesso. O cuidado violento da mãe é que faz a criança adoecer.

Ainda que Gueller (2006) não tenha definido (embora questionado) que a mãe dos maus-tratos quando da *síndrome de Munchausen* seja uma mãe perversa (assim como também considerou sua vertente psicótica e histérica) – que usaria a medicina para se beneficiar de sua posição de mãe –, suas palavras levam a ponderar se a associação direta entre maternidade e devoção amorosa inata pode ser perigosa.

Uma das hipóteses levantadas para a ocorrência de tal síndrome seria uma inadequação da mãe frente aos conflitos com sua própria cuidadora, possivelmente, na seara de sua própria perda materna. Haveria, também, a possibilidade de um gozo masoquista que imprime dor na tentativa de preservar a própria identidade em um jogo identificatório.

Já que Freud pouco fala em perversão senão em relação à sexualidade, torna-se interessante usar o termo perversidade, antes mesmo de perversão, "para qualificar o caráter e o comportamento de certos sujeitos que demonstram uma crueldade ou uma malignidade singular" (Laplanche & Pontalis, 2001, p. 341).

De modo geral, os autores não falam de uma perversão feminina, mas de correlação. O desejo só existe a partir do momento em que o sujeito se torna castrado e a mulher já nasce castrada.

A mulher se coloca em uma função dupla, tal qual a ambiguidade das mensagens enigmáticas que são emitidas para as crianças: assim, ao mesmo tempo que se ajusta à realidade (cuidando da melhor forma possível da criança), pode se ajustar à satisfação da pulsão agressiva (imprimindo maus-tratos durante os cuidados). Ferraz menciona, assim, uma espécie de versão feminina da perversão em que pode ocorrer uma "regressão a um estágio libidinal sádico, localizado entre o narcisismo e o amor de objeto" (Ferraz, 2010, p. 46).

Winnicott (1956/2000) se lançou em uma estratégia diferente na psicanálise. Para ele, o complexo de Édipo não é a pedra angular de todas as angústias e distúrbios que acometem a homens e mulheres. Segundo o autor, a ideia de homem deve estar ligada a uma teoria de desenvolvimento, de amadurecimento. Para tanto, o Édipo não é o central, mas sim a condição de dependência do ser humano; sua fragilidade e sua necessidade primordial de outro ser humano para poder existir. Essa relação de dependência diz respeito à mãe, a uma maternagem e, não necessariamente, a uma relação à três⁵⁰. Da condição de dependência inicial que surgem, de tal modo, as necessidades do bebê. Freud, nesse sentido, também pontua que o primeiro objeto de amor da criança, independente de seu sexo, é a mãe.

Na devida proporção de uma comparação, a discordância da centralidade do complexo de Édipo para a constituição do ser humano também pode ser vista em Laplanche (1998b), já que, para este, a universalidade se dá na teoria da sedução generalizada.

Quem pode seduzir, nesse caso, é a mãe. E não se trata de uma sedução apenas no campo da fantasia; ela é real, já que a mãe, de fato, pelos seus cuidados físicos pode

⁵⁰ O autor não se ocupa em falar propriamente de um conceito de perversão, ou ainda, de uma perversão na maternidade. Na realidade, Winnicott trata de uma mãe que não é suficientemente boa – psicótica, atormentadora – ou de uma mãe que se ausenta. Apresenta, assim, os prejuízos e as consequências que a falta da mãe suficientemente pode trazer para a criança. Alguns textos que tratam sobre a tendência anti-social e o uso do objeto podem ajudar a ampliar essa leitura, a citar: *Privação e delinquência* (1984) e *O brincar e a realidade*.

provocar e despertar sensações, prazer e questionamentos nas crianças. Martinez (2010) explica que

desde os textos sobre a feminilidade de Freud, a histeria não se refere apenas a uma sedução fantasmática do pai, mas toma a mãe como objeto de amor e de satisfação, e como consequência de frustração. Prazer e horror parecem se entrelaçar, por vezes, em algumas relações entre mãe e filhos, em particular com filhas – no caso da histeria (Martinez, 2010, s.n).

É assim que, aos poucos, não é preciso falar de uma perversão feminina, pois a mulher, a mãe, estará ainda sob efeitos de recalçamento, ainda que seja de um recalçamento social. A violência não é permitida⁵¹, logo, a cuidadora poderia praticá-la através da sedução necessária para a sobrevivência da criança – no papel de mãe devotada, na *sedução materna primária*.

Martin-Lavaud (2014) menciona ser comum em casos de queixas escolares graves que a referência da criança seja apenas a mãe, não pela ausência do pai, mas porque ele acaba sendo mantido à distância no discurso materno, não deixando escolha para que a criança não seja ligada apenas à mãe. A autora, assim, nota uma relação de poder que esta mãe exerce em casa e sobre a criança (não sem deixar efeitos adversos). Para a Martin-Lavaud (2014), é possível discutir uma perversão materna tanto a partir de uma estrutura quanto de uma inclinação (como uma montagem, uma posição ao lado do desejo).

Citando Lacan, Martin-Lavaud (2014) pontua que as mulheres acabam exercendo relações excessivas não com outras pessoas, mas com seus próprios filhos: “se há menos perversões nas mulheres do que nos homens, é que elas geralmente satisfazem suas relações perversas em suas relações com seus filhos” (Lacan, 1959-1960 / 1986, p. 530 citado por Martin-Lavaud, 2014, p. 707).

Segundo ela, a família acaba se organizando centrada no desejo da mãe, estando o pai, ou outra figura masculina, ausente. A palavra paterna não é endossada por esta mulher e, na realidade, essa mulher tampouco ocuparia um lugar materno – poder-se-ia fazer menção à preocupação materna primária de Winnicott (1956/2000)? – mas um lugar de sedução.

⁵¹ Conforme as discussões sobre gênero, a violência não é permitida, não é bem-vista no campo feminino, particularmente quando se fala de mães.

Martin-Lavaud (2014) apresenta uma mãe que domina a criança e a insere numa fantasia edipiana que destitui o poder paterno. A lógica fálica, da castração, do Édipo, não está ausente, mas anulada pela palavra materna. O filho ocuparia um estranho lugar no desejo materno de modo a satisfazer seu prazer de forma infantil, como um objeto. O filho ali está para seu capricho e, assim, pode ser descartado a qualquer tempo.

Embora difícil de ser percebido, um impulso filicida, segundo Martins (2015), é parte do inconsciente de qualquer ser humano – homens ou mulheres. Notou-se que, em muitos casos, a morte da criança não ocorre por mera negligência materna ou por um descuido acidental, mas por investimentos pulsionais tão intensos nessa criança que ela passa a ser vista como um prolongamento de si – a quem tem controle; como um objeto. A criança, que depende do outro, passiva, tantas vezes, não consegue escapar desse mote pulsional – que se intromete no psiquismo do infante de modo violento.

O bebê desperta várias reações nas pessoas, a grande maioria, de carinho e fofura que pode ser expressada por atos, à primeira vista, contraditórios. Assim, a exemplo, diante de uma perna roliça, a vontade de morder. Diante de um cheiro suave, a vontade de apertar. A *sedução materna primária* vai ser expressar por essa via; a criança precisa desse olhar para sentir-se querida e se organizar psiquicamente. Ocorre que, morder não implica em devorar; apertar não pode ser sufocar. A adequada pulsão, a sedução (da, para alteridade) tem um limite (dado pelo recalçamento, pelas forças do superego); ela não escapa da fantasia para ser executada. Em menção a Aulagnier-Spairani (1990), o bebê não pode ser consumido, de fato, por esse desejo.

Algumas mães, contudo, ausente esse regramento, podem deixar com que a pulsão irrompa e tome conta. Por vezes, isso pode se dar de modo bastante sutil, manifestado assim, em situações do cotidiano. A mordida no pezinho do filho pode não ser carinhosa, seguida de um beijo, um sorriso e uma conversa amorosa; mas voraz ao ponto de deixar marcas no corpo e na psique da criança exposta.

Se para o homem, segundo Aulagnier-Spairani (1990), o véu situa-se entre gozo e ausência de gozo, para a mulher, o véu situa-se muito mais entre prazer e dor. Ela esconde sua dor para se apresentar ao outro como fonte inesgotável de prazer. Ela recusa a possibilidade de um limite a seu poder; ela detém um controle. É nesse jogo que a sedução pode se dar perante a criança; em uma ambiguidade entre proteger e violar; entre diminuir-se e engradecer-se. De toda forma, é dela o poder e, lembra o autor: “. . . o perverso não perde o controle . . .” (Ferraz, 2010, p. 85).

Clavreul (1990) alerta que o perverso é capaz de falar sobre amor, falar sobre sentir amor, ainda que não saiba amar; ele traz uma “alegação amorosa para . . . que se poste diante de nós para justificar sua prática perversa” (Clavreul, 1990, p. 117). Seria possível falar da mãe que não perde o controle exacerbado, a exemplo, que cumpre sua função como um nomeado sacrifício, portanto, inverte suas práticas carregadas daquele excesso que Laplanche assevera, alegando amor pelo filho. Ela o toma e, conforme citado por Aulagnier (1990), o engolfa.

Conforme Ferraz (2010), o interesse do perverso situa-se na sedução e não no amor. Aulagnier-Spairani (1990) cita que é o amor quem separa, em grande parte, a raça humana das demais, principalmente, no que se refere à satisfação das pulsões. A criança, para esta mãe, é tomada como seu objeto de controle e não necessariamente seu objeto de amor.

Welldon (2008) acredita que, por vezes, uma mulher escolhe ser mãe devido a razões (inconscientes) perversas. A mulher, de algum modo, saberia que atingindo a maternidade também atingiria, automaticamente, o papel de comando e controle total de outro ser vivo que, obrigatoriamente, necessita se submeter a ela para sobreviver, seja biológica e emocionalmente. O bebê precisa ser atendido e fica submetido “às exigências da mãe, não importando o quanto inapropriadas possam chegar a ser” (Welldon, 1998 citado por Welldon 2008, p. 119).

É por esse caminho que a autora fala de uma maternidade perversa, sendo esta, produto de uma instabilidade emocional e inadequada individuação em decorrência dos excessos sofridos, quando criança, por parte de seus cuidadores (Welldon, 2008).

Toma-se, segundo Araújo (2010), que a saída que o perverso encontra para recusa pressupõe um mecanismo de cisão no ego, recusa esta que é da realidade. Esse princípio nada mais é do que uma solução defensiva de forma a contornar a realidade. Com efeito, isto leva à confusão entre os papéis, como por exemplo, a difícil delimitação de quem é bom ou ruim, o certo ou errado – o que, para criança, pode perfeitamente acontecer quando se depara com a cuidadora ambígua.

Ao questionar uma perversão feminina, Aulagnier-Spairani (1990) fala sobre a importância de não desconsiderar essa possibilidade. Nas palavras da autora: “. . . jamais poderemos dizer que a questão da perversão não nos concerne, pois temos certeza de que ela, de qualquer forma, nos concerne” (Aulagnier-Spairani, 1990, p. 96). Isso seria suficiente para definir mães, mulheres, como perversas ou auxiliária a compreender que não escapam ao campo do humano?

É possível retomar o entendimento freudiano do estranho – que se encontra na esfera do humano (Freud, 1919/1996a). Afirma o autor que o estranho “é aquela categoria do assustador que remete ao que é conhecido, de velho, e há muito familiar . . . o familiar pode tornar-se estranho e assustador” (Freud, 1919/1996a, p. 238) justamente por ser próprio de cada um. Aquilo que há de hostil, de feio, de pulsional – e que foi recalçado – pertence a todos e é reconhecido no outro, gerando a tal estranheza – pela própria negação do que se sente. No âmago disso está a sensação de desamparo (por sua vez, bastante ligada à função materna), a qual todos querem evitar; o estranho revela nosso próprio afeto reprimido (Freud, 1919/1996a).

Ora, se fora visto acima que a civilização surge como forma de auxiliar no controle das pulsões e que, neste contexto, o Direito aparece para distinguir “em matéria de sexualidade, as práticas legais das ilícitas . . .” (Roudinesco, 2008, p. 138), falar-se-ia de mulheres que não cederam ao campo do civilizatório e, por isso, deixam-se irromper por suas pulsões frente às crianças?

Aos poucos nota-se, portanto, que não é essencial saber se esta mulher, se esta mãe compõe a ordem da perversão, da perversidade. Pode ser escopo da Psiquiatria, da Psicologia, da Justiça. Relevante é a compreensão, independente da categoria a que seja atrelada, é que a mãe está na posição do adulto, logo, é ela a responsável pelo que ocorre à criança.

Todas as mães compõem um enigma constante para a criança, porém, a mãe que maltrata forma um enigma que requer um esforço de tradução que esgota o infante, lhe suga e atormenta. Os assistentes de tradução, nesse caso, não a favorecem – não é esperado que mães assim ajam. Quanta angústia traz um enigma sem resposta. Quanta culpa pode portar um infante que não ocupou o lugar para atrair a sedução materna primária.

Talvez, por fim, mais importante do que entender em qual órbita habita essa mulher, seja questionar se a mãe desta ordem, de seus traços perversos, sedutores em detrimento de uma alteridade normal, poderia imprimir quais consequências para as crianças. Afinal, qual lugar ela ocupa na fantasia desta mãe? – pergunta esta que vai sempre complementar a questão originária: *o que queres de mim?*

3.3.4 Louca ou má?

Em meados do ano de 2018, uma notícia⁵² foi veiculada sobre a morte de uma criança. O menino, de 09 anos de idade, assassinado pela mãe, foi golpeado com doze facadas; a primeira delas, enquanto o infante dormia. A vítima teria acordado, ajoelhado e sido segurada pela madrasta para receber os próximos golpes. Sua cabeça foi arrancada do corpo (ainda com vida) – que foi desmembrado. A churrasqueira da residência foi encontrada acesa; tinham intenção de queimar o corpo para facilitar o descolamento entre carne e osso e, depois, triturar os ossos. Os olhos também foram arrancados e os órgãos não foram encontrados. Toda pele da criança foi retirada e também seria queimada para, posteriormente, ser descartada em um vaso sanitário. Não conseguindo executar tal ação, as partes do corpo foram guardadas em duas mochilas escolares de cor rosa. O crime foi descoberto quando jogaram uma das mochilas em um bueiro; elas já tinham lavado toda a casa. Um ano antes disso, o menino teve seu pênis cortado em um procedimento caseiro. A genitora justificou que o filho queria ser uma menina. Ele nunca foi levado ao médico para cuidar desta ferida. Segundo informação, ao lado da companheira, a genitora praticava constantes maus-tratos (como negar alimentação), torturas e humilhações ao infante. A filha da companheira (com 08 anos), ao que tudo indica, também sofria as mesmas violências. Mantidas em cárcere privado, as duas crianças eram obrigadas a manter relações sexuais entre si. Não frequentavam a escola há dois anos. Questionada sobre a razão do ato, a genitora relatou que sentia ódio do filho – fruto de um estupro sofrido pelo ex-marido. Disse que sabia exatamente o que estava fazendo; que seria hipocrisia alegar o contrário, mencionando que a morte do filho era a única coisa que passava por sua cabeça. Ela não tinha intenção de fazer a mesma coisa com a filha da companheira.

A companheira, por sua vez, afirmou que a mãe estava decidida a se livrar do infante pois não queria mais que ele existisse; queria que a criança desaparecesse e todo processo foi feito com essa finalidade. Contou que ajudou no ato pois tornou-se totalmente dependente da companheira (vez que não mantinha outros vínculos), sentindo medo de vir a perdê-la. A companheira disse ter entrado em desespero e que isso dificultou a execução do plano, fazendo com que decidisse por se entregar à polícia.

⁵² Disponível em <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/06/03/justica-mantem-prisao-de-mae-e-companheira-suspeitas-de-matar-menino-de-9-anos-no-df.ghtml>

Segundo o genitor do menino, o ex-casal estava separado há cinco anos. Ela morava na residência do ex-marido e sogros, saindo de lá quando a família paterna do garoto quis pedir sua guarda. Diante da notícia da morte, o pai pareceu preocupado com o gasto pelo traslado do corpo. Eram os avôs quem buscavam, ativamente, pelo menino.

Este caso apresentado se, por um lado, foge de um dos princípios trabalhados até agora, de que os maus-tratos se vestem de cuidados na mão da mãe, por outro, ilustra um outro eixo: a necessidade da desarticulação da mulher e mãe enquanto incapazes de ferir. Indaga-se, aqui, se tal genitora possa ter agido por vingança ao *ser mulher*. Embora tenha relatado que planejou a morte do filho por não suportar a ideia de vê-lo como resultado de uma violência sexual, sua vingança não foi contra o marido. O filho, fruto de estupro, também é filho da violência que ser mulher significou para ela. A imposição daquilo que se espera da mulher, da mãe, do feminino – como pode ser visto no segundo capítulo deste estudo – pode tê-la cercado de perversidade. A represália ao feminino, inclusive, pode ter se dado na modificação de sua apresentação física, estética, que naquele momento, assemelhava-se aos atributos considerados masculinos – vestes, corte de cabelo. Pode ter, por meio deste atributo, externalizado sua masculinidade, afinal, como visto com Laplanche (2015), os órgãos genitais não ficam a mostra. Para a criança, a diferenciação do gênero se faz antes da observação da genital, por meio da identificação dos papéis sexuais.

Se retomada a teoria freudiana, a noção presença-ausência, seria possível dizer que a mãe praticou uma castração que extrapolou o plano da fantasia. O corte, citado por Freud (1919/1996b), quando da diferença dos sexos, foi real. Contudo, não se trata apenas de castrar, mas de dilacerar, destruir o outro – o que está além da ordem fálica, noção contemplada na teoria laplancheana. A genitora desejava a morte, a aniquilação. O filho ali estava como extensão de si, alguém que podia ferir. Tem-se, portanto, conforme apresentado nesta pesquisa, a expressão de um masoquismo como o paradigma da perversão materna.

Quando castrou o filho, sob alegação de que era um desejo dele, pode ter se visto identificada. De acordo com a teoria freudiana, muitos poderiam questionar se a inveja do pênis teria sido uma motivação. O filho, a quem não deseja, possuindo seu objeto de desejo: um falo. Falo este que, segundo a mãe, a criança não o queria. Por quê? Seria uma tentativa de identificar-se com a genitora e, assim, ser visto e amado por ela? Um

ódio pode ter sido despertado pela não aceitação de que a criança não valorizava um atributo tão cobiçado: um falo.

A filha da companheira (com 08 anos), ao que tudo indica, também sofria as mesmas violências. Talvez esteja viva por, de antemão, já ser castrada. Ela já havia sido punida, logo, poderia ser poupada de uma retaliação tão drástica – mas não de outras, ao que parece. Talvez o menino tenha percebido que a menina era menos submetida a maus-tratos e, assim, tentou equiparar-se a ela; a mulher ficando ao lado da vida – como se espera socialmente.

Apesar disso, a menina foi envolvida nas diferentes violências ocorridas no seio doméstico – seio mau; como diria Klein. O cárcere privado não cerceava apenas a liberdade, mas servia como exercício de poder, de aflição, de medo e mantinha oculta a violência exercida sobre todos os membros – pessoas e corpos.

Nesse sentido, na tentativa de esconder, chama atenção o fato da mãe arrancar os olhos do filho. Sem os olhos não se vê. Impossível não lembrar da brincadeira muito comum em crianças pequenas que, em razão de seu pensamento mágico, fecham os olhos e acreditam que o objeto, a outra pessoa, tenha desaparecido. Cena corriqueira esta: um adulto tampa os olhos da criança ou tampa seus próprios olhos diante do pequeno; ele mesmo os descobre e verbaliza *achou!* e a criança sorri – o objeto foi recuperado. Quanta alegria é vista, entre infantes, na brincadeira de esconder; a graça, na verdade, está em encontrar, em recuperar o que havia desaparecido. A mãe, nesse caso, poderia ter arrancado os olhos na tentativa de fazê-lo desaparecer – como desejado – ou, na tentativa de ela mesma desaparecer para ele. Não ser vista significaria seu desaparecimento, a tentativa de eliminar esta condição inaceitável de ser mulher e de ser uma mulher que foi violentada, ou ainda, tentativa de não ser vista como objeto de outrem. É possível pensar, ainda pelo raciocínio freudiano e laciano, na associação entre os olhos e seu caráter sexual, característica ligada diretamente à perversão sexual, ao exibicionismo, como lembrado por Clavreul (1990).

Quase irônico pensar que, no momento em que tentava se desfazer de parte do corpo, foi vista – o que levou à intervenção da polícia. Exibiu-se em demasia; foi descoberta. Como no mecanismo do exibicionista, o falo ficou à mostra, ou nesse caso, a falta. Foi vista, como são vistas as pessoas em um espetáculo e, assim, faz lembrar Laplanche (2015) quando cita as performances de gênero.

Ainda que inevitável pensar neste caso sob um olhar da lógica presença-ausência, fálico-castrado, cerne da teoria freudiana, é preciso considerar uma expressão

de masoquismo; de uma mãe colocando o filho como extensão de si – e não como substituto fálico, como Freud diz.

Segundo Andrade (2012), na teoria da sedução generalizada, o masoquismo é tido como uma hipérbole da passividade infantil. As fantasias surgem como uma tentativa de traduzir, de responder um enigma anterior: o da sexualidade. Segundo o autor, o masoquismo é único, individual, organizado e surge como resposta a um ataque pulsional ao eu.

Serão, portanto, as formas pelas quais esse eu responderá aos enigmas que decidirão boa parte dos destinos do erotismo – sendo o masoquismo uma delas, na qual, paradoxalmente, é pela passividade e submissão que uma autonomia, de traços fortemente narcísicos, manifesta-se (Andrade, 2012, p. 454).

Cada um dos passos desta mãe poderia ter um significado; a forçosa relação sexual entre as crianças, por exemplo, como sendo o polimórfico perverso posto em ação. Ou ainda, o fato da pele do menino ter sido retirada. A pele diz respeito direto ao contato; sentir a pele da mãe – e seu calor, cheiro – é algo importante para a criança, tanto em termos fisiológicos quanto afetivos e, inclusive, diz respeito ao *holding*. Ao retirar a pele, esse toque de ternura, tal intimidade, é cortada.

Conforme menciona Andrade (2012), a teoria laplancheana apresenta que o masoquismo consagra a passividade original de todo ser humano, presente na cena violenta do caso em tela. Em suas palavras:

o masoquismo é repostado no quadro das manifestações da sexualidade, no que ela tem de mais originário: a passividade que caracteriza a posição psíquica da criança diante das mensagens enigmáticas (Laplanche, 1992/2008b) constituídas no cenário da situação antropológica fundamental (Andrade, 2012, p. 454).

Como já aludido, no caso do masoquismo, o prazer não reside na dor, porém, em na capacidade de suportá-la – seja psiquicamente, fisicamente, ou para negar uma dependência daquele que faz sofrer (Andrade, 2012). Quando o autor cita um analisando que fora espancado pela mãe durante a infância, pontua que aquela genitora, provavelmente, substituía o homem pelo filho e, assim, “invertia sua passividade erótica na atividade violenta contra as crianças” (Andrade, 2012, p. 256). Nota-se, no caso trazido, talvez uma tentativa de resgate desta genitora a uma cena primária – não a

originária, mas aquela do abuso sofrido, momento de passividade frente à violência sofrida.

Assim, à luz da TSG, o masoquismo pode ser entendido como uma solução, já de caráter narcísico, para o enigma da sexualidade, particularmente quando lançado por mensagens cujo teor seja sádico e, nesse sentido, ressaltando a passividade como resposta complementar e oposta, no jogo de forças, àquele conteúdo provindo do adulto (Andrade, 2011, pp. 66-67).

O menino, após a primeira mutilação, nunca foi levado ao médico para cuidar desta ferida – possivelmente, nem de outras, físicas ou psíquicas. Foi exposto a torturas das mais diversas. Fazer desaparecer o filho era a única solução. Planejou, executou. Não perdeu o controle, por outro lado, a companheira – seduzida, aprisionada, controlada – sim.

O presente caso não foi trazido na intenção de definir uma estrutura para tal mãe, mas para ilustrar o quanto a ideia de uma feminilidade fechada por uma expectativa social, o quanto uma violência sofrida – justamente pelo fato de ser mulher – pode repercutir, também, de forma violenta para genitora. Embora essa ilustração seja trazida para falar, mesmo que brevemente, da questão do feminino, convém esclarecer que não se desconsidera a gravidade, a brutalidade da violência sexual cometida, bem como a reprovabilidade da conduta do autor da agressão. Ao contrário disso, a situação é trazida, justamente, como exemplo do quanto a violência sofrida foi desestruturante para essa mulher.

Também insta mencionar que este exemplo exposto – da ação da genitora frente ao filho – do mais extremo, não é comum. No cotidiano da atividade forense é possível observar várias mães que praticam maus-tratos de ordem física e psicológica com seus filhos, muitas vezes, de modo muito sutil. Aqueles que não nos saltam aos olhos, por vezes, agregam violências, através das mensagens enigmáticas emitidas, tão ou mais nocivas que uma violência explícita. Entre tantos casos, são trazidos alguns como ilustrações, a exemplo:

A mãe que deixava o filho bebê no quarto ao lado enquanto se prostituía e que tentou vender a criança (momento em que o infante foi acolhido institucionalmente,

irritando a genitora, que exigia rapidez da Justiça para que *seu problema* fosse resolvido.

Uma genitora que (já tendo perdido a guarda de um filho, cujas filhas mais velhas saíram de casa quando puderam) obrigava a filha caçula, em troca de moradia, a praticar relações sexuais com o padrasto – enquanto assistia.

Teve, ainda, a mãe que convocava o marido (que foi processado criminalmente por isso) e também pai (a quem controlava) a surrar e torturar (comer o vômito, amarrar na árvore) o filho desobediente e traquina, enquanto ela ria da situação.

Ainda, a mãe (que já praticava outras violências com outros filhos, levando um deles a tentar suicídio) que alimentou um dos filhos bebê, já com sobrepeso, até que engasgasse e morresse. Tal caso pode ser considerado como um significativo exemplo de uma mensagem enigmática – a alimentação que deveria nutrir a vida, aniquilou a criança.

A genitora que após ter os filhos acolhidos e prometeu tratar o uso abusivo de psicoativos para reaver a guarda, mas nunca compareceu a qualquer serviço da rede de proteção e se negava a realizar exames toxicológicos de rotina. Nesse último caso em particular, é possível resgatar o entendimento trazido por Noaille (2002, citado por Belo, 2012b) de que a experiência toxicomaniaca responde à violência materna. A droga fornece ao sujeito um paraexcitação, uma forma de filtrar “a incandescência das representações incestuosas e dessa forma conter a excitação desestruturante” (Noaille, 2002, p. 104 citado Belo, 2012b, p. 430) ou seja, a droga forneceria ao indivíduo um arranjo de proteção diante dos efeitos da sedução enlouquecedora desta mãe.

De modo geral, notam-se mães que emitem mensagens demasiadamente violentas, mensagens intrometidas e desacompanhadas de recursos de tradução. Compõem um núcleo indecifrável para criança tamanha sua ambiguidade pois, ao lado de uma promessa de cuidado, ações de violência das mais diversas. Para ter onde morar, se submeta à violência sexual; fará tudo por você, e foge; tenta educar, mas faz com que seja agredida pelo pai (enquanto acha graça) etc...

Queiroz (2002) lembra que pouco se considera e se dedica a clínica, a literatura, a uma perversão feminina. Alguns trabalhos até tratam do tema, enfatizando o quanto “a mulher se implica na perversão, mas sempre em relação ao desejo masculino” (Queiroz, 2002, p. 94). A autora faz uma retomada da obra freudiana, lembrando que, embora o pai da psicanálise tenha feito uma distinção entre propriedades do masculino e do feminino ao falar de perversão, pontuou que a fantasia é comum aos dois gêneros.

Considerando que o feminino se comporta de modo diferente perante a constatação da castração materna, é de se supor que a perversão feminina teria conotação distinta da masculina, bem como distinta na maneira como tomam o corpo como instrumento. Para pensar uma perversão no feminino, segundo a pesquisadora, o foco estaria não no sentido do desvio sexual, mas no perverter (desviar-se do caminho ou do destino) a libido (Queiroz, 2002).

Perrier e Granoff (1979 citado por Queiroz, 2002), apontam a homossexualidade e a maternidade como as duas vias de escoamento de traços perversos na mulher. Para eles, o amor materno poderia se manifestar pela sublimação e/ou pela vertente perversa.

Argumentam que, por tratar-se de uma relação não fundada sob o registro da lei, ela se torna menos protegida e por isso mais vulnerável à instalação de pactos perversos. A mãe narcisista, por exemplo, na impossibilidade de reconhecer a falta, faz do seu bebê um objeto de recobrimento desta (Queiroz, 2002, p. 97).

Ainda que não desconsidere tal argumentação, Queiroz (2002) levanta hipótese de uma variação da perversão feminina em que se encontra não apenas o desvio da libido para o corpo ou a negação da castração, mas também a manifestação de uma perversão manifestada no discurso e no corpo.

Para teoria da sedução generalizada, o masoquismo é considerado o paradigma da perversão – além das limitações anatômicas, da lógica fálico-castrado – e, segundo Andrade (2011) “O masoquismo é, pois, enigmático em sua forma e em seu conteúdo” (Andrade, 2011, p. 64). Portanto, explicita o autor que as ações do masoquismo são cenas em que se faz preciso destacar o traço tradutivo e enigmático da sexualidade e, para tanto, “o corpo (masoquismo erógeno), a fantasia (masoquismo feminino) e a relação (masoquismo moral) precisam ser considerados, e não o são” (Andrade, 2011, p. 64).

O recalçamento é típico da neurose histérica e, para Queiroz (2002), em sua insuficiência ou falência, poderia haver um escoamento da libido para o corpo, mas de outra natureza, comandado pelos processos primários. Conforme também já mencionando por Martin-Mattera (2014), a perversão feminina, neste entendimento, poderia estar próxima do quadro de manifestações históricas: “aquilo que não passou pela barra do recalque pode retornar ao corpo” (Queiroz, 2002, p. 106). Por vezes,

então, a mulher pode incluir em seu próprio corpo inscrições que precisam ser decifradas, traduzidas – como o enigma do ser feminino – lembrando as mensagens implantadas da teoria laplancheana. Tais inscrições poderiam, no caso da mãe, ser estendidas ao filho em um misto de prazer e dor, e uma vez demasiadamente excessivas, poderiam desorganizar o psiquismo da criança – que não entende o que é dado a ela e o que se espera dela. As perversões maternas, portanto, estariam naquilo que escapa da mãe – pelo contexto social, pela expectativa do feminino –, que extrapola a alteridade e penetra agressivamente na criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento em que tal pesquisa foi idealizada, em seus primórdios, a intenção era proporcionar uma reflexão, quase um alerta, para cessar a comum negação de que mães seriam incapazes de maltratar seus filhos. Justamente por intentar a reflexão, esta pesquisa apresentou incontáveis questões, muitas delas não respondidas. Mesmo necessitando, ainda, de maior amadurecimento – teórico e profissional – este trabalho teve como intenção gerar entendimento de que a postura materna, disfarçada de cuidado, também poderia ter um lado perverso. Apontar por uma perversão ou perversidade não era o foco, mas propiciar o entendimento de que quem dá a possibilidade à vida (através da sedução necessária) também pode levar à destruição.

A rotina de trabalho na seara jurídica faz com que essa última possibilidade seja vista frequentemente – apesar do imaginário social ainda resistir a tal realidade. Não se pensava, inicialmente, que para chegar a tal ponderação, seria necessário percorrer um caminho extenso sobre questões ao gênero, dos papéis sociais. Para tanto, foi preciso dedicar um momento (segundo capítulo) para discutir o tema da feminilidade e sua associação com a maternidade, inclusive, para facilitar o entendimento deste citado imaginário social diante do que se espera de mulheres e mães. A teoria laplancheana também foi utilizada nesse momento, principalmente em referência ao *socius*.

A mãe que pratica violência, ou estaria louca ou perturbada e, assim, e apenas assim, seus maus-tratos poderiam ser compreensíveis. Do contrário, a negação de que uma mãe, em toda sua presumida bondade e doação ao filho, o faria mal.

O primeiro capítulo apresentou aporte, fundamentação para compreender as formas com que a mãe, a cuidadora, poderia imprimir violência à criança – que dela depende. A teoria da sedução em Laplanche (1998) foi trazida como referência para falar sobre a tênue linha entre o cuidado e a sedução. Nesse viés, o entendimento de Winnicott (1956/2000) sobre o papel fundamental da mãe no desenvolvimento do bebê, foi trazido com possibilidades de aproximação da teoria laplancheana.

Conceitos como a *preocupação materna primária* e a *mãe suficientemente boa* foram apresentados. O entendimento da *mãe devotada* também foi importante para compreender que a mãe sedutora, que viola, não necessariamente vai praticar atos notoriamente agressivos no campo físico, mas imprimir marcas violentas ao infante à medida que cuida – não fugindo do estereótipo de mãe dedicada.

Neste ligante, alguns temas discutidos por Laplanche foram resgatados. Através dos cuidados, a mãe poderia transmitir um *algo a mais*, para o qual a criança não estava preparada, e que poderia ter efeito nocivo. A *sedução* que levaria à *alteridade*, à entrada ao psiquismo, seria substituída pela sedução perversa, de aniquilação (como mencionado por Winnicott, 1956/2000). A compreensão do que seriam as mensagens emitidas – *enigmáticas; implantadas e intronéticas* – quando a mãe manipula a criança no cotidiano, os sinais e ruídos presentes nos cuidados, permitiu a associação com o que há de perverso no papel das mães – foco do terceiro e último capítulo. Neste contexto, foi forjada a expressão *sedução materna primária* para indicar o lado perigoso da maternidade em detrimento de uma alteridade esperada.

Laplanche (1992b) trata da sedução originária como fundamento para outras seduções: a precoce e a infantil. O enigma emitido na relação assimétrica entre infante e adulto-cuidador compõe a dualidade (e por que não dizer quase uma díade, em referência a Winnicott?!) atividade-passividade; prazer-dor. O *adulto-outro-enigmático*, que normalmente costuma ser a mãe, é quem penetra, com seu inconsciente, a criança que dela necessita para sobreviver e entrar no mundo real e simbólico. Nota-se, assim, uma sedução necessária; traumática em dada medida, porém, estruturante – ao lado da alteridade.

Por outro lado, essa sedução pode extrapolar aquilo que se vê como fundante; tendo um teor muito agressivo, assim, penetrada excessiva e talvez até propositalmente, pode chegar à criança de modo violento.

Mezan (1998 citado por Roman, 2013) aponta que a sedução possui um toque estético (cabe aqui apenas lembrar que, já nesta pesquisa, foram feitas ponderações sobre o tema da estética e da feminilidade trazido por Freud) através do atrair, fascinar, encantar – termos que sugerem prazer e que estão, de alguma forma, propensos a resgatar uma ideia de feminino. Quem seduz, assim, deixaria a impressão de que não haveria outra possibilidade de se alcançar prazer senão por ele. Essa noção inclui uma dose de perigo: para satisfazer a si, o sedutor aprisiona e domina o outro através de uma imagem dócil e atraente, por vezes de atenção e cuidado, todavia, um tanto perversa – haja vista o controle que exerce, inclusive, por sua relação de poder.

Novamente a expressão artística é trazida como forma de expressar a complexidade das relações humanas, por vezes de modo corriqueiro e pouco perceptível, tamanha naturalidade com que nos toca. Convém lembrar da música

Garotos do cantor e compositor Leone que pode ilustrar uma cena de sedução infantil mesclada com uma sedução feminina adulta:

Seus olhos e seus olhares/ milhares de tentações/Meninas são tão mulheres/Seus truques e confusões/Se espalham pelos pelos/Boca e cabelo/Peitos e poses e apelos/Me agarram pelas pernas/Certas mulheres como você/Me levam sempre onde querem/ Garotos não resistem/Aos seus mistérios/Garotos nunca dizem não/Garotos como eu Sempre tão espertos/Perto de uma mulher/São só garotos/Seus dentes e seus sorrisos/Mastigam meu corpo e juízo/Devoram os meus sentidos/Eu já não me importo comigo/Então são mãos e braços/Beijos e abraços/Pele, barriga e seus laços/São armadilhas e eu não sei o que faço/Aqui de palhaço/Seguindo seus passos (Leoni, 1993).

Como já mencionado, na vida cotidiana, no imaginário social, é comum que as pessoas esperem que o amor materno seja incondicional e, assim, muitos negam a possibilidade da mãe, da mulher, fazer algum mal ao filho. Se erra, é pela proteção, em nome do cuidado – muitos pensam.

Esse ideal, em grande parte, vem associado a um entendimento de feminino. Embora todas as emoções possam estar presentes em todos os seres humanos, muitos deles são categorizados e divididos de acordo com o gênero do sujeito, em categorias heteronormativas. Aos homens, por exemplo, o direito à agressividade; à mulher, a capacidade de acolhimento, do cuidado.

Roudinesco (2003) resgata que La Barre (1673) já no século XVII, se opôs à tese de que as mulheres eram inferiores aos homens. Dizia ele que essa não poderia ser uma concepção natural, mas sim social, imposta pelo patriarcado. Completava que não veria com nenhum espanto uma mulher ocupando qualquer cargo, inclusive, os da arte da guerra (considerada como rude e má). Ao apresentar esse pensamento, não desconsiderava, portanto, a mulher como sendo dotada, inclusive, de agressividade.

Freud (1915/1996) fala da pulsão como sendo um conceito situado entre a mente e o corpo, como um representante psíquico dos estímulos que exige satisfação de sua necessidade. Para ele, a pulsão é entendida sob alguns elementos: pressão, finalidade, objeto, fonte, conteúdo. O conteúdo da pulsão, portanto, poderia ser tão variável quanto os outros elementos. Freud cita o amor e o ódio como exemplos importantes de uma pulsão que pode coexistir e ser destinado a um mesmo objeto. Faz alerta ao fato de que muitos rejeitam essa possibilidade: “é impossível duvidar que exista a mais íntima das

relações entre esses dois elementos opostos e a vida sexual . . . preferíamos pensar o amor como sendo a expressão de toda a corrente sexual de sentimento . . .” (Freud, 1915/1996, p. 138).

É nesse caminho que a maternidade, tantas vezes, acaba sendo pensada como uma expressão una de sentimento – não caberia o negativo; o oposto do amor (que por sinal, é dito a *perversão*) é pouco considerado. Parte disso pode ser resultante da imagem da mulher devotada, amável, dócil, cujo propósito, quando mãe, é amar e proteger a prole. A mulher que a isto escapar, precisaria, segundo Rousseau (citado por Roudinesco, 2003), se regenerar e aprender a viver segundo sua verdadeira origem, seu estado natural (corporal, sensível, instintivo, débil): “a mulher é efetivamente definida por seu útero” (Roudinesco, 2003, p. 58).

De acordo com o tratado no segundo capítulo, sendo a criminalidade feminina associada apenas a questões passionais (comumente ligadas ao parceiro, já envolvido em situações ilícitas; ou no contexto amoroso) conserva-se a ideia de que esta mulher permanece no campo doméstico. Por si só, a mulher seria desacreditada de possuidora de uma capacidade agressiva, de potencial agressivo, tal qual é vinculada à posição passiva, cuidadora. Com a notoriedade dos movimentos feministas, por exemplo, levantou-se a hipótese de que a modernidade quem corrompeu a mulher – que até então era dócil e dedicada ao lar, aos filhos.

Quando Roudinesco (2003) menciona o temor perante a ideia de um feminino que possa controlar a taxa de natalidade, isso reflete, na realidade, um medo de que a existência da família fique em perigo. Nesse sentido, se é a mulher quem gera, ela não pode matar. Isso colocaria em risco a humanidade. Faz com quem o homem se depare com um de seus três⁵³ grandes temores citados por Freud: a finitude (e mais, sem chance de descendentes para lhe dar continuidade). O medo de um feminino no controle de sua sexualidade, de sua maternidade, portanto, diz respeito ao receio de que a humanidade, o homem, não se prolongue. Talvez por isso, também, a negação de que aquela que pode dar a vida, também seja capaz de tolhê-la. Essa dualidade resgata esse medo mencionado; a mãe precisaria, deveria, então, estar apenas ao lado da vida – nunca da destruição.

É um lugar difícil esse destinado às mulheres, em especial, às mães, cuidadoras. Frequentemente lhes é negado o direito de serem humanas e, com isso, exprimir as

⁵³ As catástrofes naturais; o relacionamento com outros homens – medos daquilo que não se pode prever e/ou controlar; a morte.

emoções que são parte de qualquer ser humano. Tal negação ou a feminilidade poderiam ser suas *kryptonitas*? É assim que muitas correntes teóricas sequer consideram a possibilidade de existir uma perversão feminina, ou mesmo até, uma mãe dotada de práticas perversas. Naturalmente, seriam dóceis e afetas ao amor.

Contudo, ainda que Souza (2011) trate do tema da violência doméstica, lembra que no campo do amor, a violência também pode se manifestar, inclusive, de modo ainda mais terrível e cruel: “Uma relação de amor pode esconder uma relação de ódio. O ódio pode ser interpretado como amor” (Souza, 2011, p. 88).

De acordo com Roudinesco (2003), por toda a humanidade, os homens tiveram que recorrer às mulheres para terem descendentes. Em razão disso, as mulheres acabaram sendo mais recriminadas, não por sua feminilidade, mas por não quererem ser mães.

Por vezes, assim, pode ser por trás da ideia do amor materno (ao qual as mulheres são impelidas socialmente) que se esconda o ódio, ódio que destrói a alteridade do filho.

Welldon (2008) cita que, no espaço da análise, algumas mulheres quando falam sobre seus relacionamentos com seus filhos, mencionam o quanto abusam do poder e de sua posição de controle sobre eles. Algumas dessas pacientes, segundo a autora, estavam sob o ditado ou sob a pressão de se converterem em mães (e, assim, atender ao que se espera delas), o que a fez considerar que a perversão poderia lhes tocar, em especial, pelo modo como mantinham a criança sob seu controle biológico e psicológico – movimento comum entre perversos. É dessa forma que Welldon (2008) considera a existência de uma maternidade perversa em que a mãe mantém alguém (um infante totalmente dependente) completamente à sua mercê.

reconhece-se a existência de uma maternidade pervertida, quando o processo de individuação/separação não só está prejudicado ativamente, mas também quando origina gratificações libidinais perversas, do lado da mãe. Masterson e Rinsley (1975) descrevem essa característica dos cuidados maternos, como uma alternância entre a proximidade sedutora e o distanciamento que acontece no momento da separação/individuação. O *infans* fica à mercê da mãe, sendo incapaz de se separar, de se individuar ou de conseguir passar por uma evolução libidinal genital (Welldon, 2008, p. 119).

Cabe atentar-se, entretanto, que a autora não fala necessariamente de uma estrutura perversa, mas de princípios psicodinâmicos que operam na perversão que aparecem nas mulheres quando se tornam mães. Explica Welldon (2008) que ao engravidar, ao ter o bebê dentro de seu corpo, a mulher passa a apresentar características emocionais, “nas suas relações objetais, semelhantes àquelas que se encontram nas formas exageradas e tremendamente distorcidas de relacionamentos perversos” (Welldon, 2008, p. 119). Considera a autora que a expressão de uma perversão em mulheres estaria direcionada, inicialmente, para si mesma (seu corpo) ou seja, aos filhos, por consequência, por se tornarem objetos análogos e extensos a si. E, exatamente por ter conhecimento da importância dos cuidados para a criança, é que se expressa sua perversidade (Welldon, 2008). Tais características incluiriam um desejo, uma intenção de engolir o outro, na tentativa de “desumanizar o objeto, de se introduzir, invadir e ter o controle total do outro e também de se fundir com o outro” (Welldon, 2008, p. 117) – pensamento correlato ao apontado no terceiro capítulo por Aulagnier-Spairani (1990) e, por outro, que faz lembrar a noção de masoquismo apresentada também neste último capítulo.

É por esse caminho que a autora fala de uma maternidade perversa, sendo esta, produto de uma instabilidade emocional e inadequada individuação em decorrência dos excessos sofridos, quando criança, por parte de seus cuidadores (Welldon, 2008).

Para Freud (1933/1996) existe uma libido única (não separadas entre masculina e feminina) que serve às funções sexuais masculinas e femininas.

À libido como tal não podemos atribuir nenhum sexo. Se, consoante a convencional equação ‘atividade e masculinidade’, nos inclinamos a classificá-la como masculina, devemos não esquecer que ela também engloba tendências com uma finalidade passiva. Mesmo assim, a justaposição ‘libido feminina’ não tem qualquer justificação (Freud, 1933/1996, p. 130).

Ao fazer tal apontamento, o autor pode levar a ponderar que, em analogia, ao falar sobre as emoções, estas podem estar presentes igualmente em homens e mulheres, logo, torna-se plausível que mulheres podem ser agressivas, podem maltratar. Bem pondera Roudinesco (2003) que, segundo Freud:

a dualidade está inscrita na unidade e a pulsão sexual não precisa de alteridade sexuada, sendo a mesma para os dois sexos. Seja-se homem ou mulher, ama-se e deseja-se segundo as mesmas paixões. Embora permanecendo adepto da idéia de que o gênero traduz o sexo e reciprocamente, Freud introduz uma novidade nessa classificação, de certo modo um terceiro termo, o da sexualidade psíquica fundada na existência do inconsciente. Faz do humano — homem e mulher — um sujeito desejante, e essa ordem do desejo não deriva nem do social, nem do biológico (Roudinesco, 2003, p. 60).

Se a função paterna se põe ao lado da razão, de separadora da díade, de autoridade (em brevíssima alusão à Lacan, a chamada *Lei-do-pai*), uma *Lei-da-mãe*, por sua vez, teria como função transmitir a vida e a morte (Roudinesco, 2003). Cabe considerar que, tantas vezes, a agressividade, a possibilidade destrutiva da mulher, da mãe, contra os próprios filhos, ascenda um antigo temor social, de que assim, a família possa vir a ruir. Aceitar que a mãe, originária da vida em estado natural possa atentar contra seu próprio fruto, atormenta a todos com a possibilidade de que a sociedade venha a sucumbir atrás do desmoronamento da família. Será por isso, então, que se nega a perversão, até mesmo a perversidade nas mulheres? De toda forma, lembra-se que não era esse o objetivo desta pesquisa: elucidar a existência, ou não, de uma estrutura perversa nas mulheres, mas chamar atenção para o quanto a conexão direta entre feminilidade e maternidade pode ser nociva, tal qual pode ser nocivo o cuidado dessa mãe para com a criança. A existência desses maus tratos, de toda ordem – por uma sedução que se intromete e aniquila o infante – não pode ser desconsiderada, tampouco rotulada de modo simplista por loucura ou maldade da mãe.

A violência pode se expressar de modo sutil, principalmente, no exercício do poder que exerce nos cuidados da criança. Mãe faliciza (mas não libidiniza) enquanto objeto de desejo; enquanto alguém que tem sua total atenção para doar-se. Na verdade, ao fazer isso, apenas se vangloria de fazer tudo pelo filho – que dela tanto depende. A alteridade, portanto, cai frente ao desamparo por um excesso enigmático em demasia, violento. Tal desamparo talvez fique notório apenas na fase adulta, quando o trauma da sedução ressurgir no movimento do *après-coup*. Mais uma vez nota-se o poder dessa mãe.

As leis de proteção à mulher apontam seu lugar na sociedade: respeito e integridade. Uma vez autora de maus-tratos contra os filhos, receberiam esse mesmo olhar, ou seriam tomadas por louca ou más? Acabam sendo destituídas, não apenas

jurídica, mas socialmente de feminilidade – afinal, uma mãe dita *normal* não agiria assim. Se juridicamente é viável uma destituição do poder familiar, para psicanálise esse poder não pode ser desconsiderado. O amor pode ser traduzido por ódio em alguns casos, quando a perversidade materna se expressa. Frente à criança um enigma violento constante e incompressível. O que querem afinal estas mulheres?

REFERÊNCIAS

- Alves, J.R.V. (2014). *Maçonaria e judaísmo: Influências?* Londrina: A Trolha.
- Andrade, F. C. B. (2011). A metapsicologia do masoquismo em Freud e Laplanche. *Estudos de Psicanálise*, (36), 55-68. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372011000300005&lng=pt&tlng=pt.
- Andrade, F. C. B. (2012). Masoquismo e mensagem enigmática: para que rimar amor e dor?. *Psicologia em Estudo*, 17(3), 453-462. Disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722012000300011>
- Arán, M. (2007). *Subversões de gênero: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler*. Cadernos Pagu. Volume 28, jan-jun, pp. 129-147.
- Arán, M. (2009). A psicanálise e o dispositivo diferença sexual. *Revista Estudos Feministas*, 17(3), 653-673. Disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2009000300002>
- Araújo, J., C. (2010). *Entre o terror e o erotismo: Alguns aspectos da questão da perversão em psicanálise*. São Paulo. Disponível em <http://sedes.org.br/site/publicacoes>.
- Aulagnier-Spairani, P. (1990). Observações sobre a feminilidade e suas transformações IN Clavreul, J. et al. (1990). *O desejo e a perversão*. Tradução Marina Appenzeller. Campinas: Papirus.
- Assadi, T. C. (2007). *O laço e o nó na montagem perversa: um estudo sobre a perversão feminina* (Tese de Doutorado). Campinas.
- Azambuja, S. C. (1993). Notas sobre o feminino In Mautner, A. V. et al. (1993). *Em busca do feminino: ensaios psicanalíticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Badinter, E. (1980). *Um amor conquistado: O mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Barros, R. M. M & Mendonça, L.G.S.F (2013). Mulher perversa? *Revista Iationamericana de psicopatologia fundamental*, 16 (2), 218-231.
- Beauvoir, S. (1970). *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão europeia do livro.
- Belo, F.R.R. (2010). *A perversão sob a ótica da teoria da sedução generalizada*. Belo Horizonte. Disponível em www.fabiobelo.com.br
- Belo, F. R. R. (2012a). *Entre o cuidado e sedução: diálogos entre Winnicott e Laplanche* (Projeto de Pesquisa). Belo Horizonte. Disponível em <http://fabiobelo.com.br/wp-content/textos/projetonet.pdf>.

- Belo, F. R. R. (2012b). O paraexcitações (Reizschutz) e Paraskeuê. *Psicologia em Estudo*, 17 (3), 425-433. Disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722012000300008>
- Belo, F. R. R. (2015a). O ciúme dos homens: criando caminhos com Winnicott. In Belo et al. (2015). *Os ciúmes dos homens*. Petrópolis, RJ: KRB Editora Digital Ltda. Versão *Kindle*.
- Belo, F. R. R. (2015b). O ciúme dos homens em “Quadrinhos de Estória” e “Desenredo”, de Guimarães Rosa. In Belo et al. (2015). *Os ciúmes dos homens*. Petrópolis, RJ: KRB Editora Digital Ltda. Versão *Kindle*.
- Birman, J. (1999). *Cartografias do feminino*. São Paulo: Editora 34.
- Bleichmar, S. (1993). *Nas origens do sujeito psíquico: do mito à história*. Tradução Kenia M Ballvé Bher. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bowlby, J. *Apego* (1984). Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes.
- Brasil (2002). Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990.
- Bulfinch, T. (2002). *O livro de ouro da mitologia (a idade da fábula): histórias de deuses e heróis*. Tradução David Juardim Júnior. Rio de Janeiro, 26a ed.
- Butler, J. (2015). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Campos, D. T. F (2010). A perversão feminina e o laço social. *Tempo psicanalítico*. Rio de Janeiro, v.42.2, p.287-311.
- Ceccarelli, P., R. (2017). Psicanálise, sexo e gênero. *Estudos de Psicanálise*, (48), 135-145. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372017000200014&lng=pt&tlng=pt.
- Chatelard, D. S. (2005). *O conceito de objeto na psicanálise: do fenômeno à escrita*. Trad. Procópio Abreu. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Clavreul, J. et al. (1990). *O desejo e a perversão*. Tradução Marina Appenzeller. Capítulo 2: Observações sobre a feminilidade e suas transformações. AULAGNIER-SPAIRANI, P., Campinas: Papyrus.
- Congresso nacional de Psicanálise e Literatura, I, 2009, Nova Lima. Anais do I Congresso Brasileiro de Psicanálise e Literatura. *Ficções da lei. Leis da Ficção*. ISSN 1984-8242. Nova Lima, Minas Gerais: Faculdade de Direito Milton Campos, 2009.
- Congresso nacional de Psicanálise, Direito e Literatura, III: Responsabilidade e resposta, anais... (1.: 2009: Nova Lima, MG) / Fábio Roberto Rodrigues Belo; Diego Belo; Pedro Castilho; Liliane Camargos (orgs.). *Anais do III Congresso*

Nacional de Psicanálise, Direito e Literatura: responsabilidade e resposta, 5 e 6 de maio, 2011. - Nova Lima: Faculdade de Direito Milton Campos.

- Costa, C. F. P. (2011). *Abuso sexual cometido por mulheres: um estudo de caso*. Porto, Portugal. Dissertação de Mestrado.
- Ferraz, F. (2010). *Perversão*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ferenczi, S. (1933/1992). Confusão de língua entre os adultos e a criança. Tradução de A. Cabral. *Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, p. 97- 106.
- Figueiredo, L. C M. (1994). A questão da alteridade na teoria da sedução generalizada de Jean Laplanche. *Psicologia USP*, São Paulo, 5(1/2), p.297 – 308.
- Figueiredo, L. C M., & Minerbo, M. (2006). Pesquisa em psicanálise: algumas ideias e um exemplo. *Jornal de psicanálise*, São Paulo, 39(70): 257-278, jun.
- Flores, V. M. P. (2010). A perversão e a teoria *queer*. *Tempo psicanalítico*. Rio de Janeiro: vol.42 no.1.
- Folino, C. S. G. (2014). *Sobre dores e amores: caminhos da tristeza materna na elaboração psíquica da parentalidade*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP.
- Forlenza Neto, O. (1993). Winnicott e o ambiente facilitador In Mautner, A. V. et al. (1993). *Em busca do feminino: ensaios psicanalíticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Francisco, El Hombre (2016). *Soltasbruxa*. Faixa 6 (4:26min).
- Freud, S. (1893/1996). *Estudos sobre a histeria*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. II. Tradução Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1896/1996). *A hereditariedade e a etiologia das neuroses*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. III. Tradução Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1905/1996) *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* - Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. VII. Tradução Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1913/1996). *Totem e tabu*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XXI. Tradução Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1919/1996a). *O estranho*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XVII. Tradução Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1919/1996b). *Uma criança é espancada: uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas

- Completas de Sigmund Freud, Vol. XVII. Tradução Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1921/1996). *Psicologia de grupo e a análise do ego* (1921/1969). Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol XVIII. Tradução Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1923/1996). *O Id e o Ego*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. IXX. Tradução Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1924/1996). *A dissolução do complexo de Édipo*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. IXX. Tradução Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1929/1996). *O mal-estar na civilização*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XXI. Tradução Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1930/1996). *Sexualidade feminina*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. XXI. Tradução Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1932/1996). *Conferência XXXIII: a feminilidade*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XXII. Tradução Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1936/1996). *Análise terminável e interminável*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. IXX. Tradução Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago.
- Gueller, A.S. (2006). Entre a mãe ideal e a medicina ideal: síndrome de *Munchausen* transferida, um transtorno factício. *Latin american journal of fundamental psychopathology online*, v.6.
- Golse, B. (1998). *O desenvolvimento afetivo e intelectual da criança*. Porto Alegre: Artmed.
- Brasil, (2009). IPEA – Instituto de pesquisa econômica aplicada. *Comunicado do Ipea n° 65 – PNAD: Primeiras Análises: Investigando a chefia feminina de família*. Brasília: Ipea.
- Klein, M. *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos* (1921-1945/1996). Tradução André Cardoso. Rio de Janeiro: Imago Ed.
- Lacan, J. (1956-1957/1995). *O seminário, livro 4: a relação de objeto*. Tradução. Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Laplanche, J. (1982). *Castração – simbolizações*. Tradução. Álvaro Cabral. 1ª edição brasileira. São Paulo: Martins Fontes.

- Laplanche, J. (1992b). *Novos fundamentos para a psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Laplanche, J. (1992a). *O inconsciente e o Id*. Tradução. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes.
- Laplanche, J. (1996). *La prioridad del otro en psicoanálisis*. Buenos Aires: Amorrortu editores.
- Laplanche, J. (1997a). Breve tratado do inconsciente. *Psicanalítica – Circulo Psicanalítico de Pernambuco*. Recife. Revista 5, ano 5.
- Laplanche, J. (1997b). *Freud e a sexualidade: o desvio biologizante*. Tradução. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Laplanche, J. (1998). *Problemáticas I: a angústia*. Tradução A. Cabral. São Paulo: Martins Fontes.
- Laplanche, J. (1988a). *Problemáticas II: castração – simbolizações*. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes.
- Laplanche, J. (1988b). *Teoria da sedução generalizada e outros ensaios*. Tradução. Doris Vasconcelos. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Laplanche, J. (2003). Três acepções da palavra inconsciente no quadro da teoria da sedução generalizada. Porto Alegre. *Revista de psicanálise*, Vol. X, Nº 3, p.403-418.
- Laplanche, J. (2015b) Castração e Édipo como códigos e esquemas narrativos. In: *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano 2000-2006*. Porto Alegre: Dublinense.
- Laplanche, J. (2015). O gênero, o sexo e o Sexual. In: LAPLANCHE, J. *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano 2000-2006*. Porto Alegre: Dublinense.
- Laplanche, J., & Pontalis, L. (1990). *Fantasia originária, fantasias das origens, origens da fantasia*. Tradução. Álvaro Cabral. 2. Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Laplanche, J., & Pontalis, L. (2001). *Vocabulário de psicanálise*. Tradução. Pedro Tamen, 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Leoni (1993). *Leoni*. Faixa 3: Garotos (4:00min).
- Lima, L. T. O. (1993). O feminino em Freud: o feminino na psicanálise In Mautner, A. V. et al. (1993). *Em busca do feminino: ensaios psicanalíticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lobo, S. (1993). O ressentimento feminino: a dor de se sentir não-presenteada. In Mautner, A. V. et al. (1993). *Em busca do feminino: ensaios psicanalíticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Ludov (2004). *O exercício das pequenas coisas*. Faixa 7: Kriptonita (4:05min).
- Marcos, C. (2011). Mãe e filha - da devastação e do amor. *Tempo psicanalítico*. Rio de Janeiro, vol.43 no.2, dez.
- Martens, F. (2003/2007). Para una validación socio-clínica de la teoría de la seducción generalizada: ¿Una contribución de los pedófilos belgas? *Alter Revista de psicoanálisis*. *Alter n°3*. Disponível em <https://revistaalter.com/revista/para-una-validacion-socio-clinica-de-la-teoria-de-la-seduccion-generalizada/767/>
- Martin-Lavaud, V. (2014). Perversion maternelle et troubles du comportement de l'enfant: l'exemple de Dylan, objet du caprice de sa mère. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 17(3, Suppl. 1), 706-719. Disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2014v17n3-Suppl.p706.12>
- Martin-Mattera, P. (2014). Perversão nas mulheres ou perversão feminina. Uma questão de sexuação. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 17 (3), 720-737.
- Martinez, V.,C.V., (2010). Depressão na histeria: uma dialética da paixão. *IV Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e X Congresso Brasileiro de Psicopatologia*.
- Martinez, V.C.V. (2012). "Suzana e os velhos": sedução, trauma e sofrimento psíquico. *Psicologia em Estudo*, 17 (3), 475-485. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722012000300013>
- Martínez, V. C. V., & Matioli, A. S. (2012). Enfim sós: Um estudo psicanalítico do divórcio. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 12(1-2), 205-242. Fortaleza. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482012000100008&lng=pt&tlng=pt.
- Martínez, V.C.V. & Souza, I. S.F. (2014). O mito das Amazonas em cena: uma discussão psicanalítica sobre a feminilidade e o gênero. *Cadernos de psicanálise* (Rio de Janeiro), 36(30), 171-197. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952014000100010&lng=pt&tlng=pt.
- Martins, E. J. P. (2015). *As Médeias de ontem e hoje: uma discussão sobre o filicídio*. (Dissertação de Mestrado). Maringá. Universidade Estadual de Maringá.
- Mautner, A. V. et al. (1993). *Em busca do feminino: ensaios psicanalíticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mezan, R. (2001). Psicanálise e pós-graduação: notas e exemplos e reflexões. *Psicanálise e Universidade*. Psicanalis. Univ, São Paulo, n°14, pp.121-162, Abril.
- Mezan, R. (2006). Pesquisa em psicanálise: algumas reflexões. *Jornal de psicanálise*. São Paulo, 39(70): 227-241, jun.

- Michaelis (2019). *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. Versão online.
- Muraro, R. M. (1993). A arqueologia do feminino In Mautner, A. V. et al. (1993). *Em busca do feminino: ensaios psicanalíticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Muribeca, M.M. M. (2010). Das origens da sexualidade feminina ao feminino nas origens da psicosexualidade humana. *Estudos de psicanálise*, (33), 101-108. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372010000100010&lng=pt&tlng=pt.
- Nascimento, M. L. V. (2011). *O narcisismo contemporâneo: da barbárie social à tirania íntima* (Dissertação de mestrado). Maringá. Universidade Estadual de Maringá.
- Oliveira, L. Z. (2016). *Olhares feministas sobre o Direito das famílias contemporâneo: perspectivas críticas sobre o individual e o relacional em família*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris.
- Organização Mundial da Saúde. *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID-10*. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/cid10.htm>
- Paron, E. A. G. (1993). O mito da identidade feminina. In Mautner, A. V. et al. (1993). *Em busca do feminino: ensaios psicanalíticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Paula, M.P., & Mello Neto, G. A. R. (2013). A identificação como efeito do processo tradutivo da sedução originária. *Aletheia*, (42), 153-163. Canoas. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942013000300013&lng=pt&tlng=pt.
- Paulino, A. D. (2011). Os sentidos de existência humana: Identidade e Reconhecimento. Centro de memória do oeste de Santa Catarina. Unochapecó-SC. *Cadernos do CEOM - Ano 24, n. 35 – Identidades*.
- Queiroz, E. F. (2002). A perversão no feminino. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, ano V, n.3.
- Rago, M. (1998). Descobrimos historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*. São Paulo, (11): pp89-98.
- Ribeiro, P.C. (2010). Identificação passiva e a Teoria da Sedução Generalizada de Jean Laplanche. *Revista Percurso 44*. Ano XXIII. Disponível em http://revistapercurso.uol.com.br/index.php?apq=artigo_view&ida=103&ori=edicao&id_edicao=44
- Ribeiro, P. C. (2017). Gênero, sexo e enigma no Sexual de Jean Laplanche. In RIBEIRO, Paulo de Carvalho et al. *Por que Laplanche?* São Paulo: Zagodoni.
- Ribeiro, P., & Belo, F. (2016). Narcisismo, gênero e sexualidade: aproximações entre Liechtenstein, Ferenczi, Laplanche e Butler. In Birman, J.; Fulgêncio, L.;

- Kuppermann, D.; Cunha, E. (2016). *Amar a si mesmo e amar o outro: narcisismo e sexualidade na psicanálise contemporânea*. São Paulo: Zagondoni, pp.113-127.
- Rinaldi, A. A. (2015). *A sexualização do crime no Brasil: um estudo sobre criminalidade feminina no contexto das relações amorosas (1890-1940)*. Rio de Janeiro: Manuad X, FAPERJ.
- Rodrigues, T., & Belo, F. R.R. (2017). Processos de Subjetivação em Butler e Laplanche. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)*, Florianópolis, ISSN 2179-510X. Disponível em http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503868706_ARQUIVO_PROCESSOSDESUBJETIVCAOEMBUTLERELAPLANCHEthalitaefabio.pdf
- Roman, I. D. V. (2013). *Sedução feminina e teoria da sedução generalizada: considerações sobre a personagem Lolita, do romance de V. Nabokov*. (Dissertação de Mestrado). Belo Horizonte. UFMG.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Roudinesco, E. (2008). *A parte obscura de nós mesmos: uma história dos perversos*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Tradução Vera Ribeiro, Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Silva, H. M., & Prizskulnik, L. (2003). Síndrome de *Munchausen* por procuração, a psicologia e a psicanálise: conhecer para suspeitar. *Psicología, conocimiento y sociedad*. Uruguay, n.3 (2), 155 - 170 (noviembre, 2013). Revisiones ISSN: 1688-7026 155.
- Smith, V. H (2012). A casa dos espelhos quebrados: faltas e excessos na vincularidade mãe-filha. *Contemporânea - psicanálise e transdisciplinaridade*, Porto Alegre, n. 13, jan/dez. Disponível em: www.revistacontemporanea.org.br
- Souza, Tharso Peixoto Santos e. (2011). O lugar do desejo feminino frente à violência. *Reverso*, 33(62), 85-91. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952011000200010&lng=pt&tlng=pt.
- Spitz, R. A (1993). *O primeiro ano de vida: um estudo psicanalítico do desenvolvimento normal e anômalo das relações objetais*. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Stellin, R. M. R., Monteiro, C. F. A., Albuquerque, R. A., & Marques, C. M. X. C. (2011). Processos de construção de maternagem, feminilidade e maternagem: recursos psíquicos para o exercício da maternagem em suas singularidades. *Estilos da Clínica*. São Paulo, 16(1), 170-185.

- Suplicy, M. (1993). Analista, analista meu: como você me escuta? In Mautner, A. V. et al. (1993). *Em busca do feminino: ensaios psicanalíticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Tanach. Português. (2006). *Bíblia Judaica*. Trad. David Gorodovits. São Paulo: Sêfer.
- Toledo, C. A. A., & Gonzaga, M. T. C. (2011) *Metodologia e técnicas de pesquisa: nas áreas de Ciências Humanas*. Maringá: Eduem. Capítulo 8. Pesquisa qualitativa.
- Torá. Hebraico-Português. (2001). *Lei de Moisés*. São Paulo: Sêfer.
- Welldon, E.V. (2008) O mito da maternidade glorificada: maternidade pervertida ou a perversão do instinto maternal. *Revista brasileira de psicanálise*. Volume 42, n. 4, 113-123.
- Winnicott, D. W. (1945/2000). Desenvolvimento emocional primitivo. *Da pediatria à Psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago.
- Winnicott, D. W. (1951/2000). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. *Da pediatria à Psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago.
- Winnicott, D. W. (1956/2000). A preocupação materna primária. *Da pediatria à Psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago.
- Winnicott, D. W. (1975). O brincar. *O Brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.
- Winnicott, D. W. (1983). Distorções do ego em termos de verdadeiro e falso self. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes Médicas.